



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2009/10 - 2013/4

Aracaju
Junho, 2009

SUMÁRIO

1. Perfil Institucional	6
1.1 História das Autarquias que deram origem ao Instituto Federal de Sergipe	6
1.1.1 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional do CEFET-SE	6
1.1.2 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional da EAFSC	11
1.2 Missão	14
1.3 Finalidades, Objetivos e Metas	14
1.3.1 Finalidades	14
1.3.2 Descrição dos Objetivos	15
1.3.3 Metas	16
1.3.3.1 Metodologia Utilizada no Diagnóstico e Atualização das Metas	17
1.3.3.2 Metodologia de Construção das Metas	18
1.3.3.3 Metodologia Utilizada na Construção do Planejamento Estratégico	19
1.3.3.4 Identidade do IFS	22
1.3.3.5 Plano Estratégico 2009-2014	23
1.3.3.6 Objetivos estratégicos e metas 2009-2014	24
1.4 Áreas de atuação acadêmica	28
2. Projeto Pedagógico Institucional – PPI	31
2.1 Inserção regional	31
2.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição	33
2.3 A Organização didático-pedagógica da Instituição	34
2.4 Políticas de Ensino	44
2.5 Políticas de Extensão	47
2.6 Políticas de Pesquisa	49
2.7 Políticas de Gestão	50
2.8 Responsabilidade Social do IFS	53
3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos	55
3.1 Programação de Abertura de Cursos de Graduação e Técnicos	55
3.1.1 Cursos do Campus Aracaju	55
3.1.2 Cursos do Campus Estância	56
3.1.3 Cursos do Campus Itabaiana	57
3.1.4 Cursos do Campus Lagarto	58
3.1.5 Cursos do Campus Nossa Senhora da Glória	59
3.1.6 Cursos do Campus São Cristóvão	60
3.2. Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (<i>Lato e Stricto Sensu</i>)	61
3.3. Programação de abertura de cursos sequenciais	63
3.4. Programação de abertura de Cursos a distância	63
3.5. Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos	63
3.6. Programação de aumento de vagas para cursos em processo de reconhecimento	65
3.7. Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno	66
3.8. Programação de abertura de cursos de Extensão	66
3.9. Planejamento de Programas de Pesquisa	69
4. Perfil do Corpo Docente	73
4.1 Requisitos de Titulação	73
4.2 Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica	73
4.3 Critérios de Seleção e Contratação	73
4.4 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	74
4.4.1 Políticas de Qualificação	74
4.4.2 Critérios do Plano de Qualificação	76
4.4.3 Formação de especialistas e mestres	77
4.4.4 Plano de Carreira	78
4.4.5 Regime de Trabalho	79
4.5 Quadro Atual de Docentes	80
4.6 Cronograma de Expansão do Corpo Docente	80
5. Corpo Técnico / Administrativo	83
5.1 Os Critérios de Seleção e Contratação	83
5.2 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho	83
5.2.1 Políticas de Qualificação	83
5.2.2 Plano de Carreira	84

5.2.3 Regime de Trabalho	84
5.3 Quadro Atual de Servidores Técnico-Administrativo	85
5.4 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo	87
6. Organização Administrativa do IFS	91
6.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão	91
6.2 Organograma institucional e acadêmico	94
6.2.1 Campus Aracaju	94
6.2.2 Campus Lagarto	95
6.2.3 Campus São Cristóvão	96
6.3 Órgãos colegiados: competências e composição	96
6.3.1. Conselho Superior	96
6.3.2. Colégio de Dirigentes	98
6.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	99
6.5 Autonomia do IFS em relação à mantenedora	99
6.6 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	99
7. Políticas de Atendimento aos Discentes	99
7.2 Estímulo à Permanência (Programa de Reforço e Atendimento Psicopedagógico)	100
7.3 Organização Estudantil	102
8. Infra-Estrutura e Expansão Física e Lógica	103
8.1 Infra-Estrutura Física - Campi do IFS	103
8.2 Infra-Estrutura Acadêmica	105
8.2.1 Biblioteca	105
8.2.1.1 Acervo por Área do Conhecimento	105
8.2.1.1.1 Campus Aracaju	105
8.2.1.1.2 Campus Lagarto	105
8.2.1.1.3 Campus São Cristóvão	106
8.2.1.2 Formas de atualização e expansão do acervo	107
8.2.1.3 Horário de funcionamento	108
8.2.1.4 Serviços oferecidos	108
8.2.1.5 Pessoal técnico-administrativo	108
8.2.2 Laboratórios de Informática	109
8.2.3 Laboratórios específicos	109
8.2.4 Relação equipamento/aluno/curso	143
8.3 Recursos Tecnológicos e Audiovisuais	144
8.3.1 Recursos Tecnológicos Audiovisuais	144
8.3.2 Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	144
8.4 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais	147
8.4.1 Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidade Especiais (NAPNEE)	147
8.4.2 As Dificuldades da Adequação da Estrutura Arquitetônica	148
8.4.3 Diagnóstico Norteador da Propositura do Projeto	148
8.5 Cronograma de Expansão da infra-estrutura	150
9. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional	151
9.1. Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de AutoAvaliação/ Metodologia	151
9.2 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.	154
10. Aspectos Financeiros e Orçamentários	156
10.1 Aspectos Financeiros e Orçamentários	156
10.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução	158
11. Anexos	162
TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO	164
Capítulo I Da Natureza e Das Finalidades	164
Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos	164
Capítulo III Da Organização Administrativa	166

TÍTULO II DA GESTÃO	167
Capítulo I Dos Órgãos Superiores	167
SEÇÃO I Do Conselho Superior	167
SUBSEÇÃO I Da Auditoria Interna	168
SEÇÃO II Do Colégio de Dirigentes	168
Capítulo II Da Reitoria	168
SEÇÃO I Do Gabinete	169
SEÇÃO II Das Pró-Reitorias	170
SEÇÃO III Das Diretorias Sistêmicas	170
Capítulo III Dos Campi	170
TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO	170
Capítulo I Do Ensino	170
Capítulo II Da Pesquisa e Inovação	171
Capítulo III Da Extensão e da Interação com a Sociedade	171
TÍTULO IV DA COMUNIDADE ACADÊMICA	171
Capítulo I Do Corpo Discente	171
Capítulo II Do Corpo Docente	172
Capítulo III Do Corpo Técnico-Administrativo	172
Capítulo IV Do Regime Disciplinar	172
TÍTULO V DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS	172
TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO	173
TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	173

Apresentação

“Eu espero na medida em que começo a busca, pois não seria possível buscar sem esperança”.

Paulo Freire

O Plano de Desenvolvimento Institucional nasce do ato de planejar coletivamente os destinos do Instituto, processo que combina participação com divisão de tarefas, organizando as instâncias de decisões que levam ao cumprimento do dever de educar e formar cidadãos. Também é ato que representa, a um só tempo, uma espécie de corte no processo de planejar, um instantâneo da situação presente que justifica, sistematiza e direciona os caminhos a serem seguidos.

Trata-se, em outras palavras, de documento-síntese, em que estão dispostas as orientações gerais que irão ensejar, em articulação com as outras ações empreendidas no ambiente acadêmico, o cumprimento do Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O Plano de Desenvolvimento de nossa Escola, enfim, é um desafio apresentado à comunidade do Instituto Federal de Sergipe – IFS, na medida em que a qualidade de seu resultado depende diretamente da capacidade de superação de possíveis vícios e contradições, herança do passado recente de nossa Instituição. Assim, certamente nos será permitido vislumbrar o “Norte” que esconde os tesouros da realização.

Joarez Vrubel
Reitor pró-tempore

Aracaju, Junho de 2009

1. Perfil Institucional

1.1 História das Autarquias que deram origem ao Instituto Federal de Sergipe

A integração das autarquias federais Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC, estabelecida pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem origem no Decreto n.º 6.095 de 24 de abril de 2007, que viabilizou a Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, propiciando, assim, a proposta da referida integração. Mais recentemente, a Portaria n.º 116/SETEC, de 31 de março de 2008, publica a relação das propostas de criação dos Institutos aprovadas nos diversos estados da Federação.

A partir de tal processo de integração, os Institutos Federais apresentam uma nova perspectiva ao campo da educação profissional e tecnológica, trazendo na essência de sua criação a dimensão de um novo tempo. Haverá, dessa forma, maior abrangência de atuação dessa modalidade, especialmente com o surgimento das novas unidades de ensino do plano de expansão, que atuarão como *campis* avançados e vinculados aos seus respectivos Institutos Federais.

1.1.1 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional do CEFET-SE

O Estado Brasileiro, através do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha, a pretexto de atender aos “desfavorecidos da fortuna”, isto é, de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, trás à luz uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices. Apenas em 1º de maio de 1911 a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe, “irmã caçula” da rede, sob a Direção do Dr. Augusto César Leite, dá início às suas atividades oferecendo o ensino primário formado pelas matérias de cultura geral, que compreendiam o curso de Letras e Desenho Geométrico e o ensino de ofícios, este último representado pelos cursos de Marcenaria, Alfaiataria, Selaria, Ferraria, Mecânica e Sapataria.

Em 1930, as Escolas de Aprendizes e Artífices dão lugar aos Liceus Industriais, mudança de pouca relevância, pois em nada altera os objetivos até então pretendidos. Na Primeira República, como se sabe, eram baixos os índices de urbanização e

industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola. Na da década de 1930, no entanto, já se percebe uma certa presença do capitalismo industrial, que inaugura novo quadro de demandas educacionais por parte de camadas da população cada vez mais expressivas. Em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agroexportadora para a industrial, os Liceus Industriais dão lugar às Escolas Técnicas Industriais, ampliando a oferta de ensino para o nível equivalente ao secundário.

Ainda antes do Estado Novo, surge, através de comissão de educadores indicada pelo então Ministro Francisco Mariani, proposta de reforma geral da educação nacional, que terminou por dar origem à nossa primeira LDB (Lei n.º 4.024/61), aprovada pelo Congresso Nacional depois de longa gestação de treze anos. Durante esse longo processo, o conceito de *diretrizes* e *bases* antes visto de maneira não integrada, passou a apresentar dinamismo. O termo *bases* possuiria conteúdo de concepção política, enquanto as *diretrizes*, invocando a ação adjetiva da educação, apresentariam conteúdo de formulação operativa.

Pela lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1958, a Escola adquire *status* de Autarquia Federal, conquistando autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, ofertando o ensino médio e formação profissional, concomitantemente. Tal mudança possibilitava o prosseguimento dos estudos em grau mais elevado, conforme preconizava um de seus objetivos: “proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos”.

Dentro dessa nova perspectiva, em Sergipe, o primeiro curso criado foi o de *Técnico em Edificações*, que começou a funcionar em 1962, seguido dos *Cursos de Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica e de Máquinas e Motores*, buscando atender às necessidades do setor industrial, que evoluía e necessitava de profissionais com formação mais especializada.

O advento da Ditadura Militar marcou expressivamente a política educacional brasileira, sobretudo a educação profissional. As Constituições de 1967 e 1969, sob inspiração ideológica da “segurança nacional”, abriram espaço para amplo apoio ao ensino particular e reduziram para doze anos a idade mínima permitida para o trabalho de menores, além de cercear a atividade docente. Em 1968, surge a Lei n.º 5.540 que

tratava somente do ensino superior. Em 1971, nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n.º 5.692/71), denominada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, teve, igualmente, período gestatório lento, porém impermeável a debates e à participação da sociedade civil. Entre outras mudanças, a Lei n.º 5.692/71 impõe um cunho técnico-profissional a todo currículo de segundo grau. Por conseguinte, um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Naquele período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Tal mudança confere àquelas Instituições mais uma atribuição: a graduação no ensino superior, formando licenciados e tecnólogos.

Em 1980, para suprir as demandas do mercado de trabalho, a Escola Técnica de Sergipe cria o curso de Química, voltado para a área industrial. Já em 1982, os cursos de Auxiliares Técnicos em Eletrotécnica e Telecomunicações, que vinham funcionando há mais de 20 anos, foram extintos, criando-se então o Curso Técnico em Eletrônica.

O acordo firmado entre o MEC e o BIRD, no ano de 1983, marcou o início da política de interiorização da educação profissional, o que resultou para a ETF-SE, além da modernização de suas dependências, a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto.

Em 1994, a Portaria n.º 489, de 06 de abril, autoriza o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto, que começa a funcionar, de fato, no ano de 1995, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Em 2007, realiza-se o primeiro vestibular para o curso superior de tecnologia em Automação Industrial.

Em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 é aprovada. No ano seguinte, através do Decreto n.º 2.208, dá-se a regulamentação dos artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças alteram todo o processo para a qualificação de mão-de-obra, em meio às transformações da educação profissional. Retoma-se, em 1998, o processo de transformação das demais Escolas Técnicas Federais (ETFs) em

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), sob a égide da Lei n.º 8.948/94, do Decreto n.º 2.046/97 e da Portaria Ministerial n.º 2267/97.

Em 1998, o Governo Brasileiro assina convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), braço financiador da reforma. Tal medida concorreu, de certa forma, para acirrar os debates e impulsionar as Escolas no sentido de ganharem identidade própria e assumirem posição em face da sociedade e da realidade do mundo produtivo. Os anos 90 mereceriam, pois, análise especial e criteriosa, uma vez que as escolas da rede técnico-profissional procederam a uma movimentação sem precedentes no que concerne à construção de suas propostas pedagógicas. Desde então, ficaria visível a opção de cada uma delas, sempre baseada na maturidade construída sobre questões relacionadas principalmente com o tripé educação/trabalho/tecnologia e nas decisões que incidiam na formação do homem e em seus direitos de cidadania.

A partir deste momento histórico, a reformulação curricular que se processou no interior dos CEFETs elevaria o potencial da Instituição, capacitando-a para responder aos anseios da sociedade e possibilitando mudanças significativas na realidade da região onde atua, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão. Esse processo construtivo (situado e datado), sintonizado com o desenvolvimento do País numa concepção de escala que vai do regional ao global, referenda essas instituições na produção e democratização do conhecimento em todos os níveis e graus de ensino, sempre tomando como fundamento precípua a dimensão humana da formação, traduzida no sentido da emancipação.

Em Sergipe, o projeto institucional de implantação do CEFET foi protocolado em Brasília sob o número 230/98-66. A Escola Técnica de Sergipe, todavia, somente em 13 de novembro de 2002 passaria a ocupar o *status* de Centro Federal de Educação Tecnológica, após quatro anos de atendimento às diligências para aprovar seu projeto institucional. Em 2003/04, oferta os Cursos Superiores de Tecnologia em **Saneamento Ambiental, Ecoturismo**, em 2006/07, **Licenciatura em Matemática** e o Curso de Graduação Tecnológica em **Automação Industrial** e, finalmente, em 2008/09 oferece **Engenharia de Produção Civil e Licenciatura em Química**.

Com o advento da primeira Reforma do Ensino Profissional, mediante o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta os artigos 36 e de 39 a 41 da atual LDB, a Escola passa a ofertar, nos moldes dessa Reforma, cursos de Nível Básico, Técnico e o

Ensino Médio. Nesse momento, os desenhos curriculares assumem uma estrutura modular, por competências e dissocia o ensino médio do técnico. Convém ressaltar que a concepção subjacente a esse modelo não teve aceitação de parte expressiva dos educadores. Além desses fatores, destaca-se também que nesse período os alunos egressos do ensino fundamental matriculavam-se no ensino médio e ao concluírem esse nível de ensino, quando aprovados no concurso vestibular, evadiam-se dos cursos técnicos, elevando assim, os índices de evasão da Instituição, apesar da oferta da concomitância interna.

Em 23 de julho de 2004 entra em vigor o Decreto n.º 5.154 que revoga o Decreto n.º 2.208/97, definindo e regulamentando nova articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, através da forma integrada.

A partir dessa prerrogativa legal, o CEFET-SE pode estruturar seus currículos, ofertando em 2007 dez cursos técnicos integrados e quatro na modalidade EJA, tendo como pressuposto a formação integral do educando, superando assim a segmentação e a desarticulação entre formação geral e profissional. Ou seja, partiu-se da compreensão de que Educação é o exercício de uma prática social transformadora e que a missão deste Centro é promover educação que combine os saberes científicos, tecnológicos e humanistas. Com isto, contribuiu-se para a formação do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, vis-à-vis ao mutante mundo do trabalho.

A expansão da educação profissional e tecnológica (EP&T), programada para ocorrer em duas fases, no período de 2005 a 2010, é uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do atual governo. Hoje, 64 unidades da primeira fase estão implantadas ou em processo de implantação.

A partir de 2008, dar-se-á início à segunda fase do plano de expansão, com a construção de 150 novas unidades para contemplar os 26 estados e o Distrito Federal. Serão investidos R\$ 750 milhões em obras e gastos R\$ 500 milhões, por ano, em custeio e salários de professores e funcionários, contratados por concurso público.

Com as duas fases do plano de expansão, as 170 mil vagas atuais serão acrescidas de outras 274 mil, o que ampliará em 161% o acesso de jovens à qualificação profissional, oferecendo, nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, oportunidades de geração e disseminação de

conhecimentos científicos e tecnológicos, além de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional. As áreas dos cursos são variadas, de acordo com a realidade regional e a meta é chegar em 2010 a 354 instituições com cerca de 500 mil vagas.

Na segunda fase da expansão, a definição das localidades contempladas orientou-se por uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades:

- *distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;*
- *cobertura do maior número possível de mesoregiões em cada Unidade da Federação;*
- *proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento;*
- *interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior;*
- *redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos;*
- *aproveitamento de infra-estruturas físicas existentes;*
- *identificação de potenciais parcerias.*

Diante desses critérios, o Estado de Sergipe foi contemplado com três novas unidades:

Municípios Sergipanos Contemplados na Fase II da Expansão da EP&T

Município	Mesoregião	Previsão de Implantação	APL's
Estância	Leste	2008	Agricultura, Comércio e Indústria
Nossa Senhora da Glória	Sertão	2009*	Agricultura e Comércio
Itabaiana	Agreste	2010*	Hortifrutigranjeiros Transporte Comércio

* A SETEC/MEC autorizou a antecipação do início de construção desses Campi para 2008.

1.1.2 Abordagem Histórica da Trajetória Institucional da EAFSC

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão tem sua origem no Patronato São Maurício, que fora criado em 1924 pelo governo do Estado de Sergipe e oferecia curso

de aprendizes artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

Em 1926, o Patronato teve sua denominação modificada, passando a se chamar “Patronato de Menores Francisco de Sá” em homenagem ao Ministro da Aviação do Governo Artur Bernardes. Em 1931, o interventor federal, Augusto Maynard Gomes, modificou a denominação do Patronato, que passou a se chamar “Patronato de Menores Cyro de Azevedo”.

Em 1934, dez anos após a sua criação, o “Patronato de Menores” foi federalizado e por Decreto denominado “Aprendizado Agrícola de Sergipe” e, em 1939, passou a “Aprendizado Agrícola Benjamin Constant”. A partir de 1943, é autorizado a manter cursos de Ensino Rural com duração de 3 (três) anos, destinados à formação de trabalhadores rurais (NASCIMENTO, 2004, p. 81).

O programa de ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado, no Brasil, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20/08/1946, e artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20/01/1947, que apresentava a seguinte inovação: criação de escolas agrícolas, que deveriam funcionar em regime de internato, onde seriam ministradas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

Naquele momento, em Sergipe, o Aprendizado recebeu nova denominação passando a se chamar “Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant”, ministrando o curso de Iniciação Agrícola, em dois anos, para qualificar operários e complementando em mais três anos para concluir o curso de Mestría Agrícola.

Em 1952, quando a escola passou a ministrar os ensinamentos primário e ginásial, foi denominada “Escola Agrícola Benjamin Constant” com o objetivo de formar técnicos agrícolas, mantendo dois cursos: o de Técnico em Agropecuária e o de técnico em Economia Doméstica.

Em decorrência da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as Escolas Agrícolas passaram a ser denominadas de Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (Colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico. Tal iniciativa foi viabilizada com base no Decreto-lei n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola, cujo artigo 1º

prescreve, *in verbis*: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”.

Em 1967, através do Decreto n.º 60.731, os Ginásios Agrícolas passam a ser subordinados ao Ministério da Educação e da Cultura, vinculados à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) e, posteriormente, em 1970, à diretoria de Ensino Médio (DEM).

Em sintonia com o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo, as escolas buscam ajustar suas ações às demandas decorrentes do surgimento de grandes empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas, cuja base metodológica fundamentava-se na educação para o trabalho, com a premissa filosófica do “aprender a fazer e fazer para aprender”. Competiam aos discentes as tarefas, desde a plantação até a comercialização, preparando-os para a administração de propriedades agrícolas. A produção e o trabalho eram as bases educativas que fundamentavam esse modelo de ensino.

A denominação Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE adveio com o Decreto n.º 83.935 de 04/09/79, cujo teor alterou a denominação dos estabelecimentos de ensino subordinados à COAGRI ¹.

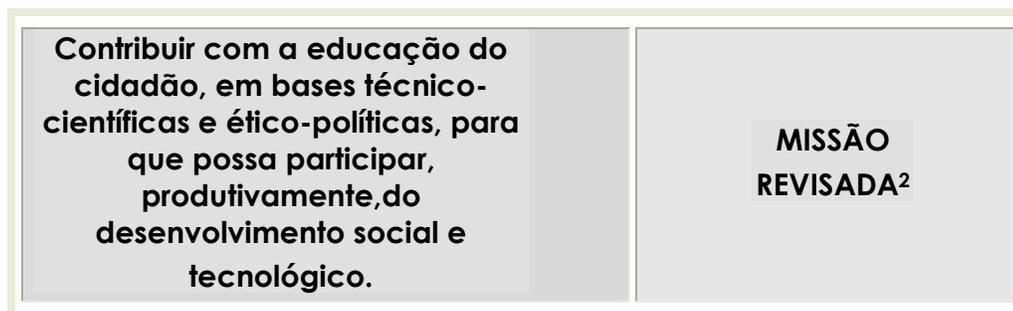
Com o advento do Decreto n.º 93.613/86, extingui-se a COAGRI e cria-se a Secretaria de Ensino de 2º Grau – SESG, que absorveu as atividades do referido órgão.

Em 1990, o Decreto n.º 99.244/90 reorganiza a Administração Federal transformando a SESG em Secretaria de Educação Tecnológica – SENETE e posteriormente, em 1992, em Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC.

Em 17 de novembro de 1993, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão é transformada em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, através da lei n.º 8.731.

¹ Em 1973, através do Decreto n.º 72.434, foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, no Ministério da Educação e da Cultura que em 1975 ganha autonomia administrativa e financeira e passa a denominar Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

1.2 Missão



1.3 Finalidades, Objetivos e Metas

1.3.1 Finalidades

O IFS, a exemplo das demais instituições de ensino que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, de acordo com a Lei Nº 11.892/2008, tem por finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

² O CEFET-SE elaborou o seu primeiro PDI, em atendimento ao disposto no Art. 5º do Decreto n.º 5.225/2004, através de comissão de professores e técnicos administrativos constituída pela portaria da Direção Geral nº 17, de 11 de janeiro de 2005. Esse PDI, no final de agosto de 2005, retornou do MEC, com prazo determinado para diligências. Ocorre que naquele momento acabava de ser empossado Diretor Pró-Tempore que viera a Aracaju para mediar o conflituoso processo eleitoral de escolha do novo Diretor-Geral da Instituição. As diligências não foram atendidas e o processo arquivado. Em 9 de maio de 2006 o Decreto n.º 5.225/2004 foi revogado pelo Decreto nº 5.773, estabelecendo-se novas disposições sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Compete agora à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC – instruir e decidir sobre os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias.

Nesse contexto, após eleição do Diretor-Geral do CEFET de Sergipe, com ampla participação da comunidade, redefiniu-se o Plano Institucional, tanto na perspectiva de aditamento do seu primeiro PDI quanto na sua adequação às exigências do Decreto n.º 6.095/2007 e pleiteando, finalmente, a aprovação do plano 2009-2014 em decorrência das razões apresentadas e, principalmente, de sua transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, através da Lei n.º 11892, de 29 de dezembro de 2008.

- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais sustentáveis, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.3.2 Descrição dos Objetivos

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de

- profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior, em consonância com o art 8º da Lei nº 11.892/2008:
- a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e. cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.3.3 Metas

1.3.3.1 Metodologia Utilizada no Diagnóstico e Atualização das Metas

O diagnóstico Institucional levou em consideração as informações contidas nos seguintes documentos:

- A Infraestrutura física e logística;
- A Missão Institucional;
- A Visão Institucional;
- Análise das plantas: Topográfica, Arquitetônica, Estrutural, Hidráulica, Elétrica e Lógica;
- Os manuais de atendimento aos estudantes;
- Atas dos órgãos colegiados;
- O Relatório de auto-avaliação Institucional;
- Fichas de avaliação de desempenho funcional;
- Convênios e acordos com instituições públicas, privadas e outras organizações;
- Currículos e programas de estudos;
- Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- Formação didático-pedagógica dos docentes do IFS;
- Informações sobre o funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- Informações sobre organogramas;
- Planos de cursos oferecidos - técnico de nível médio integrado e subsequente graduação e pós-graduação;
- Rol de docentes e técnico-administrativos capacitados nos últimos 3 anos;
- Planejamento Estratégico;
- Planilha de execução financeira e orçamentária da Instituição;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Planos de Carreira dos docentes e dos técnico-administrativos;

- Plano de capacitação e avaliação de desempenho dos servidores;
- Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI);
- Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs);
- Estatuto, regimentos, regulamentos, normas e manuais de circulação interna;
- Indicadores de desempenho acadêmico e administrativo;

O diagnóstico não priorizou um aspecto sobre outro, mas destacou a sinergia da comunidade. Ou seja, ao participar da construção coletiva das propostas, a comunidade legitimou e consolidou as exigências do **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional** e do **PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional**.

Destarte, visto tratar-se o diagnóstico de um conjunto de visões técnicas, porém subjetivas, optou-se pela utilização da construção de **Matriz Diagnóstica Operacional – MDO**, constituída de pequenas matrizes que vão refletir suas possíveis inconformidades.

A partir desse conjunto de pequenas matrizes, possibilitou-se, ao final, concatená-las em uma única **matriz MDO**, geradora da **Matriz SWOT^{Ameaça}**, a qual, com a análise de cenário da componente cronológica, desenhou a **Matriz SWOT^{Oportunidades}** do sistema **IFS**. Espera-se que através da maturação organizacional, as ameaças possam transformar-se em oportunidades.

1.3.3.2 Metodologia de Construção das Metas

Tornou-se providencial a construção de metas atualizadas, baseadas em uma análise do diagnóstico, norteadas pelos itens necessários à atualização do **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional**, atendendo aos anseios da comunidade.

Na apresentação do diagnóstico foram utilizadas definições conceituais que fundamentaram a construção da realidade desejada, balizando assim as políticas da Instituição a partir de um marco situacional³ e um marco doutrinal⁴, fazendo com que o diagnóstico retrate o isomorfismo das proposituras apresentadas no **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional**, no **PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional** e no **Projeto de Avaliação Institucional**. Dessa forma, pretendeu-se gerar instrumentos para que a Instituição execute a melhoria contínua dos seus processos administrativos e

³ Parte do planejamento que descreve a realidade em que se vive e trabalha.

⁴ Parte do planejamento que pretende mostrar aonde se quer chegar.

pedagógicos, cumprindo com seus objetivos legais e alcançando os seus objetivos estratégicos.

1.3.3.3 Metodologia Utilizada na Construção do Planejamento Estratégico

A necessidade de envolvimento e comprometimento do corpo gerencial com o planejamento direcionou a metodologia para um amplo processo de capacitação, concomitante ao desenvolvimento do plano estratégico, com o propósito de alinhar conceitos e criar um ambiente propício para assegurar a sua efetividade.

Com base no referencial conceitual sugerido e considerando a situação da Instituição, a consultoria optou pelo método de "formação dinâmica de juízo" como base metodológica para a elaboração do plano estratégico, levando os participantes a iniciarem o "caminho do conhecimento" antes do "caminho da ação".

Foi nessa etapa do processo que a comunidade se envolveu de forma mais ampla, constituindo-se em um momento crucial, uma vez que determinou o quão participativa seria a metodologia do planejamento, pela garantia da condição de liberdade aos envolvidos, o que permitiu a identificação dos problemas e a sinalização dos sintomas e causas reais do que possivelmente estava ocorrendo.

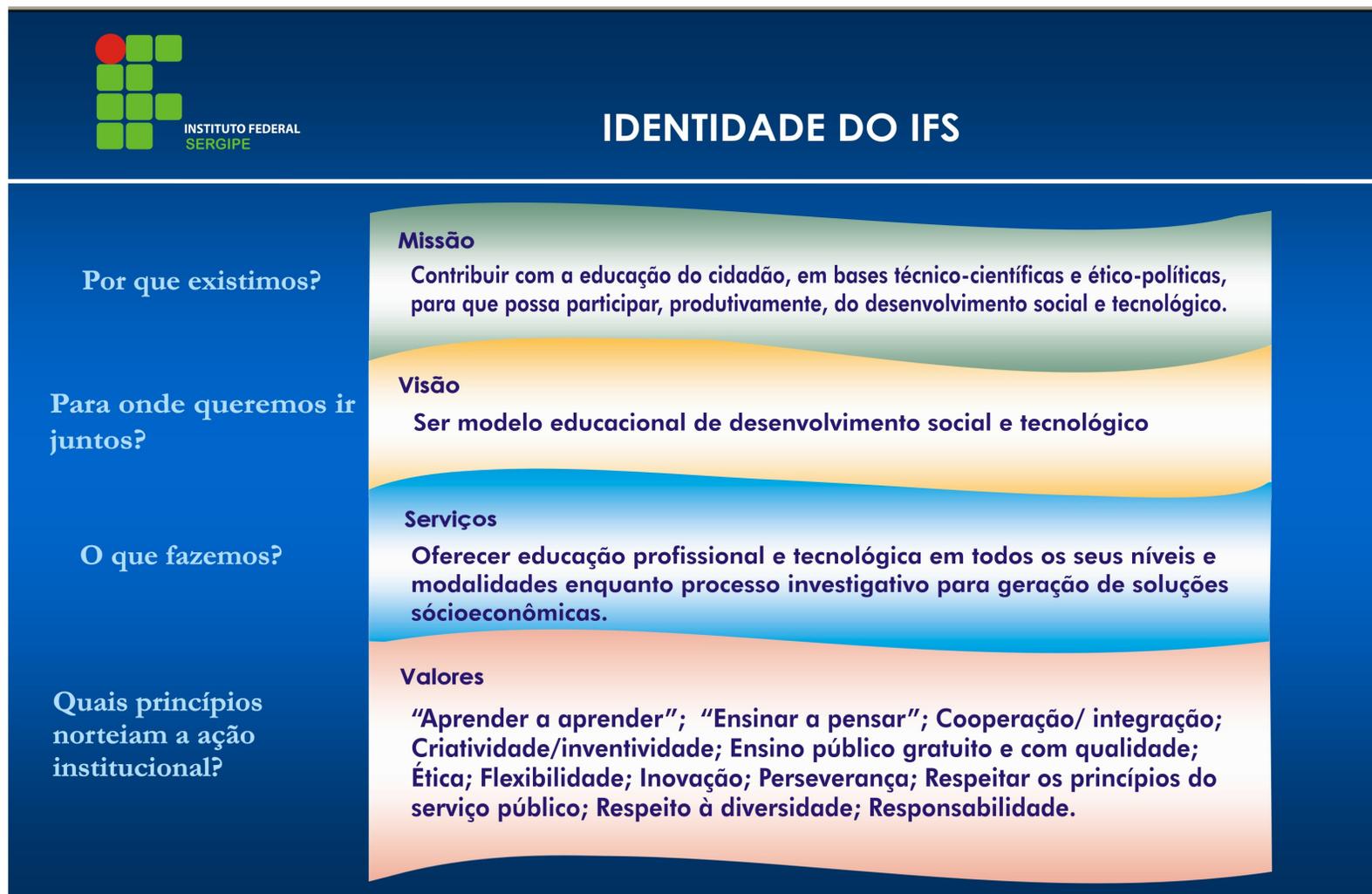
A elaboração do **Plano Estratégico** do **IFS** foi conduzida em várias etapas, assim distribuídas:

1. Reuniões com os dirigentes para apresentação da metodologia e elaboração do plano de ação;
2. Palestra inicial de sensibilização envolvendo os servidores administrativos, docentes e gestores, no auditório da Instituição;
3. Elaboração do Diagnóstico Institucional envolvendo 90 servidores: Turma 1- Administrativos, Turma 2- Docentes e Turma 3- Gestores;
4. Análise dos resultados do Diagnóstico Institucional com os gestores, para alinhamento de percepções e definição do foco de atenção da Instituição;
5. Definição do Modelo de Gestão Responsabilizante;
6. Elaboração dos regulamentos dos Fóruns de Gestores - FG e dos Fóruns de Colaboradores - FC para sustentação do Modelo de Gestão Responsabilizante;

7. Seminário de Filosofia Institucional para definição dos insumos necessários à construção das formulações estratégicas: missão, visão de futuro, serviços e valores institucionais;
8. Estudo do Ambiente Interno e do Ambiente Externo e suas perspectivas para definição das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas;
9. Construção da Matriz Estratégica (SWOT) utilizando técnicas e dinâmicas apropriadas;
10. Definição das dimensões e/ou perspectivas (programas) a serem perseguidas no horizonte temporal definido coletivamente;
11. Desdobramento dos objetivos estratégicos em ações, metas, indicadores, prazos e responsáveis;
12. Validação junto aos gestores dos objetivos e ações para aperfeiçoamento e incorporação de sugestões setoriais;
13. Definição dos coordenadores de dimensão para fixação dos principais resultados esperados, dos cronogramas e das equipes setoriais envolvidas com o plano estratégico;
14. Concepção da sistemática de acompanhamento, controle e avaliação do Plano Estratégico.
15. Definição do Sistema de Conseqüências;
16. Apresentação das implicações institucionais com a implantação do Sistema de Conseqüência e das Auditorias do Plano Estratégico;
17. Elaboração do Relatório Final do Plano Estratégico.
18. construção das formulações estratégicas: missão, visão de futuro, serviços e valores institucionais;
19. Estudo do Ambiente Interno e do Ambiente Externo e suas perspectivas para definição das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas;
20. Construção da Matriz Estratégica (SWOT) utilizando técnicas e dinâmicas apropriadas;

21. Definição das dimensões e/ou perspectivas (programas) a serem perseguidas no horizonte temporal definido coletivamente;
22. Desdobramento dos objetivos estratégicos em ações, metas, indicadores, prazos e responsáveis;
23. Validação junto aos gestores dos objetivos e ações para aperfeiçoamento e incorporação de sugestões setoriais;
24. Definição dos coordenadores de dimensão para fixação dos principais resultados esperados, dos cronogramas e das equipes setoriais envolvidas com o plano estratégico;
25. Concepção da sistemática de acompanhamento, controle e avaliação do Plano Estratégico.
26. Definição do Sistema de Conseqüências;
27. Apresentação das implicações institucionais com a implantação do Sistema de Conseqüência e das Auditorias do Plano Estratégico;
28. Elaboração do Relatório Final do Plano Estratégico.

1.3.3.4 Identidade do IFS

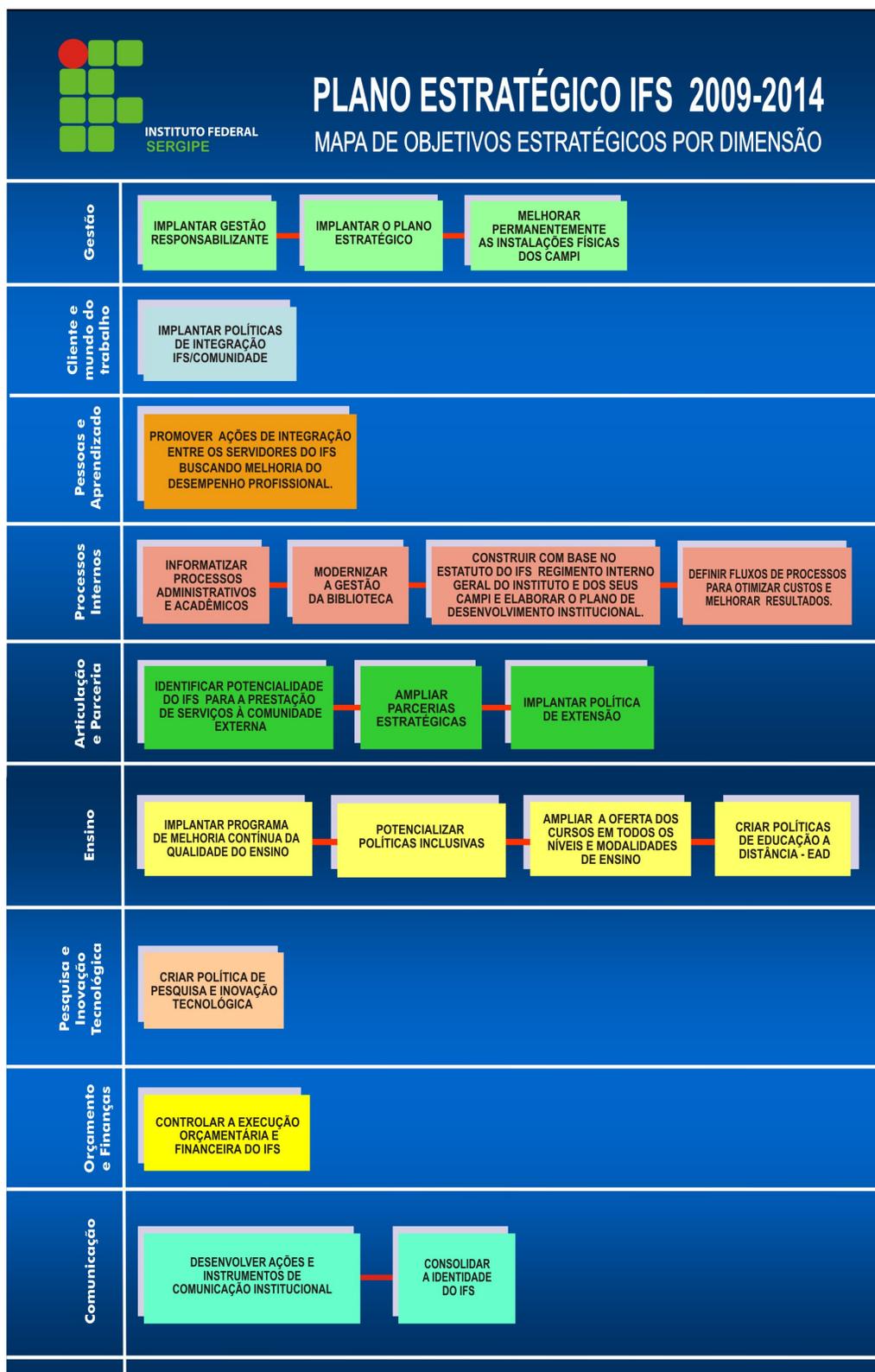


 INSTITUTO FEDERAL
SERGIPE

IDENTIDADE DO IFS

Por que existimos?	Missão Contribuir com a educação do cidadão, em bases técnico-científicas e ético-políticas, para que possa participar, produtivamente, do desenvolvimento social e tecnológico.
Para onde queremos ir juntos?	Visão Ser modelo educacional de desenvolvimento social e tecnológico
O que fazemos?	Serviços Oferecer educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades enquanto processo investigativo para geração de soluções sócioeconômicas.
Quais princípios norteiam a ação institucional?	Valores “Aprender a aprender”; “Ensinar a pensar”; Cooperação/ integração; Criatividade/inventividade; Ensino público gratuito e com qualidade; Ética; Flexibilidade; Inovação; Perseverança; Respeitar os princípios do serviço público; Respeito à diversidade; Responsabilidade.

1.3.3.5 Plano Estratégico 2009-2014



1.3.3.6 Objetivos estratégicos e metas 2009-2014

DIMENSÃO: Gestão (D1)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
1. Implantar Gestão Responsabilizante.	1.1 Implantar formalmente os fóruns de gestores (FG) e colaboradores (FC);	2009
	1.2 Realizar a eleição das diretorias dos Fóruns (FG e FC);	2009
	1.3 Elaborar o cronograma de reuniões dos fóruns;	2009
	1.4 Divulgar amplamente o processo;	2009
	1.5 Criar de espaço adequado para as reuniões dos fóruns;	2009
	1.6 Definir sistema de consequências para monitoramento do processo de gestão responsabilizante;	2009-2014
	1.7 Definir Agenda de Reuniões Estratégicas e Operacionais do Colégio de Dirigentes e do Corpo Gerencial;	2009-2014
	1.8 Controlar Atas das reuniões do Colégio de Dirigentes, monitorando a participação dos gestores e suas deliberações;	2009-2014
2. Implantar o Plano Estratégico	2.1 Estruturar as auditorias do plano estratégico;	2009-2014
	2.2 Definir coordenadores das dimensões do plano estratégico;	2009-2010
	2.3 Estruturar apoio/suporte para execução do plano estratégico;	2009-2010
	2.4 Montar estratégia para disseminação do plano.	2009-2010
3. Melhorar permanentemente as instalações físicas dos Campi	3.1 Elaborar projeto de expansão e reforma da infraestrutura física dos Campi;	2009-2010
	3.2 Captar recursos para execução do projeto de extensão e reforma da infraestrutura física dos Campi;	2010-2014
	3.3 Executar projeto de expansão e reforma da infraestrutura física dos Campi.	2010-2014

DIMENSÃO: Cliente e mundo do trabalho (D2)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
4. Implantar políticas de integração IFS/Comunidade.	4.1 Convalidar Conselho de Pais e Mestres do IFS;	2009-2010
	4.2 Implementar eventos artísticos, culturais e desportivos;	2009-2014
	4.3 Promover encontros periódicos com egressos e representantes do sistema produtivo, docentes e discentes;	2009-2014
	4.4 Criar exposição anual de trabalhos técnicos e científicos – EXPOTEC;	2010-2014
	4.5 Criar política de relacionamento com empresas do setor produtivo.	2009-2014

DIMENSÃO: Pessoas e Aprendizado (D3)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
5. Promover ações de integração entre os servidores do IFS buscando melhoria do desempenho	5.1 Manter permanente diálogo com os servidores através do Fórum de Colaboradores.	2009-2014
	5.2 Desenvolver Política de Gestão de Pessoas proporcionando capacitação e valorização dos servidores.	2009-2014
	5.3 Promover o reconhecimento do desempenho profissional dos servidores	2009-2014

profissional e institucional.	5.4 Promover eventos internos que propiciem formação continuada, interação entre os servidores e intercâmbio de informações e saberes	2009-2014
	5.5 Consolidar Plano de Capacitação dos Servidores do IFS, compatibilizando ações, projetos e treinamentos com a Política de Gestão de Pessoas.	2010-2014
	5.6 Implantar processo de avaliação de desempenho dos servidores.	2010-2014
	5.7 Instituir Banco de Talentos.	2010-2014
	5.8 Promover programas educativos para uma “cultura de paz” e de qualidade de vida dos servidores.	2010-2014

DIMENSÃO: Processos Internos (D4)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
6. Ampliar Informatização de Processos Administrativos e Acadêmicos.	6.1 Adquirir e atualizar sistemas administrativos promovendo a integração das informações gerenciais dos Campi;	2009-2014
	6.2 Renovar equipamentos de informática e multimídia da área acadêmica e administrativa para atender evoluções tecnológicas e ampliação da oferta de cursos e de vagas;	2009-2014
	6.3 Integrar rede de dados e voz entre a reitoria e os Campi (VOIP);	2009-2014
	6.4 Integrar rede de dados/internet do IFS ao anel ótico UFS/IFS/EMBRAPA;	2009-2010
	6.5 Reestruturar o site do IFS e dos Campi;	2009-2010
	6.6 Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;	2009-2010
	6.7 Capacitar servidores da área de TIC em novas tecnologias e meios de informação para atender as demandas do Instituto.	2010-2014
7. Modernizar Gestão das Bibliotecas dos Campi.	7.1 Informatizar as Bibliotecas dos Campi (Sistema de Controle Bibliográfico - SCB);	2010-2014
	7.2 Realizar campanha educacional para o uso da Biblioteca;	2010-2014
8. Construir com base no estatuto do IFS regimento interno geral do Instituto e dos seus Campi e elaborar Plano de Desenvolvimento Institucional.	8.1 Constituir comissões para elaborar regimentos e validá-los junto aos Fórum de Gestores e Colaboradores;	2009-2010
	8.2 Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional;	2009
9. Definir fluxos de processos para otimizar custos e melhorar resultados.	9.1 Identificar e mapear os processos críticos da área acadêmica e administrativa;	2010
	9.2 Redesenhar os processos identificados como críticos.	2010-2011

DIMENSÃO: Articulação e Parceria (D5)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
10. Identificar a potencialidade do IFS para a prestação de serviços à comunidade externa.	10.1 Mapear competências profissionais inerentes ao Instituto visando prestar serviços à comunidade;	2009-2010
	10.2 Promover divulgação dos serviços de ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelo IFS à comunidade externa;	2010-2014
11. Ampliar parcerias estratégicas.	11.1 Elaborar levantamento de efetividade das parcerias existentes;	2009-2010
	11.2 Identificar eixos de cooperação nas áreas de atuação do IFS;	2009-2014
	11.3 Buscar novas parcerias;	2010-2014
	11.4 Formalizar convênios de cooperação;	
12. Implantar política de extensão.	12.1 Criar novos programas de extensão com amplitude social e fortalecimento dos programas existentes;	2009-2010
	12.2 Fortalecer política de acompanhamento de alunos egressos;	2009-2014
	12.3 Fortalecer política de oferta de cursos de extensão;	2009-2014

DIMENSÃO: Ensino (D6)		
Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
13. Promover melhoria contínua do Ensino.	13.1 Ampliar e diversificar a oferta de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades com vistas ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, assegurando o processo de verticalização do ensino;	2009-2014
	13.2 Realizar programas de formação continuada para os professores do IFS, fomentando os saberes necessários a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão;	2009-2014
	13.3 Implementar projetos de melhoria da infraestrutura dos ambientes de ensino dos campi do IFS de forma a garantir condições mínimas para aumento e diversificação da oferta de vagas;	2009-2014
	13.4 Atualizar permanentemente o PPPI do IFS;	2009-2014
	13.5 Consolidar planejamento coletivo de práticas pedagógicas;	2009-2010
	13.6 Ampliar os procedimentos de acompanhamento e de avaliação das práticas e dos resultados acadêmicos;	2009-2014
	13.7 Fortalecer a gestão colegiada do ensino, através dos Conselhos de Ensino, de Classe e dos Colegiados dos cursos;	2009-2014
14. Potencializar políticas inclusivas.	14.1 Ampliar as condições de acessibilidade e do acompanhamento psicopedagógico dos alunos com necessidades educacionais especiais;	2009-2014
	14.2 Fortalecer os programas educativos do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNEE;	2010-2014
	14.3 Promover fóruns e pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA visando a construção de saberes e procedimentos metodológicos que assegurem qualificação social e profissional aos	2010-2014

	<i>segmentos contemplados com essa oferta no IFS;</i>	
	<i>14.4 Constituir equipe multidisciplinar para melhorar o acompanhamento psicopedagógico e monitorar o desempenho acadêmico dos alunos, com vistas ao êxito e à permanência deles no processo educativo;</i>	2010-2014
	<i>14.5 Ampliar os procedimentos de assistência aos alunos, principalmente, aqueles em regime de internato, de forma a promover a permanência com êxito dos alunos;</i>	2010-2014
15. Criar políticas de Educação a distância – EAD	<i>15.1 Implantar o Núcleo de Educação a Distância – NEAD-IFS;</i>	2009-2010
	<i>15.2 Realizar capacitações para os servidores que atuarão no NEAD/ IFS;</i>	2010-2014
	<i>15.3 Promover programa de capacitação continuada para os servidores que atuarão no NEAD/ IFS.</i>	2010-2014

DIMENSÃO: Pesquisa e Inovação Tecnológica (D7)

Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
17. Criar política de pesquisa e inovação tecnológica	<i>17.1 Fomentar a divulgação científica;</i>	2010-2014
	<i>17.2 Consolidar atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT;</i>	2009-2010
	<i>17.3 Fomentar a incubação de empresas;</i>	2009-2014
	<i>17.4 Criar e consolidar grupos de pesquisa;</i>	2009-2014
	<i>17.5 Ampliar Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;</i>	2009-2014
	<i>17.6 Criar núcleos de produção científica em todos os Campi;</i>	2009-2010
	<i>17.7 Criar o Conselho Científico do IFS;</i>	2009-2010
	<i>17.8 Criar Setor de Relações Internacionais.</i>	2009-2010

DIMENSÃO: Orçamento e Finanças (D8)

Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
18. Controlar a execução orçamentária e financeira do IFS	<i>18.1 Implantar sistema de controle de custos;</i>	2010-2011
	<i>18.2 Ajustar a execução orçamentária através dos elementos de despesa para atender demandas do IFS;</i>	2009-2014
	<i>18.3 Classificar informações orçamentárias e financeiras para subsidiar decisões;</i>	2009-2014
	<i>18.4 Orientar a elaboração de Planos de Trabalho para descentralização de crédito orçamentário e acompanhar a sua execução;</i>	2009-2014

DIMENSÃO: Comunicação (D9)

Objetivos Estratégicos	Metas	Período de Execução
21. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação no IFS.	<i>21.1 Elaborar Plano de Desenvolvimento de Comunicação Social do IFS;</i>	2009-2010
	<i>21.2 Avaliar e reformular a utilização dos meios de comunicação existentes (e-mail, intranet, jornal, rádio educativa);</i>	2009-2010
	<i>21.3 Consolidar o e-notícias IFS;</i>	2009-2010
	<i>21.4 Implantar setores de Comunicação nos Campi;</i>	2009-2014

	<i>21.5 Promover a comunicação institucional nos site do IFS;</i>	<i>2009-2010</i>
22. Consolidar a identidade do IFS.	<i>22.1 Desenvolver peças e campanhas promocionais e comunicacionais do Instituto;</i>	<i>2009-2014</i>
	<i>22.2 Promover Oficinas de Comunicação para comunidade do IFS;</i>	<i>2009-2014</i>
	<i>22.3 Definir Projeto de Comunicação Visual do IFS e implantá-lo em todos os Campi e Reitoria.</i>	<i>2009-2014</i>

1.4 Áreas de atuação acadêmica

Os Institutos, autarquias federais que ministram ensino superior de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, oferecem ainda formação pedagógica de professores para a educação básica, cursos técnicos e tecnológicos, além de programas ou cursos de formação inicial e continuada dos trabalhadores.

Essas características conferem abrangência de oferta da Educação Profissional e Tecnológica – EP&T - em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em sintonia com o mundo do trabalho e o tecido social. Neste contexto, desenha-se para o IFS um perfil de responsabilidade paralela e altamente privilegiada em relação às demandas sociais e econômicas através das seguintes ações:

- Promoção de revisões e atualizações freqüentes da sua oferta formativa e dos projetos pedagógicos⁵, no sentido de articulá-los com vista à consolidação e ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais, balizando-os nas potencialidades do desenvolvimento sócio-econômico nas áreas de atuação do IFS;
- Desenvolvimento de pesquisa aplicada à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo benefícios à comunidade através de projetos de extensão, sempre em articulação com o sistema produtivo e os segmentos sociais, buscando veicular saberes científicos e tecnológicos;
- Direcionar ofertas de cursos pautados na estreita articulação e

⁵ Os projetos pedagógicos devem constituir-se (de acordo com a legislação vigente) minimamente dos seguintes itens: histórico da Instituição; concepção, fundamentos / princípios e objetivos pedagógicos; princípios da organização curricular; orientação metodológica; avaliação da aprendizagem e avaliação do projeto pedagógico. O documento deve também expressar os movimentos de ação e reflexão sobre a ação da comunidade, composta por professores, alunos e técnico-administrativos bem como descrever as habilidades e competências mínimas do profissional desejado como egresso do respectivo curso.

integração entre a Educação Profissional e a Educação Básica, através da estruturação de currículos integrados, elevando o grau de escolaridade do trabalhador a exemplo dos Cursos Técnicos Integrados e da modalidade EJA;

- Ampliação, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008, da oferta de educação superior, preferencialmente os cursos de natureza profissional, promovendo sólida fundamentação em ciência e tecnologia voltadas para geração de inovação tecnológica;
- Ampliação da oferta dos cursos de licenciatura e dos programas de formação pedagógica prioritariamente nas áreas de ciências e matemática em sintonia com as demandas locais e regionais;
- Implementação de procedimentos eficazes de avaliação continuada, com ênfase no emprego das meta-avaliações⁶;

Atendendo às necessidades históricas e regionais de cada unidade, o IFS atua em uma série de áreas do conhecimento e eixos tecnológicos, através oferta de diversos cursos e níveis, conforme segue:

Matriz Pedagógica do Complexo Educacional

Área/Eixo	Curso	Nível de Formação	Unidade
Construção Civil*	Construções Prediais	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus Aracaju Campus Lagarto
	Construção Civil	Técnico de Nível Médio Integrado	Campus Aracaju
Indústria*	Instalações Elétricas	Técnico de Nível Médio (PROEJA)	Campus Aracaju Campus Lagarto
Informática*	Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus Aracaju
	Programação em Sistemas de Informação	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus Aracaju Campus Lagarto
	Programação e Suporte em Sistemas Computacionais	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju Campus Lagarto
Química*	Química de Alimentos	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
	Análises e Processos Químicos	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju

⁶ Consideramos a meta-avaliação como o retorno em feedback de uma avaliação aos seus instrumentos geratrizes com fins de retro-alimentar o sistema de avaliação e tornar o mesmo auto-consistente e redundante em ações e medidas de eficácia e eficiência das mesmas.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Área/Eixo	Curso	Nível de Formação	Unidade
Agropecuária	Zootecnia	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus São Cristóvão
	Agricultura	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus São Cristóvão
Turismo e Hospitalidade*	Agenciamento e Guiamento	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
	Serviços Hoteleiros	Técnico de Nível Médio (Subseqüente, Integrado e PROEJA)	Campus Aracaju
Ambiente, Saúde e Segurança	Saneamento Ambiental	Superior de Tecnologia	Campus Aracaju
Hospitalidade e Lazer	Gestão em Turismo	Superior de Tecnologia	Campus Aracaju
Matemática	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Campus Aracaju
Química	Licenciatura em Química	Licenciatura	Campus Aracaju
Construção Civil	Engenharia de Produção Civil	Engenharia	Campus Aracaju
Controle e Processos Industriais	Automação Industrial	Superior de Tecnologia	Campus Lagarto
Infra-Estrutura	Edificações	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campi Aracaju e Lagarto
	Desenho de Construção Civil	Técnico de Nível Médio (PROEJA)	Campi Aracaju e Lagarto
Informação e Comunicação	Informática	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campi Aracaju e Lagarto
	Manutenção e Suporte em Informática	Técnico de Nível Médio (PROEJA)	Campus São Cristóvão
Controle e Processos Industriais	Eletrotécnica	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
	Eletrônica	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
	Química	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
	Eletromecânica	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Lagarto
	Mecânica	Técnico de Nível Médio (PROEJA)	Campus Lagarto
Produção Alimentícia	Alimentos	Técnico de Nível Médio (Subseqüente e Integrado)	Campus Aracaju
Ambiente, Saúde e Segurança	Segurança do Trabalho	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus Aracaju
Hospitalidade e Lazer	Guia de Turismo	Técnico de Nível Médio (Subseqüente)	Campus Aracaju
	Hospedagem	Técnico de Nível Médio (Subseqüente, Integrado e PROEJA)	Campus Aracaju
Recursos Naturais	Pesca	Técnico de Nível Médio (PROEJA)	Campus Aracaju
	Agropecuária	Técnico de Nível Médio (Subseqüente, Integrado, Concomitante e PROEJA)	Campus São Cristóvão
Produção Alimentícia	Agroindústria	Técnico de Nível Médio (Subseqüente, Integrado, Concomitante e PROEJA)	Campus São Cristóvão

* Cursos técnicos remanescentes mantidos na formatação anterior ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

2. Projeto Pedagógico Institucional – PPI

2.1 Inserção regional

O IFS é constituído pela Reitoria e pelos *Campi* de Aracaju, de Lagarto e de São Cristóvão. Configura-se como uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, com abrangência que extrapola o Estado de Sergipe, pois contempla alguns municípios limítrofes do Estado da Bahia, através dos seus *campi*.

O Campus em Aracaju situa-se em área urbana que dista 3 Km do centro da cidade, capital do Estado de Sergipe, em local de fácil acesso tanto para o setor comercial quanto industrial.

Além dessa área de influência, o Campus de Aracaju mantém forte vinculação com os municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão (antiga capital do Estado), situando-se num contexto geopolítico que abrange um universo de 511.893 habitantes, distribuídos por faixa etária na região metropolitana de Aracaju conforme segue:

Número de habitantes /Região metropolitana de Aracaju

Faixa Etária	Total
< 1 ano	9.145
1 a 4 anos	36.615
5 a 9 anos	45.070
10 a 14 anos	50.990
15 a 19 anos	58.921
20 a 29 anos	102.848
30 a 39 anos	80.019
40 a 49 anos	57.459
50 a 59 anos	34.932
60 a 69 anos	19.479
70 a 79 anos	11.193
80 anos e mais	5.222
TOTAL	511.893

Fonte: IBGE - 2007

Nessa região, em 2004, o IBGE registrava a existência de 1902 estabelecimentos industriais instalados, havendo predomínio das pequenas e microempresas. Nos últimos

anos, tem-se registrado um alto índice de crescimento demográfico, especialmente nas localidades em torno da capital.

O Campus de Lagarto situa-se em área rural, distando 5 Km do centro da cidade de Lagarto, na mesoregião do Agreste Sergipano, a 75 Km da capital. A localização central do município facilita à sua clientela fácil acesso.

O município de Lagarto encontra-se entre os quatro maiores municípios do Estado, possui população de 91.696 habitantes⁷ e economia baseada no comércio, indústria e agroindústria, ocupando posição privilegiada, o que lhe permite ser referência para as cidades de Tobias Barreto, Simão Dias, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Boquim, Salgado, Paripiranga/BA e Rio Real/BA.

O *Campus* de São Cristóvão do IFS, oriundo da transformação da EAFSC, está localizado no povoado Quissamã, município de São Cristóvão, a 17 km de Aracaju, capital de Sergipe. Sua ação educativa busca formar cidadãos profissionais com habilidades técnico-científicas capazes de atuar de forma consciente e produtiva no desenvolvimento e modernização dos setores agropecuários e agroindustriais.

São Cristóvão, município localizado na Região Metropolitana de Aracaju, com 74.189 ⁸ habitantes, limita-se com os municípios de Aracaju a leste, Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras ao norte e Itaporanga d'Ajuda a oeste e sul. Foi a primeira capital de Sergipe, até a transferência para Aracaju em 17 de março de 1855. Tem o título de quarta cidade mais antiga do Brasil, destacando-se em sua economia a agricultura (cana-de-açúcar), a indústria da pesca (peixes, mariscos e camarão), a pecuária (bovinos) e o turismo (cultural).

O IFS no *campus* de São Cristóvão habilita e qualifica profissionais com visão crítica e transformadora do espaço agrário, da produção agropecuária e agroindustrial e dos aspectos sociais envolvidos nos sistemas de produção agrícola. Desta forma, atua também como centro de pesquisa e promove desenvolvimento econômico, social e cultural da microrregião, que engloba os municípios de Itaporanga, Laranjeiras, Maruim, Rosário do Catete, General Maynard, Japaratuba, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão.

Com a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica estão sendo implantados novos *campi* nas cidades-pólo de Estância, Nossa Senhora da Glória

⁷ Fonte: IBGE 2008

⁸ Fonte: IBGE 2008

e Itabaiana. Com a implantação simultânea dessas três unidades, prevista até 2009, baseada em critérios estritamente técnicos, previamente estabelecidos mediante a Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007 e, após consideradas as propostas apresentadas pelas respectivas Prefeituras Municipais, o estado de Sergipe terá assegurado a oferta de educação profissional e tecnológica, praticamente, em todo o seu território.

2.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

O ser humano, singular em sua capacidade de amar, questionar, refletir, aprender, transformar e interagir com a realidade que o rodeia, tem possibilidades para desenvolver suas capacidades e superar seus próprios limites em harmonia com a família e a sociedade. Através da autoconsciência, o homem é capaz de pensar sobre seu existir, fazer uma análise do passado e projetar seu futuro. O seu desenvolvimento acontece alicerçado, dentre outros, em valores de justiça, lealdade, dignidade, bondade e solidariedade, tornando-o um Ser ético.

A liberdade, inerente ao homem, permeia suas ações quando não impedida por atitudes externas que, no seu pleno gozo, faz prevalecer o direito ao exercício da cidadania.

O IFS tem em sua base filosófica uma concepção de ser humano que possui consciência de si mesmo, que se caracteriza como um ser crítico, com auto-estima elevada, justo e leal aos princípios da ética e da moral que delineiam a conduta humana e tem como compromisso materializar esses princípios na formação profissional.

A ética da identidade assume como básicos os princípios que norteiam a política da igualdade e por isso requer o desenvolvimento da solidariedade e da responsabilidade, estes últimos, em um mundo de trabalho cada vez mais competitivo, só podem ser concretizados pelo respeito aos direitos de todos à educação e ao trabalho.

O IFS tem como atribuição o desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, constantemente confrontada com a realidade local e regional. Prioriza em suas atividades administrativas e pedagógicas um modelo de gestão baseado no diálogo e na busca de sintonia da

práxis educativa com o compromisso social deste Instituto, observando sempre o princípio de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, dimensões que se retroalimentam dialeticamente no processo educativo.

No IFS, o ensino se ocupa da (re)construção dos conhecimentos, viabilizando e favorecendo a aplicação dos saberes construídos por meio da pesquisa e da contextualização do conhecimento tecnológico, pela troca de experiências e pelo legado da criação cultural, mediante a ação comunitária (extensão).

A construção desse conhecimento terá por base a reflexão crítica e a prática efetiva da cidadania, viabilizando ao estudante autoria no processo de investigação, de construção, de produção, de sistematização, de democratização e de superação do saber.

Nessa perspectiva, a pesquisa se configura como um princípio educativo que impulsionará a busca de novos conhecimentos a serem constituídos à luz da intervenção do sujeito sobre sua própria realidade (extensão).

A concretização da pesquisa por meio da extensão fomentará a renovação da prática educativa e dos currículos, retroalimentando o ensino.

Ainda atendendo a sua função educativa, a pesquisa prescinde dos conhecimentos disseminados pelo ensino, como um ponto de partida para novas descobertas. Interdepende da extensão para difusão e aplicação da sua produção.

Assim, estabelece-se a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Nessa dinâmica, em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, as três dimensões tornam-se interdependentes e atuam de forma sistêmica.

2.3 A Organização didático-pedagógica da Instituição

No Instituto Federal de Sergipe verifica-se que os docentes, em geral, empregam práticas pedagógicas independentes e diversificadas. Não obstante, optamos por descrever formalmente aspectos desta prática que não são determinantes, mas são inerentes ao fazer pedagógico de cada um deles.

Constata-se que essa ação docente é norteadada por alguns princípios pedagógicos que envolvem aspectos da teoria de Ausubel e de outras concepções pedagógicas, delineados pela construção de aprendizagem significativa, processo pelo

qual as novas informações adquirem significado por interação e/ou associação com aspectos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva, os quais, por sua vez, são também modificados durante esse processo de aprendizagem.

Segundo Ausubel, ***“se tivesse que reduzir toda a psicologia educacional a um só princípio, diria o seguinte: o fator isolado mais importante influenciando a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Determine isso e ensine-o de acordo.”*** ()

Além disso, para que a estrutura cognitiva preexistente influencie e facilite a aprendizagem subsequente é preciso que seu conteúdo tenha sido aprendido de forma significativa, isto é, de maneira não arbitrária e não literal. Outro aspecto a ser esclarecido é a idéia de que ***“aquilo que o aprendiz já sabe”*** não é simplesmente a idéia de *“pré-requisito”*, como é concebido tradicionalmente.

“Determine isso” também não é uma tarefa simples, pois significa *“determinar a estrutura cognitiva preexistente”*, ou seja, os conceitos, as idéias, as inter-relações, a organização e as proposições disponíveis na mente do indivíduo. Significa, no fundo, fazer quase que um *“mapeamento”* da estrutura cognitiva, algo que dificilmente se consegue fazer através de testes convencionais que, via de regra, enfatizam o conhecimento factual e estimulam a memorização.

Finalmente, ***“ensine-o de acordo”*** também é uma idéia com atitudes nada fáceis, visto que implica em basear o ensino naquilo que o aprendiz já sabe, em identificar os conceitos organizadores básicos do que vai ser ensinado, em utilizar recursos e princípios que facilitem a aprendizagem. Para que ela possa ser significativa o material de estudo proposto tem que ser potencialmente significativo e o aprendiz manifestar disposição para aprender. A primeira dessas condições implica que o material tenha significado lógico e que o estudante tenha disponíveis em sua estrutura cognitiva experiências e saberes que lhe permitam estabelecer relações com o objeto de estudo.

A estrutura cognitiva de um indivíduo é o complexo organizado, resultante dos processos cognitivos através dos quais esse indivíduo constrói e aplica o conhecimento. Para Ausubel, novas idéias e informações podem ser aprendidas na medida em que conceitos relevantes e inclusivos estejam adequadamente claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e sirvam, dessa forma, de ancoradouro a novas idéias e conceitos.

Isto já é um começo do aprender a aprender.

Dessa forma, entendemos que esses princípios transformados em ação pedagógica fomentam no corpo discente (quicá, docente) a capacidade de pensar e gerar mecanismos próprios de aprendizagem. Partindo da compreensão de que enquanto o discente não assumir uma postura autodidata ele estará aproveitando a menor o seu espaço em sala de aula e usufruindo também a menor dos saberes e das orientações dadas pelos professores.

Diretrizes Pedagógicas

As Diretrizes Pedagógicas que norteiam as políticas educativas do IFS emanam dos princípios e das concepções estruturantes da sua identidade e do seu compromisso social, contemplando desde a educação básica até a pós-graduação, sempre em sintonia e comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, contextualizando com os arranjos produtivos locais.

Nessa perspectiva, a Instituição buscará desenvolver e potencializar ações que respondam aos desafios que ora se impõem à consolidação de sua nova identidade, para tanto foram propostos coletivamente procedimentos do fazer pedagógico:

- Potencializar estratégias de interação com o sistema produtivo e interlocução com outras políticas no sentido de fortalecer o diálogo do IFS com a Sociedade;
- Fomentar a Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, como processo interligado, inerente ao ato educativo numa perspectiva de aprendizagem continuada, como possibilidade de construir e socializar saberes com maior amplitude, de forma crítica e transformadora;
- Planejar e construir coletivamente referenciais teórico-metodológicos que norteiem o trabalho pedagógico no IFS;
- Adotar processo educativo investigativo, que elimine a dicotomia teoria/prática e fomente a (re)construção de conhecimentos científicos por meio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de Ensino;
- Buscar a (re)construção do conhecimento através da intervenção na realidade, promovendo contextualização, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade dos saberes com vistas à sua aplicação em projetos comunitários;

- Promover programas de formação continuada dos educadores para atualização dos conhecimentos em suas áreas de atuação, possibilitando adequação de suas metodologias às necessidades de aprendizagem dos alunos;
- Implementar propostas curriculares flexíveis e comprometidas com as questões sociais, éticas e ambientais, relacionando-as às áreas específicas de formação profissional e do tecido social;
- Divulgar para a comunidade tecnologias e projetos desenvolvidos na Instituição através de eventos e programas, estimulando o interesse pela pesquisa e produção.
- Ampliar as condições de acessibilidade e de acompanhamento psicopedagógico dos alunos, fortalecendo os programas educativos do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNEE;
- Promover fóruns e pesquisas com educadores e estudantes do PROEJA visando a construção de saberes e procedimentos metodológicos que possibilitem qualificação social e profissional a esses alunos;
- Ampliar os procedimentos de assistência aos alunos, particularmente, àqueles em regime de internato, de forma a promover a sua permanência com êxito.

Concepções curriculares

Na elaboração dos nossos currículos se busca contemplar processo de construção do conhecimento técnico-científico que se articula ao espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configuram a partir do entendimento de que ciência e técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, promovendo através do ato educativo a capacidade de ação, transformação e interação do homem com o meio.

Importante elemento da organização acadêmica, o currículo em nossa instituição é concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais sócio-antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos. Estes referenciais instituem o currículo como um conjunto de elementos que integram o processo de ensino-aprendizagem num determinado tempo e contexto. São promovidas continuamente a atualização, a flexibilização e o aperfeiçoamento desses currículos, partindo-se dos elementos extraídos dos processos avaliativos.

No Projeto Pedagógico de Curso - PPC, documento de orientação acadêmica, consta, dentre outros elementos, a organização curricular, conhecimentos e saberes necessários à formação profissional requerida pelo perfil do egresso; estrutura curricular; planos de ensino por componente curricular, bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; equipe docente e administrativa; recursos materiais, serviços de laboratórios e infraestrutura de apoio ao funcionamento do curso.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos no IFS são construídos coletivamente e têm como parâmetros a legislação de ensino em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Catálogos Nacionais de Cursos Superiores e Técnicos, atualmente definidos por eixos tecnológicos.

O processo de atualização e validação curricular ocorrido em nossa instituição ao final do ano letivo 2008 se deu, motivado pela mudança na definição das áreas profissionais para eixos tecnológicos. Ao se instituir os eixos tecnológicos, possibilitou-se a construção de uma linha central definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular dando identidade aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos superiores de tecnologia, imprimindo assim, direção aos PPC.

Partindo dessa compreensão inferimos que, a consonância dos PPC com os eixos tecnológicos tende a fortalecer a identidade dos Cursos, viabilizando a sintonia desses com as vocações e peculiaridades regionais, além de ampliar e promover maior visibilidade aos títulos acadêmicos, através de uma definição mais clara da abrangência de atuação dos profissionais no mundo do trabalho.

A operacionalização dos currículos deste Instituto demanda ações educativas que fomentam a construção de aprendizagens significativas e viabilizem a articulação e a mobilização dos saberes, estabelecendo um relacionamento ativo, construtivo e criador com o conhecimento. São priorizadas estratégias e metodologias que rompem com a dualidade entre teoria e prática e que possibilitam a conjugação dos saberes técnicos, científicos e culturais.

Destarte, para assegurar a concretização dessa proposta curricular, desenvolvem-se metodologias de integração entre os componentes curriculares, tendo como princípios a interdisciplinaridade, a contextualização, a flexibilidade e a valorização das

experiências dos alunos, vinculando-as aos saberes acadêmicos, ao trabalho e às práticas sociais.

Julga-se também imprescindível nesse processo, a clareza na perspectiva dos olhares docente e discente sobre as atividades pedagógicas, cabendo ao docente posicionar-se como mediador do processo, preparando-se para enfrentar os desafios dessa ação educativa, comprometendo-se com o seu fazer diário, que também deve ser coletivo e passível de avaliação permanente.

Quanto ao aluno, este será o protagonista do processo educativo, engajando-se na construção dos valores que fundamentarão o seu desenvolvimento intelectual, humano e profissional.

As atividades educativas, voltadas para assegurar a integração entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, através da seleção adequada dos conteúdos e da sua inter-relação, assim como do tratamento metodológico dado ao processo de construção do conhecimento, considerando a organicidade dos currículos que tem por objetivo a formação integral do estudante.

De acordo com Ciavatta, “o termo integrar deve ser compreendido em uma perspectiva de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos”.

A pluricurricularidade no IFS

Dando continuidade a proposta pluricurricular já implantada na Instituição, o IFS permanece oferecendo todos os níveis e modalidades da EPT, formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas nas áreas da ciência, engenharia e programas de pós-graduação.

Com essa amplitude, a Instituição possibilita uma diversidade de propostas curriculares, flexibilizando os itinerários de formação e a integração dos níveis da educação básica e superior. Nesse sentido, o ambiente multifacetado do processo educativo possibilita ricos elos pedagógicos que fortalecem as relações entre o saber e o fazer.

Trabalhar o conhecimento de forma integrada e verticalizada vem exigindo novas posturas da prática docente, pois os novos currículos estabelecem diálogos entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e as habilidades relacionadas ao trabalho, possibilitando superação da prática dualista da nossa educação.

Concepções e princípios dos currículos em desenvolvimento no IFS:

Técnicos de nível Médio – Integrado ao Ensino Médio

Os currículos dos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio têm como pressuposto a formação integral do profissional, superando a segmentação e a desarticulação entre formação geral e formação profissional. Partem da compreensão de que a educação é o exercício de prática social transformadora e de que a função deste Instituto é a de promover uma educação que combine os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, visando à formação de um cidadão crítico, reflexivo, competente tecnicamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais e em condições de se inserir de forma satisfatória no mundo do trabalho.

Técnicos de nível Médio na modalidade EJA/PROEJA

As propostas curriculares dos Cursos Técnicos de nível Médio Integrados ao Ensino na modalidade EJA/PROEJA têm em seu cerne uma perspectiva de inclusão, considerando os altos índices de jovens e de adultos com baixo grau de escolaridade e sem qualificação profissional, fato que inviabiliza a inserção destes no mundo do trabalho e no tecido social.

O currículo proposto para esse segmento busca consolidar um dos princípios da função social deste Instituto, que consiste na democratização da Educação Profissional e Tecnológica, assegurando oferta integrada ao Ensino Médio àqueles que não tiveram acesso aos bens produzidos socialmente, possibilitando-lhes condições de efetivar a sua cidadania, através da elevação do grau de escolaridade e da formação profissional.

Técnicos de nível Médio – Subsequente ao Ensino Médio

Oferta destinada aos egressos ou concluintes do Ensino Médio. A organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio possibilita a construção de conhecimentos técnico-científicos necessários ao desempenho da atividade laboral definida pela habilitação profissional.

Esses currículos através de saberes contemplados em seus componentes curriculares e na interatividade com o aluno proporcionam condições para o desenvolvimento d espírito investigativo e crítico em relação aos processos produtivos e a organização do trabalho, além da disposição para buscar o conhecimento de novas tecnologias e aprender continuamente.

Cursos Superiores de Tecnologia

Os cursos superiores de tecnologia voltados à gestão, desenvolvimento e difusão de processos tecnológicos, visam formar profissionais – tecnólogos – para atender a campos específicos no mundo do trabalho.

Destinados aos concluintes do ensino médio ou equivalente, esses currículos contemplam abordagens interdisciplinares e possibilitam ao aluno sólida formação técnico-científica, embora os conhecimentos estejam relacionados a uma área específica de atuação desse profissional no sistema produtivo.

Licenciaturas

Os projetos pedagógicos das Licenciaturas do IFS visam à formação docente para atuar na Educação Básica e Profissional, com os currículos estruturados de maneira a formar o docente com saberes e conhecimentos pedagógicos e científicos, que viabilizem uma prática compatível com as demandas educativas de promoção e desenvolvimento dos alunos.

Esse currículo prioriza estratégias que desenvolvam no licenciando atitudes éticas, críticas, reflexivas e investigativas frente ao processo ensino-aprendizagem, contemplando em seus componentes curriculares a pesquisa como uma prática inerente ao fazer pedagógico e possibilitando ao licenciando a compreensão do papel sócio-político da educação.

Engenharia

Nos Cursos de Graduação em Engenharia as propostas curriculares apresentam itinerários formativos que propiciam aos estudantes formação profissional, capacitando-os a desenvolverem novas tecnologias, estimulados para atuarem de maneira mais eficiente na identificação e resolução de problemas, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de engenharia, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Os Currículos das Engenharias terão um núcleo de conteúdos específicos que se constitui em extensões e aprofundamentos dos conteúdos profissionalizantes e de outros conteúdos destinados a caracterizar as modalidades. O restante da carga horária total do curso é proposto pelo IFS, contemplando conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais necessários para a definição das modalidades de engenharia.

As propostas curriculares estão ancoradas em dois princípios: o primeiro pressupõe a necessidade de serem criados cursos flexíveis, permanentemente atualizados e contemporâneos da tecnologia; o segundo, de somente serem ofertados para a formação de profissionais necessários em nichos de mercado claramente definidos, cuja demanda lhes garanta espaço e, conseqüentemente remuneração.

Pós-graduação

A oferta de cursos de pós-graduação no IFS enseja a formação de profissionais para atuar nos campos da Educação, Ciência e Tecnologia. Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação no IFS são estruturados e articulam conhecimentos e saberes que possibilitam a qualificação de profissionais para a pesquisa aplicada em áreas específicas, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado, observando as demandas dos arranjos produtivos locais e regionais.

Atividades de prática profissional e estágio

No IFS a prática profissional desenvolvida visa à construção de saberes definidos nos PPC, através de atividades orientadas por um professor da área do conhecimento, de acordo com o objeto de estudo do aluno. São consideradas práticas profissionais atividades como: estudos de casos, vivências no sistema produtivo, pesquisas, projetos técnico-científicos e comunitários. As atividades referentes à prática profissional estão previstas nos projetos de cursos, com suas respectivas cargas horárias totais, horários semanais, metodologias e instrumentos de avaliação.

O estágio supervisionado é um período destinado a propiciar ao aluno complementação do processo ensino-aprendizagem sendo planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os PPC e legislação em vigor. Em busca da ampliação da oferta de estágio, ações e estratégias de interlocução e interação com o sistema produtivo e instituições públicas vêm sendo desenvolvidas, mas

precisam ser potencializadas, no sentido de estreitar as relações entre escola-empresa-comunidade.

Esse processo fomenta a inserção dos alunos no mundo do trabalho, além de ser um instrumento efetivo de avaliação e de retroalimentação dos currículos que estabelecem os itinerários e os processos formativos dos alunos deste Instituto.

A sistemática de acompanhamento de estagiários é realizada pela Coordenadoria de Integração Escola-Empresa – CIEE, através de normativa interna.

Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem que atenda aos princípios metodológicos definidos em nossas propostas curriculares é processual e exige uma ação integrada dos docentes no ato de avaliar.

A prática educativa coloca essa avaliação como norteadora de um trabalho de construção de conhecimentos, indispensável ao processo de retroalimentação e redefinição dos procedimentos pedagógicos adotados pelos professores e estudantes.

Os aspectos qualitativos assumem posição relevante na avaliação, os quais serão contemplados no processo avaliativo através da adoção de metodologias estimuladoras da criatividade e da autonomia dos estudantes. A operacionalização desse processo avaliativo ocorre através de pesquisas, projetos e soluções de problemas. O aspecto quantitativo também é utilizado como forma de registro do desempenho acadêmico do estudante.

Portanto, a avaliação do desempenho escolar será diagnóstica e processual, verificando o desenvolvimento dos conhecimentos e saberes construídos durante o processo ensino-aprendizagem. O aproveitamento escolar será realizado por meio do acompanhamento contínuo do aluno, utilizando-se estratégias, instrumentos e técnicas que possam aferir seu desempenho nas atividades teórico-práticas.

Dentre os instrumentos e técnicas de avaliação que poderão ser utilizados, destacam-se o diálogo, a observação, a participação, as fichas de acompanhamento, os trabalhos individuais e em grupo, testes, provas, pesquisas bibliográficas e de campo, demonstração prática, seminários, elaboração e execução de projetos, produção científica e artístico-cultural.

Constatadas dificuldades de aprendizagem, o professor deverá propiciar aos alunos reorientação de estudos para que possam superar as dificuldades apontadas no processo avaliativo.

Práticas Pedagógicas Inovadoras

As práticas pedagógicas adotadas pelos educadores desta Instituição partem do pressuposto de que a efetividade delas depende do grau de aprendizagem dos alunos. É usual no fazer pedagógico dos docentes o emprego de metodologias e práticas centradas na aprendizagem. Para tanto, elegem atividades como elaboração e desenvolvimento de projetos, identificação e solução de problemas transpostos da realidade, preferencialmente com abordagem interdisciplinar. A seleção das atividades parte do pressuposto de que quanto mais desafiadoras forem, mais contribuirão para o desenvolvimento de atitudes investigativas e autônomas dos alunos frente aos desafios do processo de aprendizagem.

Dentre outras atividades, são realizadas com o objetivo de socializar, contextualizar e relacionar saberes e processos pedagógicos com o mundo do trabalho, visitas técnicas, feiras, mostras e exposições tecnológicas. Essas atividades não se contrapõem e nem banalizam as práticas de transmissão de conhecimento, por reconhecermos que, também, se constituem procedimentos válidos no processo de ensino.

É conveniente salientar que ao utilizarem práticas expositivas para atender especificidades das suas disciplinas, os professores buscam apoio de novas tecnologias da informação e comunicação dentre outros instrumentos facilitadores da aprendizagem e potencializadores da interação professor-aluno.

2.4 Políticas de Ensino

O IFS fundamenta as suas políticas de Ensino nos princípios legais advindos da LDB e dos Decretos e Pareceres que a regulamentam e asseguram a autonomia e flexibilidade desta Instituição.

As políticas aqui definidas devem contemplar com qualidade a diversidade de ofertas e atendimentos nos diversos níveis de educação profissional e ampliar as possibilidades de inclusão do aluno no mundo do trabalho, propiciando-lhe alternativas de educação continuada. Potencializar ações que promovam a interação ensino-pesquisa-extensão em articulação com as exigências oriundas do mundo real.

Fundamentar os currículos no saber-fazer, saber-pensar e construir conhecimentos necessários à atuação do cidadão nas atividades sócio-laborais.

Salienta-se que é propósito do ensino consolidar institucionalmente a compreensão de que o processo de aprender não termina na escola ou no trabalho, exigindo qualificação contínua do trabalhador.

Dentre as políticas de ensino acima elencadas, destaca-se a democratização da EPT através das seguintes ações inclusivas:

Manutenção do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O elevado índice de jovens e adultos com baixo grau de escolaridade, sem qualificação profissional, inviabilizando sua inserção no mundo do trabalho e no tecido social determinou a implantação no IFS, em agosto de 2006, do PROEJA, com o funcionamento de quatro cursos: Mecânica, Instalações Elétricas, Serviços Hoteleiros e Desenho de Construção Civil.

Pretende-se com essa oferta, apoiados por políticas públicas que financiem a continuidade e ampliação desses cursos, saldar uma dívida social através da elevação do grau de escolaridade do trabalhador ao nível médio, viabilizando simultaneamente seu acesso à educação profissional.

Há previsão de oferta do PROEJA/FIC, através da descentralização de recursos MEC/SETEC e em parceria com Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, prefeituras de São Cristóvão e Lagarto, para implantar os seguintes cursos:

- Informática e Fruticultura no Município de São Cristóvão;
- Ladrilheiro no presídio feminino de Aracaju e no presídio masculino de Areia Branca;
- Jardinagem e Horticultura no presídio masculino de Areia Branca.

Para 2010, estamos prevendo o funcionamento de Cursos na Modalidade PROEJA FIC de Barman, Camareira e Garçom, além de Pesca.

Educação Inclusiva

Quanto à política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, conforme o Parecer CNE/CEB/Nº17/2001 esse acesso não se

resume apenas à permanência física junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Diante desses desafios a Educação Inclusiva tem sido caracterizada como uma nova concepção, que se constitui na escolarização de todas as pessoas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído nos sistemas escolares.

No IFS, o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEE foi implantado em agosto de 2001, para apoiar e assistir alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Atendendo à política de inclusão, tanto na receptividade quanto para proporcionar condições de continuidade de estudos para as pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência, o IFS disponibilizou equipe multidisciplinar que acompanha, ininterruptamente, esses alunos no ambiente institucional. Atualmente o IFS possui 32 alunos matriculados regularmente em classes inclusivas, conforme tabela:

Deficiência					
Nível/Modalidade	Física	Auditiva	Visual	Mental	Subtotal de alunos por nível/modalidade
Técnico Integrado	03	01	02	-	06
Técnico subsequente	13	02	-	02	17
Superior	07	-	02	-	09
Subtotal de alunos por deficiência	23	03	04	02	32

Matrícula 2009 - alunos com necessidades educacionais especiais por nível/deficiência.

Esse Núcleo oferece subsídios psicopedagógicos que facilitam a interatividade dos estudantes com a comunidade e o processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando recursos pedagógicos, promovendo ações que possibilitem a inclusão e a permanência com êxito desses alunos no IFS.

Nesse sentido, o NAPNEE tem promovido cursos e palestras que buscam sensibilizar e capacitar a comunidade escolar para o processo de educação inclusiva com vistas à oferta da educação profissional e tecnológica para todos.

Educação a Distância

Em relação à oferta da Educação a Distância é consenso entre os educadores que essa possibilidade amplie o processo de democratização da EPT e que a sua implementação deve observar requisitos de qualidade e de acessibilidade.

A consecução dessa propositura impõe desafios pedagógicos que definem a necessidade de adoção de novos procedimentos de ensino, dentre os quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem, através da utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação. Exige envolvimento de estudantes e professores no processo educativo, que ocorre em lugares ou tempos diversos, através de construção de novas redes de aprendizagens.

Dessa forma, o Instituto Federal de Sergipe se propõe a implementar, como uma prática regular na Instituição, programas e cursos, utilizando essa modalidade de ensino, como uma forma efetiva de democratização da EPT em atendimento às demandas de cidadãos que por questões temporais, geográficas e econômicas não teriam acesso a esses saberes.

Pretende-se inicialmente no IFS ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, que está sendo estruturado por um grupo de trabalho, coordenado pelo Departamento de Ensino a Distância do IFS, estabelecendo-se como estratégia de expansão da oferta no período de 2010 a 2014, programas especiais de formação docente, de capacitação de servidores, dentre outros.

2.5 Políticas de Extensão

O IFS, através de programas e projetos de extensão, objetiva aproximar, ampliar e consolidar o saber acadêmico construído neste Instituto, articulando-o às camadas populares, à melhoria de vida das populações carentes e ao setor produtivo.

Nos cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, o IFS vem assegurando capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade.

O IFS também busca, através de projetos de extensão, contribuir com comunidades carentes, por meio de programas que gerem renda e emprego, a exemplo do Programa IFS Comunitário, minimizando, para esse segmento da sociedade, os efeitos negativos da exclusão social.

Dentre as ações e projetos implementados por este Instituto, destacam-se:

- Qualificação profissional através da oferta de cursos de formação continuada à comunidade;
- Prestação de serviços que gerem expectativas de emprego e renda em todos os níveis de escolaridade, contribuindo para minimizar os fatores de exclusão social e para o desenvolvimento sócioeconômico do Estado;
- Assessoria Técnica a ONGs na área de Construção Civil, através da elaboração de projetos arquitetônicos e sanitários, com a participação de professores e concluintes do curso de Construções Prediais do Campus de Aracaju e Lagarto;
- Consolidação da política de relacionamento com o setor produtivo;
- Criação e fortalecimento de programas de extensão com amplitude social;
- Criação de Coordenadoria de Relações Internacionais;
- Fomento à incubação de empresas;
- Consolidação da política de acompanhamento de egressos.

Política de Acompanhamento de Egressos – PAE

O trabalho de acompanhamento pós-escolar realizado pela Diretoria de Extensão pressupõe, antes de tudo, uma forma mais ampla de pensar e conceituar o egresso. Tal conceito não deve ficar restrito, evidentemente, ao sentido de "ex-aluno", isto é, alguém que saiu, que se afastou da escola para se inserir no mercado de trabalho. É bem mais que isso. Na verdade, o egresso deve ser reconhecido como ator social que possibilita uma maior e mais concreta articulação entre o IFS e o mundo do trabalho.

Dessa forma, o egresso deve ser permanentemente auscultado para melhor aparelhar a instituição que o diplomou. É ele, afinal, o ator que mais tem a dizer sobre a dinâmica das relações sociais e econômicas em que está inserido. É ele, enfim, a fonte que pode informar continuamente sobre as expectativas da sociedade a respeito da nossa Instituição.

O papel do egresso, no entanto, será mais importante na medida em que ele não se desfamiliarize do ambiente acadêmico e não se sinta um estranho em relação ao meio que o formou. Do contrário, ele sempre se sentirá um mero informante a quem se recorre em raros momentos em busca de dados que lhe parecem frios e burocráticos. Daí, o acanhado índice de respostas nas pesquisas de egressos em geral.

Para que o egresso se identifique com a nossa Instituição, é preciso assisti-lo da melhor forma possível desde o seu período de adaptação a novas circunstâncias pós-escolares, propiciando-lhe apoio e esclarecimentos, além de oportunidades de formação continuada. Assim estimulado, ele poderá desenvolver atitudes favoráveis e participar proativamente das atividades da Instituição.

Mas o conceito de egresso não deve se limitar apenas àqueles que, formados, passam a ocupar postos no mercado de trabalho. Deve incluir, da mesma forma, o educando que não logrou diplomação, desligando-se do seu curso por razões diversas, ou seja, todo um universo de discentes transferidos ou desistentes. Esse tipo de egresso, quase sempre ignorado, também deve ter direito à voz, para que se possa compreender mais concretamente eventuais problemas de evasão.

Com tal concepção de egresso, pretende-se contribuir para a consolidação de uma cultura permanente de registro e sistematização de dados sobre a situação pós-escolar do educando e estudos de demandas profissionais. Nesse sentido, a pesquisa de egressos é instrumento fundamental para se diagnosticar problemas e rever premissas pedagógicas, constituindo-se em subsídio para a implementação de estratégias de melhoria da qualidade de ensino. Assim, o resultado que dela advém é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação da nossa prática educacional.

Isto significará uma perspectiva de avaliação contínua da formação profissional aqui ofertada, identificando possíveis competências que o mercado requer, ou até induzindo-o a mudanças, a depender do grau de excelência na qualificação dos nossos egressos. O ato de pesquisar o destino do egresso, portanto, será uma forma de se ponderar sobre o mundo em que ele está inserido e dirigir olhares mais atentos sobre os diversos nexos entre educação e trabalho, em busca de indicadores que expressem a adequação ou inadequação dos nossos currículos.

2.6 Políticas de Pesquisa

Com a criação dos Institutos Federais as políticas de pesquisa e inovação tecnológica foram concentradas em uma única estrutura de gestão, a qual tem como políticas:

- Fomentar à divulgação científica pressupõe ações de incentivo e investimento na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados; realização de eventos para a divulgação dos resultados das pesquisas; participação de

professores em eventos científicos; elaboração de editorial e criação de um periódico científico para divulgar trabalhos da instituição, viabilizando a inclusão no sistema Qualis da CAP.

- Criar e consolidar Grupos de Pesquisa através de investimento na melhoria e manutenção da infra-estrutura dos grupos de pesquisa; garantia de distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função da competência do pesquisador e da relevância do projeto; ampliação da inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa; instituição de programa de incentivo e permanência de mestres e doutores no IFS; estímulo à inter e à multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa; organização de seminários por área do conhecimento; criação de modalidade de avaliação sistemática do funcionamento dos grupos.

Criação do Conselho Científico da Instituição

Como órgão consultivo da Reitoria, este conselho objetiva:

- Emitir pareceres sobre a criação de programas de pós-graduação;
- Construir editais relacionados ao fomento da pesquisa na instituição;
- Avaliar os programas da pós-graduação e os convênios interinstitucionais;
- Normatizar a criação dos conselhos de ética na pesquisa.

2.7 Políticas de Gestão

Aprendizagem Organizacional: Uma Propositura para o IFS

Visão Compartilhada

Learning Organizations são comprometidas com a aprendizagem transformadora, através da qual os membros da organização trabalhariam juntos para inventarem um futuro com o qual se comprometam. Daí a opção por um modelo de Gestão Participativa e Responsabilizante que consiste na resposta para resolução das questões internas e propõe a construção de uma ponte entre a administração e a comunidade de servidores docentes e administrativos, fundamental para assegurar a efetividade do processo.

Proposituras Básicas da Visão Compartilhada

A importância da comunhão de propósitos é definida por Senge (1990a) em função do companheirismo em torno de objetivos concretos e legítimos que levem as pessoas a se empenharem em conjunto e por livre vontade. O treinamento, o desenvolvimento de inteligência e habilidades coletivas são maiores do que a soma das inteligências e habilidades individuais.

Para Senge (1990, p. 233),

“No nível mais simples, uma visão compartilhada é a resposta à pergunta: “O que queremos criar?”. Assim como as visões pessoais são retratos ou imagens que as pessoas têm na mente e no coração, as visões compartilhadas são imagens que pertencem a pessoas que fazem parte de uma organização. Essas pessoas desenvolvem um senso de comunidade que permeia a organização e dá coerência a diversas atividades.”

Na verdade, uma visão é realmente compartilhada quando uma equipe possui uma mesma imagem e todos os componentes assumem um compromisso mútuo de manterem essa visão, não só individualmente, mas também em conjunto.

Segundo Senge (1990), a visão compartilhada é vital para a organização de aprendizagem, porque proporciona o foco e a energia para o aprendizado. Dessa forma, deve-se salientar a importância da aprendizagem generativa, conceituada pelo autor como a expansão da habilidade de criar, em contraposição à aprendizagem adaptativa ou reativa, que ocorre sem a orientação de um objetivo comum.

Alguns autores acreditam que seria necessária uma *Liderança Visionária* (Wick & León, 1995) comprometida com o processo de aprendizagem, realista e capaz de comunicar sua visão para os membros da organização, de forma direta e sem complicações, guiando-a rumo à modernidade.

No entanto, é consensual que, independente de como este futuro é concebido, deve ser aceito por todos como representante de suas crenças e ideais para o qual todos pretendem coletivamente trabalhar.

A figura do líder, porém, tem sido revista em organizações voltadas para a aprendizagem constante. Espera-se que os líderes desempenhem papéis mais “a serviço” da aprendizagem, posicionando-se como projetistas, professores e guias-potencializadores (Senge, 1990) do compartilhamento do grupo.

É importante ressaltar que o planejamento do futuro precisa, sobretudo, contar com um sistema de acompanhamento e medição, pois estes mantêm a visão de futuro, ênfase na medição de seus progressos e direcionamento de suas responsabilidades.

Neste modelo, a aprendizagem em equipe nada mais é que a transformação das aptidões coletivas ligadas ao pensamento e à comunicação, de maneira que grupos de pessoas possam desenvolver inteligência e capacidade maiores do que a soma dos talentos individuais.

De acordo com Senge (1990, p. 263),

“Aprendizagem em equipe é o processo de alinhamento e desenvolvimento da capacidade da equipe de criar resultados que seus membros realmente desejam. Ela baseia-se na disciplina do desenvolvimento da visão compartilhada. Ela baseia-se também no domínio pessoal, pois as equipes talentosas são compostas de indivíduos talentosos que compartilham uma visão durante algum tempo, mas que não conseguem aprender. Nunca houve uma necessidade tão grande de dominar a aprendizagem em equipe nas organizações quanto à de hoje.”

Considerando a importância das decisões adotadas coletivamente é que se optou pela criação de dois fóruns: o **Fórum de Gestores e o Fórum de colaboradores**, com finalidades distintas, mas complementares, tem o objetivo de facilitar a comunicação e o entendimento das questões institucionais dentro da sua especificidade, com o Colegiado Dirigente e a comunidade interna.

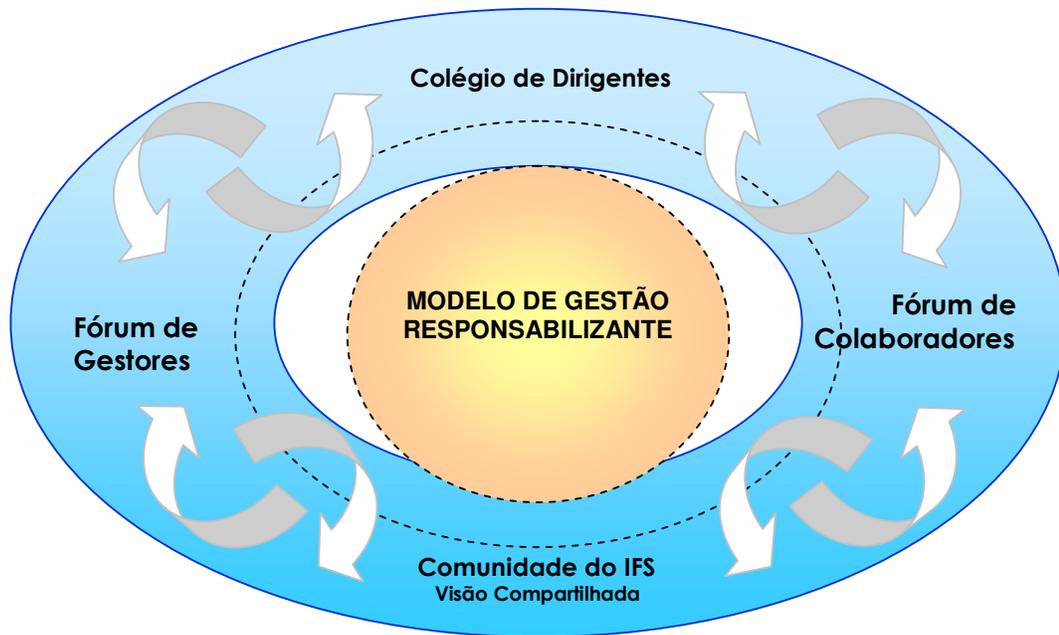
O Fórum Gerencial tem a natureza consultiva e propositiva e a finalidade de manter o diálogo permanente com o Colegiado Dirigente, Corpo Gerencial e Fórum de Colaboradores, estimulando e executando análises sistemáticas e monitoramento do desempenho e performance da instituição, estudando e propondo alternativas de soluções de forma integrada e em sintonia com a missão da instituição.

O Fórum de Colaboradores tem a natureza pedagógica de re-conceituar as relações com o Colegiado Dirigente e Fórum de Gestores e a finalidade de estabelecer um canal de comunicação, visando assegurar a prática do diálogo como instrumento de entendimento e de atualização das questões institucionais da organização.

Em termos de forma, o Modelo de Gestão Responsabilizante deve promover o desenvolvimento e a sustentabilidade política num sentido mais amplo, extrapolando os obstáculos que se colocam no âmbito das relações interpessoais dentro do IFS.

A sustentabilidade do modelo tem a ver com a governabilidade e a capacidade para cumprir o que se propõe a longo prazo e de auto-renovar-se nos diferentes campos de atuação.

No centro do modelo está a própria gestão com sua dinâmica e complexidade. O Modelo de Gestão Responsabilizante é demonstrado na ilustração conforme se segue:



É relevante afirmar que essa forma de Gestão não só motivará os gestores e colaboradores para aprimorarem seus desempenhos na Instituição, mas também para realizarem seu projeto de vida e de crescimento individual humano.

2.8 Responsabilidade Social do IFS

É função do IFS promover educação profissional e tecnológica, ofertando cursos nos diversos níveis e modalidades de ensino em sintonia com as demandas sócio-laborais, contribuindo para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

No projeto de criação dos **INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO** são notórias as responsabilidades e o compromisso social dessas instituições, que estão sendo convocadas a contribuir com os programas e processos de desenvolvimento e de

inclusão social em um país historicamente marcado por enormes contradições na distribuição dos bens socialmente produzidos.

Há que se considerar que o papel requerido das instituições federais de educação profissional e tecnológica implica grande responsabilidade e o IFS enfrentará grandes desafios. Esta Instituição vem aperfeiçoando, transformando e (re)significando as suas práticas, no sentido de responder satisfatoriamente a essas responsabilidades e aos compromissos oriundos desse modelo que ora se apresenta.

O Instituto posiciona-se de maneira estratégica, enquanto instituição pública, nesse projeto de nação que busca a construção de uma sociedade justa e igualitária, pois através da educação e do trabalho pode-se assegurar inclusão social.

Nesse contexto, temos o compromisso de proporcionar educação profissional e tecnológica que prepare o educando não apenas para o emprego, mas para gerar saberes que permitam sua inserção de maneira proativa nos processos produtivos formais e informais, sem perder de vista a interlocução com outras políticas públicas que fomentem ações de pesquisa, difusão de saberes e inclusão social.

3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos

3.1 Programação de Abertura de Cursos de Graduação e Técnicos

3.1.1 Cursos do Campus Aracaju

Cursos Superiores – Campus Aracaju

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
CST em Sistemas para Internet	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	30	02	Matutino	Campus Aracaju	2010/2
Licenciatura Plena em Eletricidade	---	Licenciatura	Presencial	40	01	Noturno	Campus Aracaju	2011
				40	01	Vespertino	Campus Aracaju	2011
Engenharia de Produção em Petróleo e Gás	---	Engenharia	Presencial	40	02	Vespertino	Campus Aracaju	2012
CST ⁹ em Controle de Obras	Infraestrutura	Tecnólogo	Presencial	40	02	Vespertino	Campus Aracaju	2013
Engenharia de Alimentos	---	Engenharia	Presencial	40	02	Vespertino	Campus Aracaju	2014

⁹ CST – Curso Superior de Tecnologia

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cursos Técnicos – Campus Aracaju

Nome do curso	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Automação Industrial	Controle e Processos Industriais	Subsequente	Presencial	40	02	Vespertino	Campus Aracaju	2011
Estradas	Infraestrutura	Subsequente	Presencial	40	02	Noturno	Campus Aracaju	2011
Petróleo e Gás	Produção Industrial	Subsequente	Presencial	40	02	Noturno	Campus Aracaju	2011

3.1.2 Cursos do Campus Estância

Cursos Superiores - Campus Estância

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
CST em Sistemas Elétricos	Controle e Processos Industriais	Tecnólogo	Presencial	50	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2011
CST em Controle de Obras	Infraestrutura	Tecnólogo	Presencial	50	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2012
CST em Telemática	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	50	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2013

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cursos Técnicos - Campus Estância

Nome do Curso	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Edificações	Infraestrutura	Subseqüente	Presencial	40	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2010
		Integrado	Presencial	40	1	Diurno	Campus Estância	2010
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Subseqüente	Presencial	40	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2010
		Integrado	Presencial	40	1	Diurno	Campus Estância	2010
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Subseqüente	Presencial	40	2	Noturno e/ou Diurno	Campus Estância	2010
		Integrado	Presencial	40	1	Diurno	Campus Estância	2010

3.1.3 Cursos do Campus Itabaiana

Cursos Superiores – Campus Itabaiana

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
CST em Logística	Gestão e Negócios	Tecnólogo	Presencial	40	1	Noturno	Campus Itabaiana	2012
CST em Horticultura	Recursos Naturais	Tecnólogo	Presencial	40	1	Noturno	Campus Itabaiana	2012
CST em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	Tecnólogo	Presencial	40	1	Noturno	Campus Itabaiana	2012
Licenciatura em Física	---	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	Campus Itabaiana	2012
Licenciatura em Matemática	---	Licenciatura	Presencial	40	1	Noturno	Campus Itabaiana	2012

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cursos Técnicos – Campus Itabaiana

Nome do curso	Eixos Tecnológicos	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Agronegócio	Recursos Naturais	Integrado	Presencial	40	2	Matutino e Vespertino	Campus Itabaiana	2010
Manutenção Automotiva	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	2	Matutino e Vespertino	Campus Itabaiana	2010
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	2	Matutino e Vespertino	Campus Itabaiana	2010

3.1.4 Cursos do Campus Lagarto

Cursos Superiores–Campus Lagarto

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
CST em Sistemas para Internet	Informação e Comunicação	Tecnólogo	Presencial	30	2	Noturno	Campus Lagarto	2010/2
Licenciatura em Física	---	Licenciatura	Presencial	40	2	Vespertino	Campus Lagarto	2010/2
Licenciatura em Matemática	---	Licenciatura	Presencial	40	2	Vespertino	Campus Lagarto	2010/2
Engenharia Elétrica	---	Engenharia	Presencial	40	2	Vespertino	Campus Lagarto	2011/2
Engenharia Civil	---	Engenharia	Presencial	40	2	Vespertino	Campus Lagarto	2011/2

Cursos Técnicos – Campus Lagarto

Nome do curso	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Subsequente	Presencial	30	2	Vespertino	Campus Lagarto	2010
Comércio	Gestão e Negócios	Subsequente	Presencial	40	2	Matutino	Campus Lagarto	2011
Administração	Gestão e Negócios	Subsequente	Presencial	40	2	Matutino	Campus Lagarto	2012

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Nome do curso	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Agroindústria	Produção Alimentícia	Subsequente	Presencial	30	2	Matutino	Campus Lagarto	2013

3.1.5 Cursos do Campus Nossa Senhora da Glória

Cursos Superiores - Campus Nossa Senhora da Glória

<i>Cursos</i>	<i>Área / Eixos Tecnológicos</i>	<i>Habilitação</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Nº de Alunos/Turma</i>	<i>Nº Turmas por ano</i>	<i>Turno(s) de Funcionamento</i>	<i>Local de Funcionamento</i>	<i>Ano Previsto para a Solicitação</i>
CST em Gestão Comercial	Gestão e Negócios	Tecnólogo	Presencial	50	2	Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2012
Licenciatura em Ciências Naturais	---	Licenciatura	Presencial	50	2	Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2012
CST em Laticínios	Produção Alimentícia	Tecnólogo	Presencial	50	2	Vespertino	Campus Nossa Senhora da Glória	2013

Cursos Técnicos - Campus Nossa Senhora da Glória

<i>Cursos</i>	<i>Eixos Tecnológicos</i>	<i>Tipo da Oferta</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Nº de Alunos/Turma</i>	<i>Nº Turmas por ano</i>	<i>Turno(s) de Funcionamento</i>	<i>Local de Funcionamento</i>	<i>Ano previsto para a solicitação</i>
Cooperativismo	Gestão e Negócios	Proeja	Presencial	40	2	Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2010
Alimentos	Produção Alimentícia	Integrado	Presencial	40	1	Matutino e Vespertino	Campus Nossa Senhora da Glória	2010
		Subsequente	Presencial	40	1	Diurno	Campus Nossa Senhora da Glória	2011

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cursos	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Agroecologia	Recursos Naturais	Integrado	Presencial	40	1	Matutino e Vespertino	Campus Nossa Senhora da Glória	2010
		Subsequente	Presencial	40	1	Diurno	Campus Nossa Senhora da Glória	2011
Comércio	Gestão e Negócios	Subsequente	Presencial	40	2	Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2010

3.1.6 Cursos do Campus São Cristóvão

Cursos Superiores - Campus São Cristóvão

Cursos	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
CST em Agroecologia	Recursos Naturais	Tecnólogo	Presencial	40	2	Matutino	Campus São Cristóvão	2010
CST em Gastronomia	Hospitalidade e Laser	Tecnólogo	Presencial	40	2	Vespertino	Campus São Cristóvão	2010
Licenciatura em Biologia	---	Licenciatura	Presencial	40	2	Vespertino	Campus São Cristóvão	2012

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cursos Técnicos – Campus São Cristóvão

Cursos	Eixos Tecnológicos	Tipo da Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	2	Matutino e Vespertino	Campus São Cristóvão	2010
Alimentação Escolar	Apoio Educacional	Subsequente	Presencial	40	1	Matutino	Campus São Cristóvão	2011
Aquicultura	Recursos Naturais	Subsequente	Presencial	40	1	Matutino	Campus São Cristóvão	2011

3.2. Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*)

Programação de Abertura de Cursos de Pós-graduação

Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (recursos descentralizado SETEC/MEC)	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	35	02	Vespertino e Noturno	Campi Aracaju e Lagarto	2009
Agrosistemas	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus São Cristóvão	2010
Automação e Controle	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2010
Cooperativismo	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Aracaju	2010
Educação Física	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2010
Engenharia de Produção Civil	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Ensino de Ciências	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	50	01	Noturno	Campus Lagarto	2010
Geoprocessamento	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Gestão Ambiental	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2010

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Gestão Pública	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Aracaju	2010
Meio Ambiente	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2010
Recursos Energéticos	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Aracaju	2010
Automação e Controle	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	01	Noturno	Campus Lagarto	2011
Engenharia Elétrica - Recursos Energéticos, Automação e controle, Biomédica	<i>Stricto Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2010/2011/2012
Meio Ambiente e Gestão Ambiental	<i>Stricto Sensu</i>	Presencial	15	01	Diurno/noturno	Campus Lagarto	2011
Engenharia Ambiental	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	01	Noturno	Campus Aracaju	2012
Ensino em Química	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	40	01	Noturno	Campus Aracaju	2012
Agroecologia	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	50	01	Matutino, Vespertino e Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2013
Danças Populares e de Rua	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	60	02	Matutino, Vespertino e Noturno	Campus São Cristóvão	2013
Engenharia de Produção Civil	<i>Stricto Sensu</i>	Presencial	15	01	Matutino	Campus Aracaju	2013
Metodologia do Ensino das Ciências Naturais	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	50	01	Matutino, Vespertino e Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2013
Restauração	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	40	01	Vespertino.	Campus São Cristóvão	2013
Tecnologias Sociais na Agricultura Familiar	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	50	01	Matutino, Vespertino e Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2013
Turismo Rural	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	40	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2013
Uso Sustentável de Recursos Hídricos em Região Semi-árida	<i>Lato Sensu</i>	Semi-Presencial	50	01	Matutino, Vespertino e Noturno	Campus Nossa Senhora da Glória	2014

3.3. Programação de abertura de cursos sequenciais

Programação de Abertura de Cursos Seqüenciais

Nome do curso	Área correspondente	Nº de alunos / turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
<p>A Instituição ainda não oferta cursos seqüências pois a oferta dos mesmos está indexada ao primeiro reconhecimento de cursos no nível superior.</p>						

3.4. Programação de abertura de Cursos a distância

Programação de Abertura de Cursos a distância

Nome do curso	Habilitação	Modalidade	Abrangência geográfica	Pólos de Apoio presencial	Ano Previsto para a solicitação
CST em Sistemas para Internet	Tecnólogo	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância	2010
Licenciatura em Matemática	Licenciatura	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância	2010
CST em Ciências	Licenciatura	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2011
CST em Gestão Pública	Tecnólogo	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2011
CST em Hotelaria	Tecnólogo	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2012
Técnico em Guia de Turismo	Técnico	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2012
Programas Especiais de Formação Pedagógica	Aperfeiçoamento	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana.	2012
Gestão Tecnológica	Lato Sensu	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2013
Tecnologias para Educação	Lato Sensu	Distância	Sergipe	Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Estância, N.S. Gloria, Itabaiana	2013

3.5. Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos

Programação de aumento de vagas para cursos superiores reconhecidos

Nome do Curso	Área / Eixos Tecnológicos	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº Turmas por ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
<p>A Instituição ainda não possui cursos de nível superior reconhecidos pelo MEC</p>								

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Programação de aumento de vagas para cursos técnicos reconhecidos – Campus Aracaju

Nome do Curso	Eixos Tecnológicos	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Vagas Autorizadas	Nº de Vagas a Solicitar	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Alimentos	Produção Alimentícia	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2013
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Aracaju	2011
Desenho de Construção Civil	Infraestrutura	PROEJA	Presencial	40	20	Campus Aracaju	2012
Edificações	Infraestrutura	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2013
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Aracaju	2013
Eletrônica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2011
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Aracaju	2011
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2011
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Aracaju	2011
Hospedagem	Hospitalidade e Lazer	PROEJA	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2013
Informática	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2011
Pesca	Recursos Naturais	PROEJA	Presencial	40	20	Campus Aracaju	2012
Química	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	40	Campus Aracaju	2011
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Aracaju	2012
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Subsequente	Presencial	30	40	Campus Aracaju	2011

Programação de aumento de vagas para cursos técnicos reconhecidos – Campus Lagarto

Nome do Curso	Eixos Tecnológicos	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Vagas Autorizadas	Nº de Vagas a Solicitar	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Desenho de Construção Civil	Infra-Estrutura	PROEJA	Presencial	40	40	Campus Lagarto	2013
Edificações		Integrado	Presencial	40	40	Campus Lagarto	2011
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Lagarto	2010
Eletromecânica	Controle e Processos Industriais	Integrado	Presencial	40	40	Campus Lagarto	2010
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Lagarto	2010
Informática	Informação e Comunicação	Integrado	Presencial	40	40	Campus Lagarto	2013
		Subsequente	Presencial	30	30	Campus Lagarto	2012

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Programação de aumento de vagas para cursos técnicos reconhecidos – Campus São Cristóvão

Nome do Curso	Eixos Tecnológicos	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Vagas Autorizadas	Nº de Vagas a Solicitar	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Agroindústria	Produção Alimentícia	Integrado	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2013
		Subseqüente	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2012
		Concomitante p/Convênio com SEED	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2011
Agropecuária	Recursos Naturais	Integrado	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2012
		Subseqüente	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2010
		Concomitante p/Convênio com SEED	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2011
Manutenção e Suporte em Informática	Informação e Comunicação	PROEJA	Presencial	40	40	Campus São Cristóvão	2013

3.6. Programação de aumento de vagas para cursos em processo de reconhecimento

Programação de Aumento de Vagas para Cursos Superiores em processo de Reconhecimento

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Turno(s) Funcionamento	Nº de Vagas Autorizadas	Nº de vagas a Solicitar	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Gestão de Turismo	Turismo e Hospitalidade	Tecnólogo	Presencial	Diurno e Noturno	50	100	Campus Aracaju	2011
Saneamento Ambiental	Meio Ambiente	Tecnólogo	Presencial	Diurno e Noturno	50	100	Campus Aracaju	2011
Automação Industrial	Indústria	Tecnólogo	Presencial	Diurno e Noturno	50	100	Campus Lagarto	2012
Matemática (Licenciatura)	Matemática	Licenciatura	Presencial	Diurno e Noturno	50	100	Campus Aracaju	2012
Engenharia de Produção Civil	-	Engenharia	Presencial	Diurno	50	100	Campus Aracaju	2013
Química	-	Licenciatura	Presencial	Diurno e Noturno	50	100	Campus Aracaju	2013

3.7 – Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno

Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno

Nome do curso	Área / Eixos Tecnológicos	Habilitação	Modalidade	Turno(s) Funcionamento	Turno proposto	Ano previsto para a solicitação
A Instituição não tem previsão de remanejamento de vagas ou criação de novo turno						

3.8 – Programação de abertura de cursos de Extensão

Programação de abertura de Cursos de Extensão

Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Autocad 2D	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Desenho e Pintura Básico	Extensão	Presencial	20	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Espanhol Básico	Extensão	Presencial	20	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Esperanto	Extensão	Presencial	30	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Inclusão Digital	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Inglês Básico	Extensão	Presencial	20	01	Vespertino	Campus Lagarto	2009
Interpretação de Trilhas em Ecoturismo	Extensão	Presencial	20	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2009
Libras	Extensão	Presencial	20	03	Matutino/Vespertino	Campus Aracaju	2009
Qualidade de Vida	Extensão	Presencial	30	01	Matutino	Campus Aracaju	2009
Redação Oficial e o Novo Acordo Ortográfico	Extensão	Presencial	20	02	Vespertino	Campi Aracaju/Lagarto	2009
Web Designer	Extensão	Presencial	10	01	Vespertino	Campus São Cristóvão	2009
Administração de Condomínio	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Aracaju	2010

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Adobe Photoshop	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2010
Autocad 3D	Extensão	Presencial	10	01	Vespertino	Campus Aracaju	2010
Coreldraw	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2010
Espanhol Conversação	Extensão	Presencial	20	01	Matutino	Campus Aracaju	2010
Introdução à Perícia Ambiental	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Libras	Extensão	Presencial	20	02	Matutino	Campi Lagarto/São Cristóvão	2010
Oficina de Teatro	Extensão	Presencial	20	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Oratória	Extensão	Presencial	20	01	Vespertino	Campus Aracaju	2010
Pregão Eletrônico	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Lagarto	2010
Produção de Texto e o Novo Acordo Ortográfico	Extensão	Presencial	30	02	Matutino/Vespertino	Campus Aracaju	2010
Qualidade de Vida	Extensão	Presencial	30	01	Vespertino	Campus Aracaju	2010
Turismo Receptivo e Qualidade de Atendimento	Extensão	Presencial	30	02	Noturno	Campus Aracaju Campus Lagarto	2010
Violão Básico	Extensão	Presencial	10	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Acompanhante de Pessoas da Terceira Idade	Extensão	Presencial	20	01	Noturno	Campus Aracaju	2011
Autocad 2d	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus Lagarto	2011
Espanhol Conversação	Extensão	Presencial	20	02	Matutino Noturno	Campus Aracaju	2011
Iluminação para Teatro	Extensão	Presencial	20	01	Noturno	Campus Aracaju	2011
Inglês Conversação	Extensão	Presencial	20	02	Matutino Vespertino	Campus Aracaju	2011
Legislação Tributária para Pequenas e Médias Empresas	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Aracaju	2011
Licenciamento Ambiental para Pequenas e Médias Empresas	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Aracaju	2011
Licitação e Contratos Básico	Extensão	Presencial	30	01	Vespertino	Campus Aracaju	2011
Turismo Receptivo e Qualidade de Atendimento	Extensão	Presencial	30	01	Noturno	Campus Lagarto	2011

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Nº de Alunos/Turma	Nº turmas por Ano	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano Previsto para a Solicitação
Web Designer	Extensão	Presencial	10	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2011
Barman	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	35	01	noturno	Campus Aracaju	2010
Bombeiro Hidráulico	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Vespertino/Noturno	Campus Aracaju	2010
Camareira	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	35	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Fruticultura e Processamento de Frutas	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Vespertino/Noturno	Campus São Cristóvão	2010
Garçom	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	35	01	Noturno	Campus Aracaju	2010
Informática Básica	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Noturno	Campus São Cristóvão	2010
Jardinagem e Olericultura	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Matutino	Campus São Cristóvão	2010
Ladrilheiro	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Vespertino/noturno	Campus Aracaju	2010
Panificação	Formação Integral Continuada (FIC)	Presencial	30	01	Noturno	Campus São Cristóvão	2010

3.9 Planejamento de Programas de Pesquisa

Os programas de pesquisa do Instituto estão em sintonia com as metas individualizadas dos projetos pedagógicos de cada curso e também de acordo com as metas individuais de cada pesquisador cadastrado.

O IFS se propõe a desenvolver os seguintes programas e ações de Pesquisa:

Formação de Pesquisadores

Item	Descrição	Objetivo	Ano Implantação
01	Pró-Pesquisador	Custear a formação de pesquisadores	2010
02	PROINFRA Institucional	Criar infra-estrutura física para os novos pesquisadores do IFS	2010
03	Potencialização do PIBIC (*)	Consolidar o programa através da ampliação do custeio	2010
04	Formação de pesquisador jr.	Criar ações paralelas ao PIBIC	2010
05	Criação do PIBITI (**)	Criar ações de custeio ao programa	2010

* PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

** PIBITI – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Fomento à divulgação científica

A divulgação científica engloba ações, tais como:

- Incentivar e investir na publicação de trabalhos de pesquisa em periódicos indexados;
- Apoiar a realização de eventos para a divulgação dos resultados de trabalhos de pesquisa;
- Apoiar a participação de professores em eventos científicos;
- Elaborar uma política editorial de criação de um periódico científico, a fim de viabilizar a divulgação dos trabalhos científicos da instituição, e que posteriormente conduza à inclusão no sistema Qualis da CAPES.

Consolidação da atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica

A atividade inventiva tem grande importância no mundo atual, pois, é através dela que a sociedade consegue modificar os processos produtivos existentes, que por sua vez levam a ganhos de competitividade nos produtos fabricados. Conforme Schumpeter¹⁰, o desenvolvimento de uma economia acontece pelo surgimento de

¹⁰ SCHUMPETER, Joseph A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Série os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.48.*

novas combinações (inovações) que podem ser dadas por meio da introdução de um novo bem, introdução de um novo método de produção.

A atividade de inovação resulta da incorporação de novos conhecimentos à cadeia produtiva, e pode ser compreendida como uma invenção que se inseriu no processo produtivo. Nesse contexto, os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT têm importância fundamental, na medida em que proporcionam a ponte entre os pesquisadores e o setor produtivo, pois, sabe-se que o Brasil representa 2% de toda a produção científica mundial, a qual essencialmente é efetivada pelas Universidades, entretanto, tal conhecimento não tem se revertido em inovação. Assim, o NIT deve ser o canal de apoio às ações que tenham por fundamento a inovação tecnológica e a transferência tecnológica.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, o NIT está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Extensão, na medida em que esta é a promotora das atividades de inovação. Vale salientar que o estatuto do NIT encontra-se aprovado desde 2007.

Metas do NIT

DIMENSÃO: PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO			
Objetivo Estratégico	Principais Ações	Metas	Indicadores
Consolidação do NIT	Prospecção junto aos professores de trabalhos que possam vir a ser patenteados	Depositar, entre 2010 e 2014, duas patentes decorrentes da prospecção junto aos professores	Número de patentes depositadas no INPI
	Viabilizar cursos voltados para a Inovação Tecnológica	Realizar de dois cursos duração anualmente	Nº de cursos realizados
	Prospectar junto às empresas pré-incubadas e incubadas produtos que possam vir a ser patenteados	Depositar, entre 2010 e 2014, duas patentes decorrentes da prospecção junto às empresas incubadas	Número de patentes depositadas
	Participar de Editais voltados para Ciência, Tecnologia e Inovação	Ser aprovado em um Edital voltado para CT&I da FINEP, FAPITEC, CNPQ, CAPES e demais Instituições que os promovam, anualmente	Número de aprovações em editais

Fomento à incubação de empresas

O fomento à incubação de empresas é uma política que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, através de uma formação diferenciada, baseada na

preparação do aluno para o mundo empresarial, através de convênios institucionais com organismos fomentadores da atividade empresarial. Para tanto, duas ações concatenadas deverão ser implementadas:

- Pré-incubação;
- Incubação;
- Graduação de Empresas.

As ações deverão seguir a cronologia estabelecida no quadro abaixo.

Metas da Incubadora

Objetivo Estratégico	Principais Ações	Metas	Indicadores
Consolidação da Incubadora de Empresas	Pré-incubar empresas	Pré-incubar até 5 (cinco) empresas anualmente	Número de empresas pré-incubadas
	Incubar empresas	Incubar, a partir de 2011, até 5 (cinco) empresas por ano	Número de empresas incubadas
	Graduação de empresas	Graduar, até 2013, até 15 (quinze) empresas incubadas	Número de empresas graduadas

Criação e consolidação de Grupos de Pesquisa

A criação de novos grupos de pesquisa e consolidação dos grupos existentes é condição essencial para sedimentação da pesquisa na instituição. Sendo assim, algumas diretrizes e ações devem ser implementadas, tais como:

- Investir na melhoria e manutenção da infra-estrutura dos grupos de pesquisa;
- Garantir a distribuição dos recursos destinados à pesquisa em função da competência do pesquisador e da relevância do projeto;
- Ampliar a inserção do IFS no circuito nacional de financiamento da pesquisa;
- Instituir um programa de fixação de mestres e doutores;
- Estimular a inter e a multidisciplinaridade nas ações dos grupos de pesquisa;
- Organizar seminários por área do conhecimento;
- Criar uma modalidade de avaliação sistemática do funcionamento dos grupos;
- Criação de uma política de atração de doutores.

No atual momento, o IFS conta com 13 grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPQ. Para os 4 (quatro) próximos anos pode-se realizar o planejamento descrito a seguir:

- 2010 – 45 grupos de pesquisa;
- 2011 – 60 grupos de pesquisa;
- 2012 – 80 grupos de pesquisa;
- 2013 – 100 grupos de pesquisa;

Ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

A ampliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), criado em 2007, é meta de primordial importância para a consolidação do instituto, através da expansão da oferta do número de bolsas. Para isso, a melhoria do funcionamento do Programa passa também pelo apoio institucional a participação discente em eventos científicos e estimular a participação discente em grupos de pesquisa, como componente da formação técnica. As metas do programa podem ser visualizadas no quadro abaixo.

Metas do PIBIC

Ano	Nº de Bolsas
2009	32
2010	64
2011	86
2012	120
2013	160

4. Perfil do Corpo Docente

4.1 Requisitos de Titulação

Os docentes do IFS seguem a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico regulamentada pela Lei n.º 11.784/2008, que define no Art. 113º §2º como requisito de escolaridade para ingresso no cargo a habilitação específica obtida em Licenciatura ou habilitação legal equivalente.

4.2 Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

Os critérios para avaliar as experiências fora do magistério são contemplados nos concursos públicos federais através de pontuações específicas ligadas ao profissional e à vaga pretendida no respectivo concurso.

4.3 Critérios de Seleção e Contratação

De acordo com a legislação supracitada, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

As vagas são definidas através de edital para cargo de professor de ensino básico, técnico e tecnológico, do quadro ativo permanente ou substituto.

A seleção para a contratação é realizada em etapas de acordo com o tipo do contrato.

Para professores efetivos:

- Etapa 1 - Eliminatória: Prova dissertativa;
- Etapa 2 - Eliminatória: Prova didática;
- Etapa 3 - Classificatória: Prova de Títulos.

Para professores substitutos:

- Etapa 1 – Eliminatória: Prova didática;
- Etapa 2 – Classificatória: Prova de Títulos.

Na etapa 1, da seleção para a contratação de professor efetivo, o candidato realizará duas provas dissertativas cada uma com uma questão sorteada antes do início da prova. Em uma das questões será abordado um tema que versará sobre

conhecimentos específicos da área do concurso e a outra sobre conhecimentos pedagógicos. Esta etapa é de caráter eliminatória sendo a média obtida condição para a eliminação.

Na etapa 2, da seleção para a contratação de professor efetivo, assim como etapa 1, da seleção para a contratação de professor substituto, o candidato realizará uma prova didática, devendo o ser ministrado uma aula com conteúdo sorteado com 24 horas de antecedência. Esta etapa tem também como condição de eliminação a nota alcançada.

Na etapa 3, da seleção para a contratação de professor efetivo, assim como etapa 2, da seleção para a contratação de professor substituto, o candidato será avaliado de acordo com o seu currículo, onde serão pontuados aspectos como: experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica; participação em congressos, livros publicados, titulação acima do exigido em área afim, entre outros.

4.4 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

4.4.1 Políticas de Qualificação

A Política de Capacitação docente do IFS será estabelecida nos seguintes níveis formativos:

- Cursos de pós-graduação stricto sensu: mestrado e doutorado recomendado pela CAPES;
- Cursos de pós-graduação lato sensu: aperfeiçoamento (180 horas) e especialização (360 horas);
- Curso, estágio ou treinamento com duração entre um e seis meses;
- Licença para Capacitação, conforme disposto no Regime Jurídico Único;
- Licença de curtíssima duração: congresso, seminário, missão ou eventos compatíveis com as atividades docentes;
- Cursos especiais para realização de estudos em uma área de conhecimento específica, com duração máxima de 18 meses.
- Os cursos ou treinamentos com duração de um a seis meses, compreenderão um conjunto de metas acadêmicas para desenvolvimento de estudo prático e/ou

teórico, cuja importância para a implementação, implantação e execução de planos e/ou projetos no IFS seja devidamente comprovada e com parecer da Direção de Ensino e liberação da coordenadoria onde o professor esteja lotado.

As diretrizes de capacitação dos servidores serão determinadas pelo Comitê Gestor de Qualificação, que será composto, por meio de portaria, pelos seguintes membros:

- Pró - Reitor de Ensino (presidente do comitê)
- Diretor de Gestão de Pessoas
- Pró - Reitor de Administração
- Gerentes Educacionais dos Campi
- Diretores dos Campi
- Membro da CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) e
- Membro do CIS/PCCTAE (Comissão Interna de Supervisão/Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação);

Essas diretrizes envolvem as seguintes linhas de trabalho:

Capacitação Acadêmica

a) Apoio na formação de especialistas e mestres: dada a atual configuração da capacitação dos docentes a prioridade é a de fomentar a formação de mestres e doutores, tomando por referência as necessidades do IFS e os APL (arranjos produtivos locais) em que os Campi estão atuando no estado.

b) Apoio em programas de doutorado: Para a institucionalização da pesquisa acadêmica será necessário, além da formação de especialistas e mestres, o estímulo da qualificação dos docentes ao doutorado, dada à importância e possibilidade de aprimoramento da qualidade dos cursos de graduação e, principalmente, pós-graduação (lato e strictu sensu) que serão oferecidos no IFS.

c) Apoio para participação em eventos científicos: Fomentar e apoiar a participação dos docentes em eventos científicos, principalmente com apresentação de trabalhos. São de suma importância à socialização e discussão dos trabalhos de pesquisa que têm rebatimentos positivos e necessários no processo de ensino/aprendizagem/pesquisa/extensão.

d) Apoio no intercâmbio de docentes entre instituições: Auxílio tanto para envio de docentes a outras instituições de educação, como para recebimento de docentes de outras instituições no curso, no sentido de troca de experiências e atualização nas áreas de qualificação.

e) Apoio na Produção de dissertações, teses e publicações científicas: Estimular e apoiar a participação dos docentes na publicação e apresentação dos trabalhos de pesquisa de forma continuada, em rede com outras instituições de ensino para fortalecer os grupos de pesquisa, o IFS.

Capacitação institucional

a) Apoio para participação em eventos pedagógicos: Auxílio para participação em eventos de socialização de construção e aplicação de projetos pedagógicos, bem como em questões de práticas didático-pedagógicas, sempre que solicitado pelos Coordenadores dos Cursos.

b) Apoio para participação em cursos técnico-instrumentais: Auxílio para participação em cursos de aplicação de sistemas computacionais, matemática e estatística aplicada, ou outros conteúdos técnico - instrumentais fundamentais para o ensino e pesquisa.

4.4.2 Critérios do Plano de Qualificação

Os critérios do Plano de Qualificação dos docentes serão determinados pelo Comitê Gestor, tendo ainda como objetivos:

- 1) Elaborar o plano de formação, capacitação e re-qualificação geral da Instituição;
- 2) Definir as diretrizes de qualificação e os indicadores a serem avaliados;
- 3) Estruturar as ações para implementação do plano;
- 4) Avaliar processos de solicitação de docentes e/ou técnico-administrativos para afastamento e/ou prorrogação de afastamento;
- 5) Propor à Direção Geral a liberação e/ou prorrogação de afastamento de docentes;
- 6) Acompanhar os relatórios periódicos, (trimestrais ou semestrais), dos docentes afastados, avaliando a continuidade da capacitação;
- 7) Definir os procedimentos para eventual substituição dos professores do corpo docente;
- 8) Estabelecer normas para o cumprimento das obrigações previstas, através de resolução específica do Comitê.

4.4.3 Critérios balizadores para capacitação

Formação de especialistas e mestres

docentes em fase final, após a realização do exame de qualificação;

docentes que nunca receberam auxílio para a titulação;

docentes com maior tempo de trabalho no IFS.

Formação de Doutores

docentes aprovados em programa de doutorado;

docentes com maior tempo de trabalho no IFS.

Participação em eventos científicos

docentes com aprovação de apresentação de trabalhos;

participação como ouvinte, quando deliberado pelo Coordenador do Curso, mediante justificativa da relevância do evento, bem como socialização dos resultados através de seminários e relatórios aos demais professores da coordenadoria do curso.

Intercâmbio de docentes

docentes com atividades ligadas à área de atuação do interessado, mediante avaliação do Coordenador do Curso e Gerência Educacional.

Participação em cursos técnico-instrumentais

demanda da realidade atual dos cursos e necessidades comprovadas dos docentes durante suas capacitações;

docentes vinculados ao curso com demandas comprovadas.

Será compromisso dos Docentes a apresentação de relatórios, semestralmente, das atividades desenvolvidas no período equivalente e, também, socializar os avanços da sua pesquisa, através apresentações, seminários e artigos amplamente divulgados e sociabilizados no IFS.

A Operacionalização da Política de Qualificação Docente será acompanhada pelo Comitê Gestor da Qualificação, avaliando semestralmente o desenvolvimento da política, incluindo a análise e parecer dos projetos cuja natureza seja a capacitação acadêmica e institucional.

Durante a implementação da Política de Capacitação Docente, levando em consideração o conjunto de atividades que realiza, cada campus deverá elaborar um Plano Quinquenal, no qual devem constar as necessidades de qualificação dos docentes do campus.

Os planos dos campi deverão ser consolidados para a elaboração do Plano Geral de Capacitação Docente do IFS.

O plano de capacitação de cada campus poderá ser ajustado anualmente, mediante justificativa aprovada pelo chefe de departamento ou gerente de ensino de cada campus.

Ao final de cada período letivo referido, os campi deverão encaminhar ao Comitê e Gestor de Qualificação uma análise da sua capacidade de manutenção dos afastamentos planejados, acompanhada de uma proposta de contratação de professores substitutos, quando necessário, ficando, desde já, expressa que a falta desse planejamento, implicará a impossibilidade de solicitação de afastamento do docente das suas atividades;

Para a elaboração do Plano Geral de Capacitação Docente o Comitê Gestor de Qualificação estabelecerá prazos, normas e resoluções de acordo com a capacidade operativa do IFS, a Política de Ensino e as demandas dos cursos ofertados, o nível de qualificação do pessoal docente lotado em cada campus, respectivo tempo de serviço e situação funcional, bem como previsão de aposentadorias; a apresentação de um quadro que projete os recursos humanos a serem capacitados em seus respectivos níveis de qualificação e a definição de áreas prioritárias de capacitação para o IFS.

4.4.4 Plano de Carreira

A Carreira dos Docentes do IFS rege-se pela Lei n.º 11.784/2008 que estrutura o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto pelos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987 ¹¹.

¹¹ A Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987 instituiu o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, regulamentado pelo Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987, publicado no DOU de 24 de julho de 1987, normatizado pelas Portarias n.º 474 e 475/87/MEC de 26 de agosto de 1987, publicadas no DOU de 31 de agosto de 1987.

O regime jurídico segue o instituído pela Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições do novo plano de carreira e cargos.

4.4.5 Regime de Trabalho

Os docentes do quadro efetivo do IFS estão submetidos aos regimes de trabalho estabelecidos no Art. 112 da Lei n.º 11.784/2008:

- tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;
- tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos;
- dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Os docentes que optarem pelo regime de dedicação exclusiva poderão realizar:

- participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;
- participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa;
- percepção de direitos autorais ou correlatos;
- colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento.

4.5 Quadro Atual de Docentes

Docentes Efetivos Titulação/Regime de trabalho

Campus	Titulação						Regime de Trabalho			
	Graduado	Aperfeiçoado	Especialista	Mestre	Doutor	Total	20	40	DE	Total
Aracaju	15	05	64	54	10	148	14	37	97	148
Lagarto	09	00	27	17	05	58	4	22	32	58
São Cristóvão	06	00	19	20	02	47	2	10	35	47
Total	30	05	110	91	17	253	20	69	164	253

Docentes Forma de Contratação/Regime de Trabalho

Campus	Efetivo			Substituto			Cedido			Afastado Capacitação			Requisitado		
	20h	40h	DE	20h	40h	DE	20h	40h	DE	20h	40h	DE	20h	40h	DE
Aracaju	14	26	97	04	30	00	00	03	00	00	08	00	00	00	00
Lagarto	04	08	33	00	11	00	00	00	00	01	00	00	00	00	04
São Cristóvão	00	05	33	02	02	00	01	00	00	00	03	00	01	00	00

4.6 Cronograma de Expansão do Corpo Docente

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS Campus Aracaju

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	0	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	6	10	8	11	9
	Dedicação Exclusiva	6	8	7	8	6
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	22	18	11	16	12
	Dedicação Exclusiva	14	9	8	11	9
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	8	2	9	16	08
	Dedicação Exclusiva	5	12	5	11	06

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS Campus Lagarto

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	0	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	18	11	11	14	5
	Dedicação Exclusiva	7	5	4	9	5
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	8	6	09	12	11
	Dedicação Exclusiva	4	6	8	9	8
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	4	5	7	8	09
	Dedicação Exclusiva	2	4	5	5	09

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS Campus São Cristóvão

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	0	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	11	9	11	14	5
	Dedicação Exclusiva	5	7	4	9	5
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	6	9	9	12	9
	Dedicação Exclusiva	4	5	8	9	7
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	0	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	4	5	7	8	8
	Dedicação Exclusiva	2	4	5	5	6

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS Campus Estância

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	--	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	12	5	9	11
	Dedicação Exclusiva	--	8	8	7	12
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	10	11	4
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	14	9	10	3
	Dedicação Exclusiva	--	6	6	7	5
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	2	5	3	4
	Dedicação Exclusiva	--	3	2	3	3

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS – Campus Nossa Senhora da Glória

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	--	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	11	14	11	09
	Dedicação Exclusiva	--	7	7	8	11
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	--	5	8	10	5
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	12	9	8	3
	Dedicação Exclusiva	--	5	6	7	5
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	4	4	2	4
	Dedicação Exclusiva	--	3	2	3	3

Cronograma de Expansão do Corpo Docente – Metas – IFS Campus Itabaiana

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
		2009	2010	2011	2012	2013
Graduação	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Exclusiva	--	0	0	0	0
Especialista	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	12	15	9	7
	Dedicação Exclusiva	--	7	7	8	12
Mestre	Dedicação Parcial (20 horas)	--	4	9	10	4
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	13	7	5	3
	Dedicação Exclusiva	--	5	6	4	6
Doutor	Dedicação Parcial (20 horas)	--	0	0	0	0
	Dedicação Parcial (40 horas)	--	7	5	1	5
	Dedicação Exclusiva	--	3	2	4	4

5. Corpo Técnico / Administrativo

5.1 Os Critérios de Seleção e Contratação

O ingresso nos cargos do corpo técnico-administrativo do IFS ocorre em conformidade com as normas estabelecidas na Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005, ou seja, através de aprovação em concurso público.

5.2 Políticas de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

5.2.1 Políticas de Qualificação

Considerando que o IFS tem como principal objetivo oferecer educação profissional de qualidade, em conformidade com as demandas sociais e com as rápidas transformações advindas dos avanços científicos e tecnológicos, se faz mister a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional do seu quadro de servidores.

Entendendo a Política de Gestão das Pessoas como elemento fundamental do planejamento da Instituição, o IFS se propõe a trabalhar com política definida de capacitação e qualificação dos seus agentes organizacionais para atender as novas demandas organizacionais. Busca-se assim garantir a participação dos servidores em

programas de formação e de educação continuada para favorecer o exercício de suas funções e para favorecer melhoria da qualidades de suas vidas.

Para tanto, foi criada a Comissão de Elaboração do Plano de Capacitação com o objetivo de diagnosticar as necessidades individuais e institucionais dos servidores técnico-administrativos. Para o referido diagnóstico a Comissão utilizou questionários com perguntas abertas e fechadas que pudessem responder de modo satisfatório a pesquisa e retratar as reais necessidades dos servidores. Este instrumento possibilitou traçar o perfil do público alvo além de identificar a possibilidade para a proposição de cursos, nos quais estariam de acordo com os níveis de qualificação e capacitação proposto por este Programa e com o interesse dos servidores.

A partir do referido trabalho, a atual gestão se propõe a estabelecer uma política de desenvolvimento e valorização do servidor técnico-administrativo, seguindo o que preconiza a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro 2005, a qual institui o Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino.

O Programa de Capacitação apresentado é entendido como um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento institucional por meio da capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento e qualificação dos servidores do IFS.

O Decreto n.º 5.824, de 29 de junho de 2006, estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

5.2.2 Plano de Carreira

O Plano de Carreira do quadro de pessoal dos técnico-administrativos do IFS, encontra-se estruturado pela Lei n.º 11.091 de 12 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 13/01/2005, sendo denominado de Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE.

O regime jurídico dos cargos estruturados no PCCTAE é o instituído pela Lei n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, em conformidade com as disposições da Lei n.º 11.091/2005.

5.2.3 Regime de Trabalho

Os técnico-administrativos do IFS estão submetidos aos regimes de trabalho estabelecidos pelo Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987, publicado no DOU de 24 de julho de 1987, normatizados pelas Portarias n.º 474 e 475/87/MEC de 26 de agosto de 1987, publicadas no DOU de 31 de agosto de 1987, sendo este de 40 horas semanais de trabalho, ressalvados os casos em que legislação específica estabeleça jornadas diferenciadas de trabalho.

5.3 Quadro Atual de Servidores Técnico-Administrativo

Administrativos por Titulação/Regime de Trabalho

Campus	Alfabetizado Sem Curso Regular			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Graduado				Especialista				Mestrado		
	20	30	40	20	30	40	20	30	40	20	30	40	20	25	30	40	20	30	40	
Aracaju	00	00	00	00	00	04	00	00	60	00	00	37	02	01	04	30	01	01	05	
Lagarto	00	00	00	00	00	00	00	00	13	00	02	15	00	00	00	10	00	00	00	
São Cristóvão	00	00	01	00	00	10	00	01	42	00	01	15	00	00	01	12	00	00	03	
Total	00	00	01	00	00	14	00	01	115	00	03	67	02	01	05	52	01	01	08	

Quadro Atual de Servidores Técnico-Administrativo

Cargos	Aracaju	Lagarto	São Cristóvão	Estância*	Itabaiana*	Nossa Senhora da Glória*	Total por cargos
Administrador	01	01	00	01	01	01	5
Agente Administrativo	00	00	00	00	00	00	0
Almoxarife	00	00	01	00	00	00	1
Analista de Tecnologia da Informação	04	00	00	01	01	01	7
Arquiteto e Urbanista	00	00	00	01	00	00	1
Assistente de Aluno	04	01	01	01	02	02	11
Assistente em Administração	58	12	15	13(07)	13	13	124
Assistente em Laboratório	03	02	00	00	00	00	5
Assistente Social	02	02	00	01	01	01	7
Auditor	00	00	00	01	01	01	3
Auxiliar de Agropecuária	00	00	12	00	00	00	12
Auxiliar de assuntos educacionais	05	00	00	00	00	00	5
Auxiliar de Biblioteca	00	00	01	01	01	01	4
Auxiliar de Cozinha	00	00	03	00	00	00	3
Auxiliar de Eletricista	00	00	02	00	00	00	2
Auxiliar de Encanador	00	00	01	00	00	00	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Auxiliar de Mecânica	00	00	01	00	00	00	1
Auxiliar de Nutrição e Dietética	00	00	01	00	00	00	1
Auxiliar em Administração	03	03	01	00	00	00	7
Auxiliar em Enfermagem	01	02	02	00	00	00	5
Auxiliar Rural	00	00	01	00	00	00	1
Bibliotecário-Documentalista	02	01	01	02	02	02	10
Bombeiro Hidráulico	00	00	01	00	00	00	1
Contador	02	01	01	01	01	01	7
Contínuo	00	00	01	00	00	00	1
Cozinheiro	00	01	04	00	00	00	5
Economista	01	00	01	00	00	00	2
Eletricista	02	00	00	00	00	00	2
Engenheiro / Área	01	00	00	02(01)	01	01	5
Engenheiro Agrônomo	00	00	00	00	01	01	2
Engenheiro de Segurança do Trabalho	00	00	00	01	00	00	1
Jornalista	01	00	00	01	01	01	4
Marceneiro	00	00	01	00	00	00	1
Mecânico	00	00	00	00	00	00	0
Médico / Área	02	01	00	01	01	01	6
Médico-Veterinário	00	00	01	00	01	01	3
Mestre de Edificações e Infra-Estrutura	01	00	00	00	00	00	1
Motorista	05	00	02	00	00	00	7
Nutricionista - Habilitação	00	00	02	00	01	01	4
Odontólogo	03	01	01	01	01	01	8
Operador de Máquina de Lavanderia	00	00	02	00	00	00	2
Operador de Máquinas Agrícolas	00	00	03	00	00	00	3
Pedagogo / Área	09	04	01	02	02	02	20
Pedreiro	02	00	01	00	00	00	3
Pintor-Área	00	01	00	00	00	00	1
Porteiro	03	02	01	00	00	00	6
Produtor Cultural	02	00	00	00	00	00	2
Programador Visual	00	00	00	01	00	00	1
Psicólogo / Área	01	01	01	01	01	01	6
Receptionista	00	00	01	00	00	00	1
Servente de Limpeza	01	00	00	00	00	00	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Servente de Obras	01	00	01	00	00	00	2
Técnico de Laboratório / Área	00	00	00	08	02	04	14
Técnico em Agropecuária	00	00	03	00	05	04	12
Técnico em Alimentos e Laticínios	00	00	00	00	02	01	3
Técnico em Artes Gráficas	03	00	00	00	00	00	3
Técnico em Assuntos Educacionais	05	00	01	02	02	02	12
Técnico em Áudio Visual	00	01	00	01	00	00	2
Técnico em Contabilidade	02	00	01	01	01	01	6
Técnico em Eletrotécnica	00	00	00	01	00	00	1
Técnico em Eletroeletrônica	01	00	00	00	00	00	1
Técnico em Enfermagem	00	00	00	01	01	01	3
Técnico em Secretariado	00	00	00	00	00	00	0
Técnico em Tecnologia da Informação	05	01	02	03(01)	03	03	17
Telefonista	02	00	01	00	00	00	3
Vigilante	07	02	09	00	00	00	18
Zootecnista	00	00	00	00	01	01	2
Total de Administrativos por campus	145	40	86	50	50	50	421

*Campi em fase de implantação – números correspondem à previsão de contratação sendo que no campus Estância já foram empossados 16(em azul) servidores do quadro geral de 50.

5.4 Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-administrativo

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Aracaju

Titulação	Regime de trabalho	Quantidade Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Fundamental	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	04	00	00	00	00	00
Ensino Médio	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	60	70	90	90	95	95
Graduação	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	37	50	65	70	75	75
Especialista	20 horas	02	02	02	02	02	02
	25 horas	01	01	01	01	01	01
	30 horas	04	00	00	00	00	00
	40 horas	30	35	40	45	45	45

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Mestre	20 horas	01	01	01	01	01	01
	30 horas	01	01	01	01	01	01
	40 horas	05	05	05	05	05	05
Doutor	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	00	00	00	00	00	00
Total		145	165	205	215	225	225

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Lagarto

Titulação	Regime de trabalho	Quantidade Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Médio	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	13	20	25	28	30	30
Graduação	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	02	02	02	02	02	02
	40 horas	15	15	18	20	20	20
Especialista	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	10	10	10	10	10	10
Mestre	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	00	00	00	00	00	00
Doutor	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	00	00	00	00	00	00
Total		40	47	55	60	62	62

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus São Cristóvão

Titulação	Regime de trabalho	Qtde Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Alfabetizado Sem Curso Regular	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	01	01	01	01	01	01
Ensino Fundamental	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	10	10	10	10	10	10
Ensino Médio	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	01	01	01	01	01	01
	40 horas	42	46	46	46	46	46
Graduação	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	01	01	01	01	01	01
	40 horas	15	19	20	20	20	20
Especialista	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	01	01	01	01	01	01
	40 horas	12	12	12	12	12	12
Mestre	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	03	03	03	03	03	03
Doutor	20 horas	00	00	00	00	00	00
	30 horas	00	00	00	00	00	00
	40 horas	00	00	00	00	00	00
Total		86	94	95	95	95	95

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Estância

Titulação	Regime de trabalho	Quantidade Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Médio	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	03	21				
Graduação	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	13	13	-	-	-	-
Especialista	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Mestre	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Doutor	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Itabaiana

Titulação	Regime de trabalho	Qtde Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Médio	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Graduação	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	20	-	-	-	-
Especialista	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Mestre	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Doutor	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-

Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo – Campus Nossa Senhora da Glória

Titulação	Regime de trabalho	Quantidade Atual	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
			2009	2010	2011	2012	2013
Ensino Médio	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	30	-	-	-	-
Graduação	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	20	-	-	-	-
Especialista	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Mestre	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-
Doutor	20 horas	-	-	-	-	-	-
	30 horas	-	-	-	-	-	-
	40 horas	-	-	-	-	-	-

6. Organização Administrativa do IFS

6.1 Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

A estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe está em fase de construção, buscando adequar-se aos dispositivos regulamentados pelo Ministério da Educação e às condições preexistentes. No Instituto Federal de Sergipe implementar-se-á estrutura organizacional de gestão escolar em conformidade com Estatuto aprovado pelo Ministro de Educação, regulamentando competências e atribuições no Regimento Geral do IFS e no de seus *Campi*.

Conforme Estatuto construído coletivamente, anexo a esse PDI e encaminhado ao Ministro de Educação para avaliação e aprovação, tem-se a seguinte estrutura macro do Instituto Federal de Sergipe:

I. ÓRGÃOS SUPERIORES

- a) Conselho Superior;
 - Auditoria Interna.
- b) Colégio de Dirigentes.
- c) Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- e)

II. ORGÃOS EXECUTIVOS

- a) **Reitoria;**
 - Gabinete;
- b) **Pró-Reitorias:**
 - Pró-Reitoria de Ensino;
 - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil; *
 - Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Extensão;
 - Pró-Reitoria de Administração;
 - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. *

** Pro - reitorias serão implementadas com o funcionamento de todos os CAMPI*

c) Diretorias Sistêmicas

- Diretoria de Desenvolvimento Educacional;
- Diretoria de Extensão;
- Diretoria de Pesquisa e Inovação;
- Diretoria de Orçamento e Finanças;
- Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional;

Obs.: diretorias do organograma de transição.

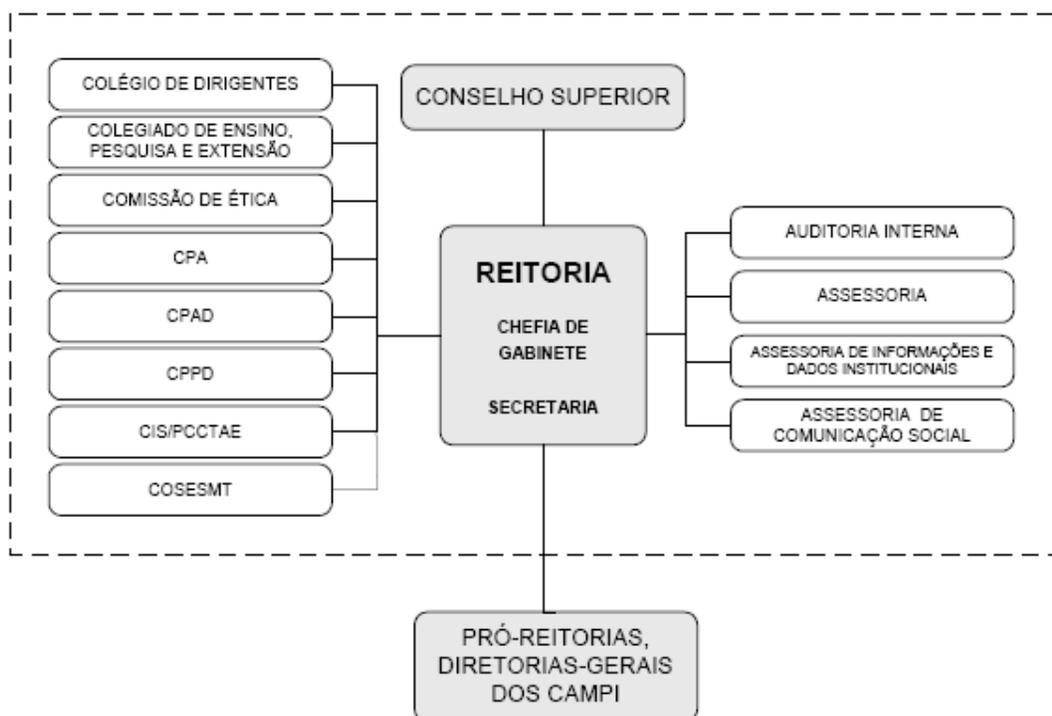
d) Campi

- Campus Aracaju;
- Campus São Cristovão;
- Campus Lagarto;
- Campus Estância;*;
- Campus Itabaiana; *
- Campus Nossa Senhora da Glória.*

* Campi em implantação da Glória.

III. ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS

- a) Comissão de Ética
- b) CPAD
- c) CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente);
- d) CIS/PCCTAE (Comissão Interna de Supervisão/Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação);
- e) COSESMT
- f) DCE



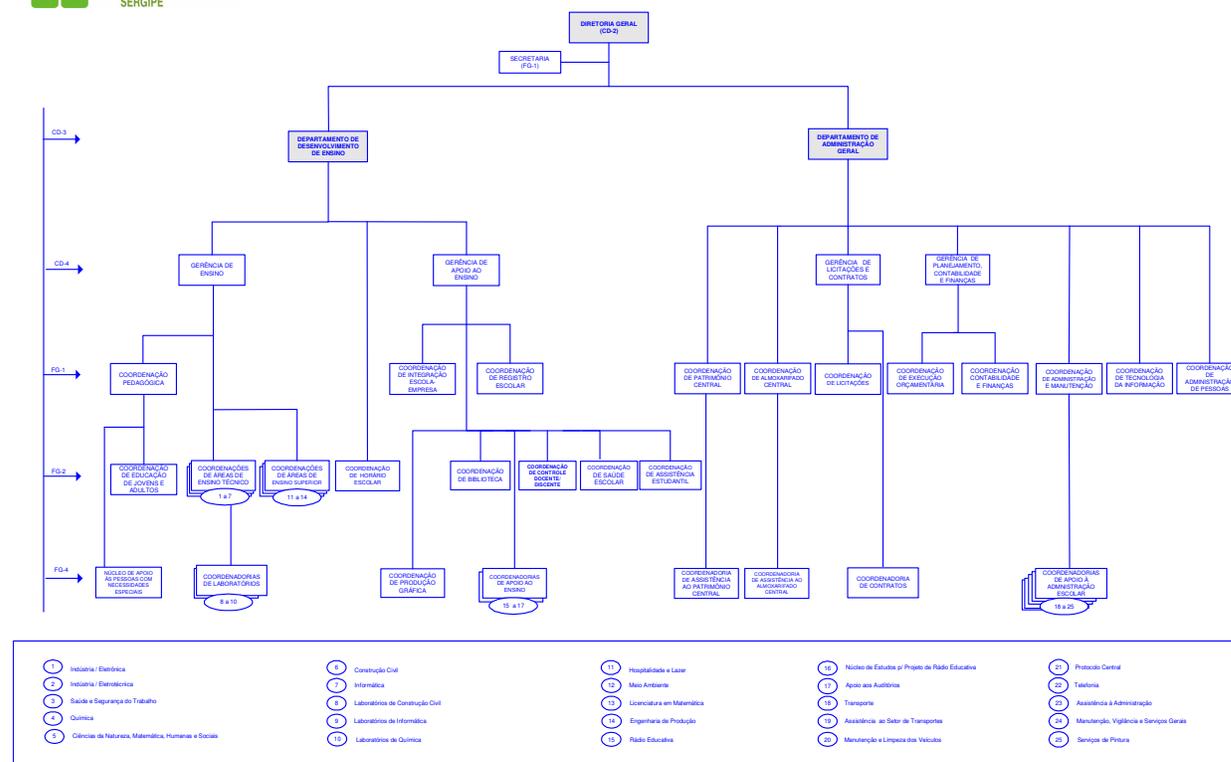
6.2 Organograma institucional e acadêmico

6.2.1 Campus Aracaju



ORGANOGRAMA DE TRANSIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS ARACAJU

AUT. PORTARIA Nº 125, 26 DE FEVEREIRO DE 2009

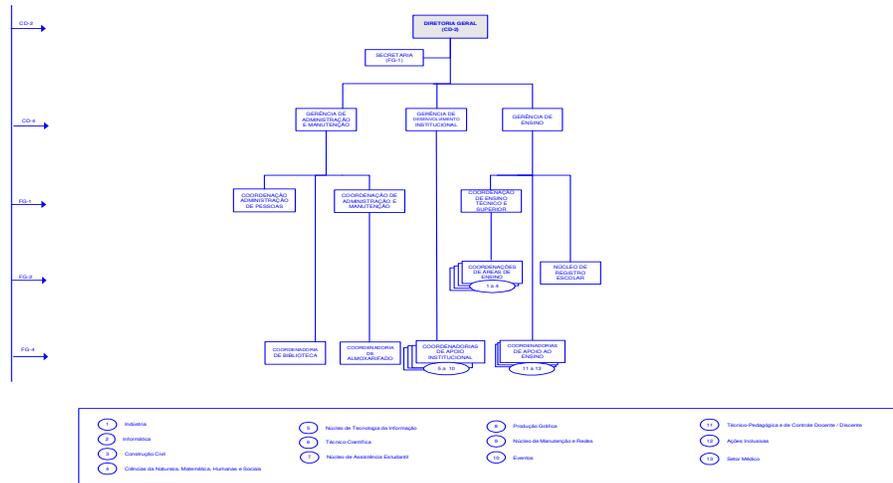


6.2.2 Campus Lagarto



ORGANOGRAMA DE TRANSIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS LAGARTO

AUT. PORTARIA Nº 125, 26 DE FEVEREIRO DE 2009

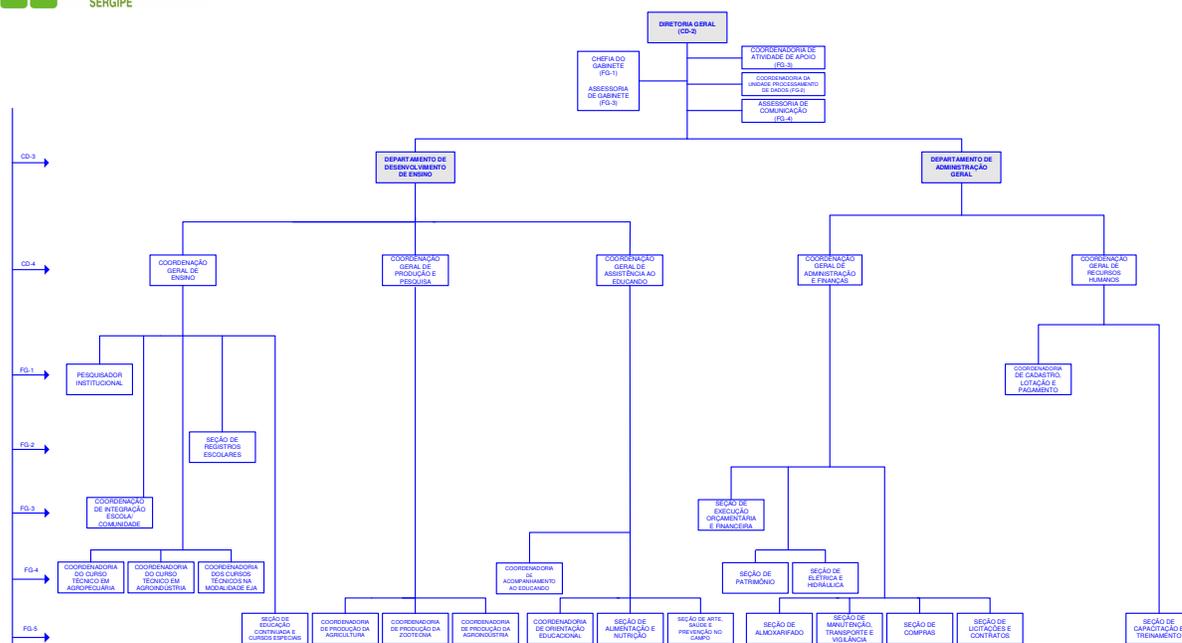


6.2.3 Campus São Cristóvão



ORGANOGRAMA DE TRANSIÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

AUT. PORTARIA Nº 125, 26 DE FEVEREIRO DE 2009



6.3 Órgãos colegiados: competências e composição

O Estatuto do Instituto Federal de Sergipe, a ser aprovado pelo Ministério da Educação, prevê que os órgãos colegiados são dois: Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

6.3.1. Conselho Superior

De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Sergipe, tendo a seguinte composição:

- O Reitor, como presidente;
- 01 (um) representante dos servidores docentes, de cada campus, eleito por seus pares;
- 01 (um) representante do corpo discente, de cada campus, eleito por seus pares;

- 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, de cada campus, eleito por seus pares;
- 01 (um) representante dos egressos de cada campus, eleito por seus pares em assembléia;
- 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) de entidades patronais, 01 (um) de entidades dos trabalhadores e 01 (um) representante dos movimentos sociais, todos por indicação de suas entidades representativas, observando-se obrigatoriamente a alternância entre as respectivas entidades, as quais deverão estar ligadas aos cursos oferecidos pelo Instituto;
- 01 (um) representante do setor público e/ou empresa estatal, indicado pelo seu representante legal, observando-se obrigatoriamente a alternância, entre entidades, as quais deverão estar ligadas aos cursos oferecidos pelo Instituto;
- 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- 01 (um) representante do Colégio de Dirigentes, eleito entre seus membros.

Competências

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Sergipe e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Sergipe e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Sergipe;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, bem como o registro de diplomas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Sergipe, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XI. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

6.3.2. Colégio de Dirigentes

De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- o Reitor, como presidente;
- os Pró-Reitores; e
- os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Competências

1. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
2. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, parcerias, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
3. Apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Sergipe;
4. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
5. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
6. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal de Sergipe a ele submetido.
7. Apreciar e recomendar a criação, alteração curricular e extinção de cursos.

8. Apreciar as demandas apresentadas pelos *Campi*, guardadas as peculiaridades de cada Campus.

6.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas estão distribuídos em coordenações e setores ligados às estruturas dos *campi*, das Pró-reitorias e da Reitoria, cujas competências das unidades administrativas e as atribuições dos órgãos de apoio a gestão os Fóruns de Gestores e Colaboradores que terão seus regimentos adequados a nova Institucionalidade no que diz respeito a sua composição e eleição dos membros.

6.5 Autonomia do IFS em relação à mantenedora

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS - instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET-SE com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC-SE, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, pessoa jurídica de direito público, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. O IFS é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

6.6 Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

As parcerias com a comunidade e o mundo do trabalho ocorrem nos diversos campi nos seguintes formatos: convênios para estágio obrigatório e não obrigatório e acordos de cooperação técnica que visam o desenvolvimento de programas de inclusão social com instituições federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais, organizações de representação de classe e comunitária, além, dos organismos nacionais e internacionais permitindo assim, o intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos e culturais.

7. Políticas de Atendimento aos Discentes

O Programa de Inclusão Social-PISOC, gerido pela Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAE, tem como objetivo disponibilizar serviços e benefícios que viabilizem a permanência do educando na Instituição de ensino, oportunizando melhores condições

de aprimoramento do rendimento escolar, sociabilidade, e reconhecimento de direitos e deveres enquanto aluno do IFS.

Através do PISOC, a CAE disponibiliza benefícios aos alunos com necessidades de ordem econômico social utilizando como forma de seleção a análise sócio-econômica, entrevista, visita domiciliar, parecer e estudo social.

Os benefícios concedidos pelo IFS são: isenção de taxas de vestibular, processo seletivo e concurso público; auxílio residência; auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio bolsa de inclusão social (Júnior e Trainee); auxílio monitoria; auxílio material/fardamento; auxílio de incentivo à permanência do aluno PROEJA; auxílio à aquisição de cópias de material xerografado. No campus São Cristóvão, devido à peculiaridade de oferta de cursos agrícolas, é utilizado o Regime de Internato Pleno – RIP.

7.2 Estímulo à Permanência (Programa de Reforço e Atendimento Psicopedagógico)

São implementadas ações de permanência por uma equipe multidisciplinar, composta por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, a qual diagnostica, encaminha e acompanha programas e projetos junto aos docentes e discentes, com o intuito de minimizar conflitos e problemas que afetam o desempenho acadêmico dos estudantes. Uma equipe de professores desenvolve o “Programa de Atendimento ao Aluno”, que consiste em um espaço de orientações de estudo, para o aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem, na área de ciências exatas, em turno oposto ao seu horário de aulas.

No caso de baixo rendimento escolar ou dificuldade de aprendizagem, o aluno poderá contar com atendimento psico-pedagógico com as seguintes intenções:

- I. Promover a melhoria da qualidade do ensino com ações sócio-educativas, através de práticas pedagógicas participativas, assessoramento a discentes, docentes, órgãos colegiados e todo o corpo técnico administrativo a fim de contribuir com a educação do cidadão em bases científicas tecnológicas e ético-políticas;
- II. Realizar levantamentos periódicos do desempenho dos educandos, com vistas à organização de ações que possam assegurar possibilidade de superação das dificuldades de aprendizagem;

- III. Melhorar os espaços de interatividade dos discentes;
- IV. Promover a interação da equipe de educadores com as famílias dos discentes matriculados nos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrados, consolidando o Conselho de pais e educadores - COPAED;
- V. Ampliar ações capazes de promover o desenvolvimento de uma educação corporal, estética e artístico-cultural da comunidade do Instituto;
- VI. Fomentar e valorizar as entidades de representação estudantil, a exemplo do grêmio e DCE – Diretório Central de Estudantes;
- VII. Acompanhar semanalmente os discentes dos Cursos Técnico de Nível Médio Integrados com atividades de Orientação Educacional, desenvolvidas pelos pedagogos em sala de aula.

A concretização das ações propostas contemplará as seguintes dimensões:

- Implantação do Núcleo de Apoio Psico-pedagógico-social – NAPSEP;
- Saúde Médico-Odontológica;
- Ações sócio-educativas de prevenção ao uso/abuso de álcool, fumo e outras drogas;
- Debate sobre sociedade e trabalho;
- Incentivo à participação do estudante em atividades de Pesquisa e Extensão;
- Estímulo à avaliação coletiva através do Conselho de Classe;
- Práticas de orientação educacional traduzidas nas seguintes ações:
 - Atividades artístico-culturais;
 - Ambientação do aluno ingresso;
 - Orientação de técnicas e métodos de estudo;
 - Integração escola-família;
 - Assessoramento pedagógico ao discente, para obtenção de uma melhor compreensão da inter-relação entre docentes-discente, discentes-discentes, discentes-comunidade escolar, discente-gestores.

7.3 Organização Estudantil

Os discentes têm espaços assegurados para a promoção da organização da sua categoria, consolidados pelos Grêmios Estudantis nos Campus do IFS.

A ampliação da oferta do nível superior neste Instituto demandou uma representatividade específica para este Nível de Ensino, que culminou com a eleição e criação do Diretório Central dos Estudantes – DCE.

Estas Entidades representativas buscam a interlocução com seus pares, com a equipe gestora e comunidade do IFS, com vistas ao atendimento de reivindicações e proposituras que venham a contribuir com a melhoria contínua do processo educativo desta Instituição.

8. Infra-Estrutura e Expansão Física e Lógica

Um processo de Mudança é um impulso que tem início, mas não tem fim, e os resultados são esperados no longo prazo porque aqui o que vale não é o tempo do relógio, e sim o tempo das pessoas. À medida que as pessoas se desenvolvem, todo o resto evolui, porque estamos falando de seres vivos que interagem: as pessoas individualmente, os grupos e a Instituições como entidade maior.

Jair & Burkhard

8.1 Infra-Estrutura Física - Campi do IFS

Situação Atual

Infra-estrutura	Aracaju		Lagarto		São Cristóvão		Estância*		Itabaiana*		Nossa Senhora da Glória*		Total	
	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)
Área de lazer	2	7.056,70	1	1.512,00	3	1.207,00	2	6.857,70	2	6.857,70	2	2.949,96	12	25.282,66
Auditório	4	774,37	1	353,60	3	320,00	2	419,65	2	419,65	2	419,65	14	2.706,92
Banheiros	38	327,06	8	136,15	24	242,00	18	232,50	18	232,50	20	240,93	126	1.411,14
Biblioteca	1	318,28	1	276,29	1	92,00	1	305,25	1	305,25	1	305,25	6	1.602,32
Instalações Administrativas	10	1.403,64	16	995,74	4	5.192,31	4	384,50	4	384,50	4	384,50	42	8.745,19
Laboratórios	34	2.016,04	19	1.382,82	18	1.152,00	13	832,00	13	832,00	11	1.026,60	108	7.241,46
Salas de aula	41	2.866,10	14	775,40	32	1.016,00	12	672,00	12	880,00	13	832,00	124	7.041,50
Salas de Coordenação	9	507,18	4	258,00	6	180,00	1	172,50	1	172,50	1	172,50	22	1.462,68
Salas de Docentes	1	410,14	3	125,00	3	130,00	1	107,50	1	107,50	1	107,50	10	987,64
Refeitório/Cantina	1	57,72	1	493,00	2	290,50	1	53,02	1	53,02	1	53,02	7	1.000,28
Alojamento	-	-	1	115,00	4	3.418,98	-	-	-	-	-	-	5	3.533,98

* Campus em construção

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Projeção de ampliação do IFS

Infra-estrutura	Atual		2009		2010		2011		2012		2013	
	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)	Qte	Área (m ²)
Área de lazer	12	25.282,66	12	25.282,66	13	27.810,93	15	30.592,02	16	33.651,22	16	33.651,22
Auditório	14	2.706,92	14	2.706,92	17	3.248,30	18	3.573,13	20	3.930,45	20	3.930,45
Banheiros	126	1.411,14	126	1.411,14	151	1.693,37	166	1.862,70	166	1.862,70	166	1.862,70
Biblioteca	6	1.602,32	6	1.602,32	6	2.083,02	6	2.291,32	6	2.520,45	6	2.772,49
Instalações Administrativas	42	8.745,19	42	8.745,19	42	8.745,19	42	8.745,19	42	8.745,19	42	8.745,19
Laboratórios	108	7.241,46	108	7.241,46	130	8.689,75	143	9.558,73	157	10.514,60	172	11.566,06
Salas de aula	124	7.041,50	124	7.041,50	149	8.449,80	164	9.294,78	180	10.224,26	198	11.246,68
Salas de Coordenação	22	1.462,68	22	1.462,68	22	1.462,68	22	1.462,68	22	1.462,68	22	1.462,68
Salas de Docentes	10	987,64	10	987,64	10	987,64	10	987,64	10	987,64	10	987,64
Refeitório/Cantina	7	1.000,28	7	1.000,28	7	1.000,28	7	1.000,28	7	1.000,28	7	1.000,28
Alojamento	5	3.533,98	5	3.533,98	5	3.533,98	5	3.533,98	5	3.533,98	5	3.533,98

8.2 Infra-Estrutura Acadêmica

8.2.1 Biblioteca

8.2.1.1 Acervo por Área do Conhecimento

8.2.1.1.1 Campus Aracaju

Livros/Exemplares

Área do Conhecimento	Quantidade	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Exatas e da Terra	507	610	900	1200	1350	1600
Ciências Biológicas	199	220	380	550	760	900
Engenharias	2.944	3500	4100	4800	5200	5600
Ciências da Saúde	110	200	350	500	650	250
Ciências Sociais Aplicadas	6	45	80	100	180	250
Ciências Humanas	1.843	2200	2650	3100	3500	4100
Linguística, Letras e Artes	1.916	2500	3100	3600	3900	4100
Multidisciplinar/outros	371	500	680	800	1100	1500
TOTAL	7.896	9.775	12.240	14.650	16.640	18.050

8.2.2.1.2 Campus Lagarto

Livros/Exemplares

Área do Conhecimento	Quantidade	2009	2010	2011	2012	2013
Administração	73	78	83	89	95	101
Biologia	147	157	167	177	189	201
Construções Prediais	192	207	222	237	257	277
Contabilidade	4	4	4	4	4	4
Desenho	96	111	126	141	161	181
Diversos	422	422	422	422	422	422
Economia	11	11	11	11	11	11
Educação	128	135	142	149	156	163
Educação Física	20	27	34	41	48	55
Eletricidade	268	283	298	313	333	353
Eletromecânica	495	510	525	540	560	580
Eletrônica	81	96	111	126	146	166
Empreendedorismo	20	27	34	41	49	57
Filosofia	20	26	32	38	45	52
Física	112	122	132	142	154	166
Francês	2	2	2	2	2	2

Geografia	58	66	74	82	92	102
História	195	203	211	219	229	239
Informática	663	678	693	708	728	748
Inglês	137	143	149	155	163	171
Legislação	58	58	58	58	58	58
Literatura	36	46	56	66	78	90
Matemática	300	310	320	330	342	354
Meio Ambiente	32	42	52	62	74	86
Petróleo	63	71	79	87	97	107
Português	138	148	158	168	180	192
Programa de Saúde	82	90	98	106	114	122
Psicologia	22	27	32	37	42	47
Química	110	120	130	140	152	164
Redação	31	41	51	61	73	85
Religião	23	23	23	23	23	23
Romance	1.056	1.071	1.086	1.101	1.116	1.131
Sociologia	6	12	18	24	31	38
TOTAL	5.101	5.367	5.633	5.900	6.224	6.548

8.2.2.1.3 Campus São Cristóvão

Livros/Exemplares

Área do Conhecimento	Quantidade	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Exatas e da Terra	1.022	1.052	1.262	1.514	1.816	2.179
Ciências Biológicas	360	370	444	532	638	765
Engenharias	130	133	159	190	228	273
Ciências da Saúde	240	247	296	355	426	511
Ciências Agrárias	828	852	1.022	1.226	1.471	1.765
Ciências Sociais Aplicadas	586	603	723	867	1.040	1.248
Ciências Humanas	794	817	980	1.176	1.411	1.693
Linguística, Letras e Artes	845	870	1.044	1.252	1.502	1.802
Multidisciplinar/outros	948	976	1.171	1.405	1.686	2.023
TOTAL	5.753	5.920	7.101	8.517	10.218	12.259

Periódicos/Assinaturas

Área do Conhecimento	Quantidade	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Exatas e da Terra	0	2	2	1	1	1
Ciências Biológicas	0	1	1	2	1	1
Engenharias	0	0	1	1	1	1
Ciências da Saúde	0	0	0	2	2	2
Ciências Agrárias	0	2	2	1	1	1
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	1	2	1	1
Ciências Humanas	0	1	1	2	1	1
Linguística, Letras e Artes	0	0	2	2	1	1
Multidisciplinar/outros	0	2	2	1	1	1
TOTAL	0	8	12	14	10	10

Multimeios

Área do Conhecimento	Quantidade	2009	2010	2011	2012	2013
Ciências Exatas e da Terra	56	58	69	82	98	117
Ciências Biológicas	10	12	14	16	21	25
Engenharias	0	0	10	12	14	16
Ciências da Saúde	3	5	24	28	33	39
Ciências Agrárias	52	63	75	90	108	129
Ciências Sociais Aplicadas	16	22	26	31	37	44
Ciências Humanas	22	34	40	48	57	68
Linguística, Letras e Artes	18	32	38	45	54	64
Multidisciplinar/outros	38	45	54	64	76	91
TOTAL	215	271	350	416	498	593

8.2.1.2 Formas de atualização e expansão do acervo

O acervo das bibliotecas do IFS é atualizado e expandido através da compra e do recebimento de doações de material bibliográfico. A seleção do material bibliográfico para compor o acervo, através da modalidade compra, obedece aos seguintes critérios: adequação do material aos objetivos e níveis educacionais dos campus; autoridade do autor e/ou editor; atualidade; qualidade técnica; cobertura/tratamento do assunto; conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes; quantidade

(excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção; número de usuários potenciais que poderão utilizar o material; Bibliotecas Setoriais – Pólos de Educação.

8.2.1.3 Horário de funcionamento

Campus	Horário de Funcionamento
Aracaju	De segunda a sexta das: 7:00 às 22:00
Lagarto	De segunda a sexta das: 7:30 às 22:30
São Cristóvão	De segunda a sexta das: 7:30 às 11:30; 13:30 às 17:30 e 19:00 às 22:00

8.2.1.4 Serviços oferecidos

Campus	Serviços Oferecidos
Aracaju	Consulta in loco; Orientação a pesquisa bibliográfica; Empréstimo, devoluções e renovações; Computadores com acesso a internet; Salas de estudo;
Lagarto	Consulta in loco; Orientação a pesquisa bibliográfica; Empréstimo, devoluções e renovações; Computadores com acesso a internet; Salas de estudo;
São Cristóvão	Consulta in loco; Orientação a pesquisa bibliográfica; Empréstimo, devoluções e renovações; Salas de estudo;

8.2.1.5 Pessoal técnico-administrativo

Campus	Servidores	
	Cargo	Quantidade
Aracaju	Bibliotecária	2
	Assistente em Administração	8
	Auxiliar de Assuntos Educacionais	1
	Assistente de Aluno	1
	Total	12
Lagarto	Bibliotecário	1
	Assistente em Administração	2
	Total	3
São Cristóvão	Bibliotecário	1
	Assistente em Administração	1
	Total	2

8.2.2 Laboratórios de Informática

Campus Aracaju

Equipamento	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Computadores	101	120	150	170	170	180
Impressoras	0	1	5	5	5	5
Projetores	-	2	5	5	7	7
Televisor 29"	-	-	-	-	-	-

Campus Lagarto

Equipamento	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Computadores	98	118	140	140	170	170
Impressoras	0	1	1	1	1	1
Projetores	0	1	3	4	4	4
Televisor 29"	3	3	3	3	3	3

Campus São Cristóvão

Equipamento	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Computadores	47	47	50	50	50	50
Impressoras	1	1	2	2	2	2
Projetores	1	1	2	2	2	2
Televisor 29"	-	-	-	-	-	-

8.2.3 Laboratórios específicos

Campus Aracaju

Laboratórios de Orgânica							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Forno elétrico digital	Nabertherm	0	0	1	2	2	2
Banho Maria	Fanem	1	1	1	2	3	3
Placa de aquecimento	Aço INOX maciço - PAVITEST	1	1	2	2	2	2
Destilador de água	Capacidade 5 L/h	0	1	1	1	1	1
Capela exaustora		1	1	1	2	2	2
Balança analítica		1	1	1	1	1	1
Balança semi-analítica		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Bomba de vácuo		1	1	2	2	3	3
Chuveiro de emergência e lava olhos		1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Microbiologia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Autoclave vertical	Modelo AV30	1	1	2	2	3	3
Balança semi-analítica		1	1	2	2	2	2
Microscópio	Trinocular 110V IM-18A	3	3	3	3	3	3
Máquina de gelo		1	1	1	1	1	1
Câmara termostática		1	1	1	1	1	1
Estufa		1	1	1	1	1	1
Chapa aquecedora retangular	Modelo Q313A	0	0	1			
Balança analítica de quatro casas decimais		0	0	1	1	1	1
Contador de colônia		0	0	1	1	1	1

Laboratórios de Pesquisa							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Estufa para secagem e esterilização		2	2	2	2	2	2
Centrífuga refrigerada		1	1	1	1	1	1
Placa de aquecimento		0	1	1	2	2	2
Capela exaustora		1	1	2	2	2	2
Balança analítica de quatro casas decimais		0	0	1	1	1	1
Roto evaporador completo		2	2	2	2	2	2
Purificador de água		1	1	1	2	2	2
Espectrofotômetro de absorção molecular UV-VIS		1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Análítica							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Estufa de aquecimento	Nova ética	1	1	1	1	1	1
Balança semi analítica		1	1	2	2	2	2
Balança analítica de quatro casas decimais		0	0	1	2	2	2
Forno elétrico digital		1	1	1	2	2	2
Destilador de água		1	1	2	2	2	2

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Capela exaustora		0	0	1	1	1	1
Placa aquecedora		0	1	1	2	2	2
Banho Maria		0	1	1	1	2	2

Laboratórios de Físico-Química							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Eletrôanalisador		0	0	1	1	1	1
Turbidímetro		1	1	2	2	2	2
Polarímetro circular escala 0-180o	Modelo Wxg	0	2	2	2	4	4
Espectrofotômetro	Espectro 850M	1	1	1	2	2	2
Balança semi analítica de três casas decimais		1	1	1	1	1	1
Balança analítica de quatro casas decimais		0	0	1	1	1	2
Phâmetro		2	2	2	4	4	4
Viscosímetro rotativo microprocessado	Faixa mPa.s, 100 a 100000, 220V, modelo Q8	0	2	2	4	4	4
Aparelho para medida de DBO	OxDirect	1	1	1	1	1	1
Condutivímetro		1	1	2	3	3	3
Placa aquecedora		0	1	1	2	2	2

Laboratórios de Físico-Química							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Forno elétrico digital		1	1	1	2	2	2
Estufa digital	Nova ética	1	1	1	1	1	1
Banho Maria		1	1	1	2	2	2
Centrífuga de bancada		1	1	1	2	2	2
Placa de aquecimento		0	0	1	2	2	2
Destilador de água		1	1	2	2	2	2
Liquidificador industrial		1	1	1	2	2	2
Microondas		1	1	1	2	2	2
Capela		0	1	1	1	1	1
Balança analítica três casas decimais		1	1	1	1	1	1
Balança analítica quatro casas decimais		0	0	1	1	1	1
Freezer vertical		1	1	1	1	2	2
Geladeira		1	1	1	1	2	2
Fogão de 06 bocas		1	1	1	1	1	1
Aparelho de absorção atômica		0	1	1	1	1	1
Aparelho de absorção molecular		0	0	1	1	1	1
HPLC – Cromatografia Líquida de Alta Resolução	Dionex	0	0	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Sistema de Cromatografia Gasosa Acoplada a Espectrometria de Massas (GC/MS),	marca SHIMADZU, modelo GCMSQP2010plus.	0	0	1	1	1	1
Câmara de fluxo laminar	Modelo Q216F21V	0	1	1	1	1	1

Laboratórios de Mecânica dos Solos e Fundações							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Agitador de peneiras		1	1	1	1	1	1
Almofariz de porcelana com mão de graal de porcelana		3	3	3	3	3	3
Aparelho casa grande		3	3	3	3	3	3
Aparelho p/ ensaio de prova de carga – macaco hidráulico (01)		1	1	1	1	1	1
Aparelhos Speedy		2	2	3	3	3	3
Bacia plástica		5	5	5	5	5	5
Balança cap. 200 g., sens. 0,001g		1	1	1	1	1	1
Balança Elétrica capacidade 1000g		1	1	1	1	1	1
Balança mecânica		1	1	1	1	1	1
Bandeja retangular pintada de 60 x 50 x 6 cm com alças		5	5	5	5	5	5
Bandejas de aço		5	5	5	5	5	5
Banho maria		1	1	1	1	1	1
Bomba de vácuo		1	1	1	1	1	1
Cápsula de alumínio 40 x 20 mm		20	20	20	20	20	20
Cilindros (CBR), com base e colar		12	12	12	12	12	12
Conjunto densidade in-situ		1	1	1	1	1	1
Conjunto determinação equivalente da areia		2	2	2	2	2	2
Conjunto frasco de areia (completo)		1	1	1	1	1	1
Conjunto teste de densidade in situ		1	1	2	2	2	2
Cronômetro		1	1	1	1	1	1
Cronômetro para intervalo de tempo até 30 min., 1/5 de seg. Com suporte		1	1	1	1	1	1
Densímetro		1	1	6	6	6	6
Disco espaçador de 2"		4	4	4	4	4	4
Dispensor de amostras		1	1	1	1	1	1
EMIC – Prensa de tração e compressão para aço e concreto – 30 toneladas (01)		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Equipamentos para ensaios de caracterização		2	2	2	2	2	2
Equipamentos para ensaios de compactação		1	1	1	1	1	1
Balanças eletrônicas de precisão		5	5	5	5	5	5
Estufa		2	2	2	2	2	2
Espátula de aço inox. De 20 x 2,5 cm		5	5	5	5	5	5
Estufa		1	1	1	1	1	1
Estufa capaz de manter a temperatura entre 105º C e 110º C, 45 x 40 x 45 cm – 110/220 Volts, monofásico		1	1	1	1	1	1
Estufa Elétrica para secagem e estabilização de solo		1	1	1	1	1	1
Extensômetros		5	5	5	5	5	5
Extrator de corpo de prova hidráulico para proctor / CBR / Marshall		1	1	1	1	1	1
Formas p/ ensaio de compactação de solo c/ suporte		12	12	12	12	12	12
Frasco de areia metálico, capacidade 20Kg		2	2	2	2	2	2
Funil de vidro		5	5	5	5	5	5
Haste de socamento p/ solo		2	2	2	2	2	2
Macaco extrator de corpo-de-prova (solo)		1	1	1	1	1	1
Máquina Los Angeles		1	1	1	1	1	1
Micrometro		2	2	2	2	2	2
Misturador		2	2	2	2	2	2
Molde cilíndrico Æ 4” cap. 1 lt. Para proctor normal		12	12	12	12	12	12
Par de sobrecarga em forma de “U” – 10 libras – 2 pesos em “U”		4	4	4	4	4	4
Peneiras de diâmetros diversos		25	25	25	25	25	25
Prato perfurado com haste ajustável de latão		3	3	3	3	3	3
Prensa CBR, elétrica/manual, 110 ou 220 Volts – 0,5 HP, 1720 rpm, 60 Hz, monofásico		1	1	1	1	1	1
Prensa de compressão simples		1	1	1	1	1	1
Prensas CBR		1	1	1	1	1	1
Permeâmetro para ensaio de permeabilidade de solos para carga constante e variável, com molde de 4”		1	1	1	1	1	1
Proveta graduada 25 ml		3	3	8	8	8	8

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Proveta graduada 500 ml		3	3	8	8	8	8
Proveta graduada 1000 ml		5	5	10	10	10	10
Proveta graduada 2000 ml		5	5	5	5	5	5
Repartidor de amostra abert. ½", completo		1	1	1	1	1	1
Repartidor de amostra abert. De 1", completo		1	1	1	1	1	1
Repartidor de amostras		2	2	2	2	2	2
Soquete com 4,536 Kg de peso para CBR		2	2	2	2	2	2
Termômetros;		5	5	5	5	5	5
Tripé porta extensômetro;		3	3	3	3	3	3
Picnômetro		10	10	20	20	20	20
Vasilhame p/ água destilada		2	2	2	2	2	2
Piceta		5	5	10	10	10	10

Laboratórios de Topografia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Balisas		2	2	2	2	2	2
Bússola		2	2	2	2	2	2
Estação total		1	1	1	1	1	1
Gps		2	2	2	2	2	2
Guarda-sol		3	3	3	3	3	3
Marreta ½ kg		5	5	5	5	5	5
Mira		5	5	5	5	5	5
Níveis		2	2	2	2	2	2
Nível de pedreiro		5	5	5	5	5	5
Teodolitos		2	2	2	2	2	2
Trena digital		5	5	5	5	5	5
Trenas		5	5	5	5	5	5
Triângulo de madeira		5	5	5	5	5	5
Tripés		2	2	2	2	2	2

Laboratórios de Materiais de Construção							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Agulha de Le chatelier		3	3	13	13	13	13
Agulha de vicat		1	1	1	1	1	1
Aparelho de vicat, com agulha e sonda de Tetmajer, e molde		1	1	1	1	1	1
Aparelho p/ medida do abatimento do concreto, com funil, base, haste, colher e escova		1	1	1	1	1	1
Argamassadeira - Batedeira de argamassa com recipiente e pá em aço inox		1	1	2	2	2	2

Balança hidrostática – capacidade 21,10 kg	1	1	1	1	1	1
Balanças eletrônicas de precisão	3	3	3	3	3	3
Bandejas de aço	4	4	4	4	4	4
Banho-maria de 8 bocas	1	1	2	-	-	-
Betoneira	1	1	1	1	1	1
Bomba para vácuo	1	1	2	3	4	5
Caixa metálica quadrada cap. 15 litros	3	3	4	5	5	5
Caixa metálica quadrada cap. 20 litros	3	3	3	3	3	3
Caixa metálica quadrada cap. 5 litros	3	3	3	3	3	3
Capeador de corpo de prova de argamassa - diâmetro 5 x 10 cm	1	1	3	3	3	3
Capeador de corpo de prova de concreto – diâmetro 15 x 30 cm	1	1	3	3	3	3
Capeador p/ corpo de prova de 10	1	1	3	3	3	3
Capeador p/ corpo de prova de 15	1	1	3	3	3	3
Capela	1	1	1	1	1	1
Cestos p/ determinação da densidade dos agregados	3	3	1	1	1	1
Compressor de ar	1	1	1	1	1	1
Conjunto Slump test	1	2	2	2	2	2
Conjunto Slump Test p/ consistência do concreto	1	2	2	2	2	2
Cortador de pisos cerâmicos e azulejos	2	2	1	1	1	1
Cronômetro	1	1	1	1	1	1
Dissecador de amostras	1	1	1	1	1	1
Equipamento adaptado para ensaio de blocos cerâmicos – capacidade até 5000 kgf	1	1	1	1	1	1
Equipamento para ensaios de envelhecimento	1	1	1	1	1	1
Estufas com termostato	1	1	1	1	1	1
Fogareiro 2 bocas simples	1	1	1	1	1	1
Fôrma metálica cilíndrica - diâmetro 15 x 30 cm;	5	5	1	1	1	1
Fôrma metálica cilíndrica - diâmetro 5 x 10 cm;	5	5	1	1	1	1
Forma p/ argamassa;	5	5	1	1	1	1
Funil macho com tripé;	3	3	1	1	1	1
Jogo de peneiras para agregado graúdo;	32	32	32	32	32	32
Jogo de Proctor, com penetrômetro e agulhas;	1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Jogos de peneiras para agregado miúdo;	2	2	2	2	2	2
Maquina de ensaios EMIC;	1	1	1	1	1	1
Mascara contra gases;	10	15	20	20	20	20
Misturador mecânico;	2	2	1	1	1	1
Moldes para corpo-de-prova;	8	8	8	8	8	8
Motor e bomba a vácuo;	1	1	1	1	1	1
Prensa manual;	1	1	1	1	1	1
Paquímetros;	1	1	1	1	1	1
Peneirador elétrico Produtest 50x50 p/ Agreg.Graúdo (01);	1	1	1	1	1	1
Conjunto de peneiras para diversas granulometrias	1	1	1	1	1	1
Permeabilímetro de Blaine, acondicionado em estojo de madeira;	1	1	1	1	1	1
Pote de Enxofre Sublimado;	1	1	2	2	2	2
Prensa universal;	1	1	1	1	1	1
Material para controle tecnológico de concreto	5	5	1	1	1	1
Jogos de peneiras	2	2	2	2	2	2
Conjunto de Vidraria	1	1	1	1	1	1
Suportes para capeamento de corpo-de-prova	2	2	5	5	5	5
Tanque de Cura	1	1	1	1	1	1
Viga benkmam	2	2	1	1	1	1

Laboratórios de Instalações Hidro-Sanitárias							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Computador;		1	1	2	2	2	2
Aquecedor;		1	1	2	2	2	2
Rosqueadeira elétrica;		1	1	2	2	2	2
bombas hidráulicas;		2	2	3	3	3	3
morsas;		8	8	9	9	9	9
chaves grifo;		11	11	12	12	12	12
chaves inglesas;		8	8	9	9	9	9
Tubulações, metais, registros e equipamentos sanitários para banheiro e cozinha;		2	2	3	3	3	3
Canal de Hidráulica;		1	1	2	2	2	2
Módulo Perda de Carga;		1	1	2	2	2	2
Módulo de Instalações Hidro-Sanitárias Prediais – Entrada de água e saída de esgoto, Módulo Filtro de Água.		1	1	2	2	2	2

Laboratórios de Automação							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Inversor de frequência, interface para pc. telemecanique		4	4	4	4	4	4
Micro Controlador Programável	WEG	4	4	4	4	4	4
Serra Elétrica – DWT – STS – 400 VS		1	1	1	1	1	1
Furadeira SKIL – 470 W		1	1	1	1	1	1
Parafusadeira Elétrica DWT – ABS – 9,6 E		1	1	1	1	1	1
Kit de ferramenta Skil		1	1	1	1	1	1
Serra circular DWT – HKS - 400		1	1	1	1	1	1
Megômetro M6 2500 As Instrument		2	2	2	2	2	2
Motor Elétrico Siemens / 2P / 0.75cv		3	3	3	3	3	3
Motor Elétrico Siemens / Tri 12P / 0.5cv		2	2	2	2	2	2
Miliamperímetro Bobina Móvel Faixa 0-5mA BRASIL		2	2	2	2	2	2
Miliamperímetro Bobina Móvel Faixa 0-2,5mA BRASIL		1	1	1	1	1	1
Miliamperímetro Bagarel Faixa 0-250mA		3	3	3	3	3	3
Paquímetro Mitutoyo 150 mm / Leitura 0,05 Cod. B 42320		1	1	1	1	1	1
Paquímetro Mitutoyo 150 mm / Leitura 0,05mm Cod. B 42249		1	1	1	1	1	1
Medidor de frequência tipo HP completo versão 18-1963-01-041.		1	1	1	1	1	1
Medidor de fator de força ferrodinâmico tipo HFQa-b completo versão 18-1963-05-005		1	1	1	1	1	1
Miliamperímetro Bobina móvel Faixa 0-2,5mA BRASIL		4	4	4	4	4	4
Microamperímetro Bobina móvel Faixa 0-100mA BRASIL		3	3	3	3	3	3
Microamperímetro Bobina móvel Faixa 0-250mA BRASIL		4	4	4	4	4	4
Miliamperímetro Bobina móvel Faixa 0-5mA BRASIL		1	1	1	1	1	1
Voltímetro 300v		2	2	2	2	2	2
Voltímetro 150v		1	1	1	1	1	1
Galvanômetro tipo GK – 2 completo versão 18-1963-01-002 Miliamperímetro		4	4	4	4	4	4

Medidor de força ferrodinâmico tipo HEWa-b completo versão 18-1963-03-031 Wattímetro	1	1	1	1	1	1
CLP Telemecanique	5	5	5	5	5	5
Tacômetro digital BAGAREL	1	1	1	1	1	1
Multímetro TAEKWANG	1	1	1	1	1	1
Motor Siemens	7	7	7	7	7	7
Amperímetro	3	3	3	3	3	3
Botoneiras	29	29	29	29	29	29
Contator com Relé Aux.	5	5	5	5	5	5
Contator	10	10	10	10	10	10
Fonte 380/220	1	1	1	1	1	1
Motor Assíncrono de Aneis	1	1	1	1	1	1
Motor de indução Trifásico Kohlabch – 05 Cv	1	1	1	1	1	1
Motor de indução Trifásico Kohlabch – 0, 75 Cv	1	1	1	1	1	1
Motor Trifásico	3	3	3	3	3	3
Auto – Transformador P/ chave compensadora	1	1	1	1	1	1
Motor Shneider	1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Máquinas Elétricas							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Amperímetro CC – Bagarel 0-5A		1	1	1	1	1	1
Amperímetro T-PBE-5A		1	1	1	1	1	1
Banco de Prova Completo 1713		1	1	1	1	1	1
Fasímetro portátil		1	1	1	1	1	1
Frequenciômetro Yem mod. 2038		2	2	2	2	2	2
Gerador		1	1	1	1	1	1
Grupo Conversor CA para CC		3	3	3	3	3	3
Grupo de Motor Gerador		1	1	1	1	1	1
Medidor de fator de força ferrodinâmico		2	2	2	2	2	2
Medidor de fator de força ferrodinâmico		1	1	1	1	1	1
Medidor de força ferrodinâmico		4	4	4	4	4	4
Medidor de frequência HP		1	1	1	1	1	1
Motor Assíncrono de Anel - 3KW		1	1	1	1	1	1
Motor CC-MCI-4-2KW-220v		1	1	1	1	1	1
Motor de Indução Monofásico 0,5v		1	1	1	1	1	1
Motor de Indução Trifásico Triângulo-Estrela		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Motor Síncrono 220/380	1	1	1	1	1	1
Multímetro Analógico tipo alicate	1	1	1	1	1	1
Reostato	1	1	1	1	1	1
Reostato de Curso Metálico 50 OHMS	1	1	1	1	1	1
Transformador 220v/24/127v	1	1	1	1	1	1
Transformador de Corrente portátil	3	3	3	3	3	3
Transformador Monofásico a óleo	1	1	1	1	1	1
Transformador para Ensino - Trifásico	1	1	1	1	1	1
Transformador Trifásico Didático	1	1	1	1	1	1
Variador Triafásico 2.5 KVA	1	1	1	1	1	1
Variador Trifásico 45KVA	1	1	1	1	1	1
Varivolt Monofásico	1	1	1	1	1	1
Varivolt Monofásico n° 007	1	1	1	1	1	1
Voltímetro 150-300-600v	1	1	1	1	1	1
Wattímetro marca líder	1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Manutenção de Máquinas							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Gerador de Áudio 880G		1	1	1	1	1	1
Varivolt Monofásico n° fab. 004		1	1	1	1	1	1
Transformador de voltagem		1	1	1	1	1	1
Varivolt monofásico		1	1	1	1	1	1
Estufa marca fanem		1	1	1	1	1	1
Torno de bancada giratório		1	1	1	1	1	1
Motor trifásico estrela-triângulo		1	1	1	1	1	1
Varivolt		1	1	1	1	1	1
Reostato		1	1	1	1	1	1
Megômetro M6 2500		1	1	1	1	1	1
Voltímetro 300V		1	1	1	1	1	1
Voltímetro 150V		1	1	1	1	1	1
Furadeira de bancada		1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Instalações Elétricas							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Microcomputador UDP		1	1	1	1	1	1
Mapoteca de aço marca fiel		1	1	1	1	1	1
Reostato de curso metálico		1	1	1	1	1	1
Televisor CCE		1	1	1	1	1	1
Video-Cassete Panasonic		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Eletricidade							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Transformador Monofásico didático		2	2	2	2	2	2
Fonte de Alimentação estabilizada		7	7	7	7	7	7
Osciloscópio analógico 1221s		4	4	4	4	4	4
Voltímetro 150-300-600v		2	2	2	2	2	2
Multímetro analógico		3	3	3	3	3	3
Multímetro digital mod. 2030		1	1	1	1	1	1
Osciloscópio TR - 4463		2	2	2	2	2	2
Medidor de força ferrodinâmico		10	10	10	10	10	10
Medidor de temperatura miliamperímetro		1	1	1	1	1	1
miliamperímetro		3	3	3	3	3	3
Transformador de corrente portátil		2	2	2	2	2	2
Miliamperímetro analógico		2	2	2	2	2	2
Inversor de Frequência interface para PC		1	1	1	1	1	1
Megômetro Hitachi – JIS- C-1301		1	1	1	1	1	1
Tacômetro Digital faixa de medição 1 a 20.000		1	1	1	1	1	1
Tacomêtro marca Sugewara		2	2	2	2	2	2
Miliamperímetro		3	3	3	3	3	3
Alicate Volt-Amperímetro		1	1	1	1	1	1
Tacômetro Analógico faixa 40 a 50.000		2	2	2	2	2	2

Laboratórios de Dispositivos Eletrônicos - SL 34							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Fonte de Tensão DC	FONTE DIGITAL INSTRUTEMP ST-305D	10	10	10	10	10	10
Multímetro Digital	MINIPA ET-2042C	10	10	15	15	15	15
Osciloscópio Digital	TECTRONIX TDS 200 100MHZ	8	8	13	13	13	13
Gerador de Funções	DAWER FG 200-D	5	5	5	5	5	5
Gerador de Funções	TOPWARD 8110	3	3	8	8	8	8
Pistola de Solda	WELLER W7100-1 100W	3	3	3	3	3	3

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Simuladores - SL 33							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
TV	TV GRADIENTE 34'	1	1	1	1	1	1
Monitor 15'	LG 561N	3	3	3	3	3	3
Monitor 15'	SAMSUNG 551V	10	10	10	10	10	10
Monitor 15'	PHILIPS 105S5	2	2	2	2	2	2
Monitor 15'	BITWAY	1	1	1	1	1	1
Microcomputador	BITWAY CDROM 56X, 3 1/2	1	1	1	1	1	1
Microcomputador	IBM 8188PPN CDROM 52XRW, DRIVER 3 1;2	2	2	2	2	2	2
Microcomputador	RMCOMP - CDROM 52X, DRIVER 3 1/2	10	10	10	10	10	10
Estabilizador	ESTABILIZADOR FORCELIN 250VA	1	1	1	1	1	1
Estabilizador	ESTABILIZADOR BST 7500VA	1	1	1	1	1	1
Projeter Multimedia	-	0	0	0	0	0	0

Laboratórios de Eletrônica Analógica - SL 32							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Fonte de Tensão DC	FONTE DIGITAL DAWER FSCC 3003-D	4	4	4	4	4	4
Fonte de Tensão DC	FONTE DIGITAL DAWER PS 3005-D	15	15	15	15	15	15
Fonte de Tensão DC	FONTE DIGITAL INSTRUTEMP ST-305D	4	4	4	4	4	4
Gerador de Funções	TOPWARD 8110	5	5	5	5	5	5
Osciloscópio Analógico	OSCIOSCÓPIO TOPWARD 7025A 20MHZ	16	16	16	16	16	16
Multímetro Digital	MINIPA ET-2042C	10	10	10	20	20	20

Laboratórios de Automação e Instrumentação - SL 31							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
TV	CCE 29'	1	1	1	1	1	1
Monitor	LG 15'	1	2	2	2	2	2
Estabilizador	HIGH TECH - 1000VA	1	2	2	2	2	2

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Microcomputador	MICROCOMPUTADOR HP COMPAQ DC5850	0	0	15	15	15	15
Monitor	MONITOR HP L1710 - 17'	0	0	15	15	15	15
Kit Didático de Automação	-	0	0	15	15	15	15
Kit Didático de Instrumentação	-	0	0	15	15	15	15
Estabilizador	1000VA	0	0	15	15	15	15
Projeter Multimedia	-	0	0	0	1	1	1

Laboratórios de Sistemas Digitais - SL 30							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Microcomputador	HP COMPAQ DC5850	16	16	16	32	32	32
Estabilizador	1000VA	16	16	16	32	32	32
Monitor 17'	HP L1710 - 17'	16	16	16	32	32	32
Projeter Multimedia	-	0	0	0	1	1	1

Laboratórios de Eletrônica Digital - SL 29							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Kit Didático	KIT DIGITAL DATAPOOL - 8410	8	8	8	28	28	28
Projeter Multimedia	-	0	0	0	1	1	1

Laboratórios de Estudos Avançados - LEA							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Alicate Amperímetro	ALICATE AMPERÍMETRO E MEDIDOR DE POTENCIA	1	1	1	1	1	1
Estabilizador	ESTABILIZADOR HIGH TECH 1000VA	1	1	1	1	1	1
Estação de Solda	ESTAÇÃO DE SOLDA	1	1	1	1	1	1
Fonte de Tensão	FONTE DE TENSÃO DC DIGITAL DAWER PS 3005-D	1	1	1	1	1	1
Microcomputador	MICROCOMPUTADOR HP COMPAQ DC5850	1	1	6	6	6	11
Monitor	MONITOR HP L1710 - 17'	1	1	6	6	6	11
Nobreak	NOBREAK 1300VA	1	1	3	3	3	5

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Osciloscópio Digital	OSCILOSCÓPIO DIGITAL TECTRONIX TDS 200 100MHZ	2	2	2	2	2	2
Osciloscópio Analógico	OSCILOSCÓPIO TOPWARD 7025A 20MHZ	3	3	3	3	3	3

Laboratórios de Línguas							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Computadores		15	15	25	25	25	25

Laboratórios de Física							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
KIT BENDER OTICA		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER ACUSTICA B		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER OPTICA		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER MECANICA DOS SOLOS		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER CIÊNCIA A		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER CIÊNCIA C		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER ELETRICIDADE B		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER ACÚSTICA C		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER CIÊNCIA B		1	1	1	1	1	1
MÓDULO BÁSICO MMECL-FÍSICA REI 8100		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER ACÚSTICA A		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER CIÊNCIA B		1	1	1	1	1	1
KIT BENDER ELETRICIDADE A		1	1	1	1	1	1
BALANÇA DE BRAÇOS IGUAIS COM CAPELA		2	2	2	2	2	2
BAROMETRO CENCO DE MERCÚRIO		1	1	1	1	1	1
TROCADOR DE CALOR CIRCULAR COM BASE SÓLIDA		1	1	1	1	1	1
BALANÇA DE BRAÇO ÚNICO		1	1	1	1	1	1
MESA DE FORÇA COM TRIPE MARCA CENCO		1	1	1	1	1	1
MESA DE FORÇA COM MOTOR ACOPLADO CENCO S P		1	1	1	1	1	1
BALANÇA DE BRAÇOS IGUAIS COM BRAÇO DE LOUÇA CENTRO		1	1	1	1	1	1
MEDIDOR DE FOCAGEM DE LENTE COM TRIPE CENCO		1	1	1	1	1	1
BAROMETRO DE ÁGUA		1	1	1	1	1	1
BALANÇA DE TORÇÃO		1	1	1	1	1	1
BALANÇA DE BRAÇOS IGUAIS		1	1	1	1	1	1

PAQUIMETRO DIDÁTICO		1	1	1	1	1	1
MEDIDOR DE NÍVEL INCLINADO CENCO		1	1	1	1	1	1
FONTE DE ALIMENTAÇÃO DAWER FSCC3003-D		1	1	1	1	1	1
GERADOR DE FUNÇÃO DAWER FG200-D		1	1	1	1	1	1
MULTÍMETRO DIGITAL ET-2081		2	2	2	2	2	2
BALANÇA DIGITAL CAP.1000G		1	1	1	1	1	1
CONJUNTO FÍSICA DESTINADO AO ESTUDO DA MECÂNICA DOS SÓLIDOS, FLUIDOS, TERMINOLOGIA - MMECL		1	1	1	1	1	1
COMPUTADORES		1	1	1	1	1	1
10 DINAMOMETROS 1N EM CHAPA METÁLICA - MMECL		1	1	1	1	1	1
10 DINAMOMETROS 2N EM CHAPA METÁLICA - MMECL		1	1	1	1	1	1
10 DINAMOMETROS 3N EM CHAPA METÁLICA - MMECL		1	1	1	1	1	1
10 DINAMOMETROS 5N EM CHAPA METÁLICA - MMECL		1	1	1	1	1	1
10 DINAMOMETROS 10N EM CHAPA METÁLICA - MMECL		1	1	1	1	1	1
IMPRESSORA HP LASER 1160 NS-CNB1100088		1	1	1	1	1	1

Campus Lagarto

Laboratórios de Acionamento Hidropneumático							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Bancada Didática para montagem de circuitos pneumáticos	FESTO	2	2	3	3	3	3
Bancada Didática para montagem de circuitos eletropneumáticos	FESTO	1	1	2	2	2	2
Microcomputador	ITAUTEC	12	12	12	12	12	12
Compressor de ar comprimido		1	1	1	1	1	1
Bancada Didática com sensores, dispositivos elétricos e pneumáticos	FESTO HUNGARY	1	1	1	1	1	1
Televisor de 29"	CCE	1	1	1	1	1	1
Tela LCD 17"	LG	12	12	12	12	12	12
Bancada Didática para montagem de circuitos hidráulicos	FESTO	0	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Conjunto de equipamentos para as bancadas pneumáticas e eletropneumáticas	FESTO	0	1	1	1	1	1
---	-------	---	---	---	---	---	---

Laboratórios de Automação							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Kit CLP E IHM , Tipo CLP 2301	DATAPOOL	13	13	33	33	33	33
CLP S7-200	SIEMENS	3	3	13	13	13	13
Microcomputador	IBM	20	20	40	40	40	40
Microcomputador	MEGA CORP	2	2	4	4	4	4
Microcomputador	COMPAQ	2	2	2	2	2	2
Impressora	LEXMARK	2	2	4	4	4	4
Interface Homem-Maquina (IHM) ,Tipo TD20	SIEMENS	1	1	2	2	2	2

Laboratórios de Metrologia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Paquímetro de 0-150 mm Resolução 0,02 e 0,05 mm	DIGIMESS	13	13	33	33	33	33
Paquímetro de 0-150 mm, Resolução 0,05 mm	MITUTOYO	3	3	13	13	13	13
Micrômetro externo	DIGIMESS	20	20	40	40	40	40
Relógio Comparador	DIGIMESS	2	2	4	4	4	4
Goniômetro	DIGIMESS	2	2	2	2	2	2
Traçador de altura	DIGIMESS	2	2	4	4	4	4
Comparador de diâmetro interno	DIGIMESS	1	1	2	2	2	2
Régua de Aço Inox		12	12	12	12	12	12
Esquadro de Precisão	DIGIMESS	3	3	3	3	3	3
Compassos	MITUTOYO	6	6	6	6	6	6
Base Magnética para Relógio Comparador	DIGIMESS	1	1	3	3	3	3
Nível de Precisão 0,02 mm/m	DIGIMESS	1	1	2	2	2	2
Ponte Kelvin	BRIDGE	1	1	1	1	1	1
Televisor 29"	CCE	1	1	1	1	1	1
Tacômetro	AMETEK	1	1	1	1	1	1
Medidor de Var		2	2	2	2	2	2
Medidor de MΩ		2	2	2	2	2	2
Alicate Amperímetro		1	1	1	1	1	1
Ponte de Wheastone	INSTRUTHERM	2	2	2	2	2	2
Frequencímetro	ENGRO	1	1	1	1	1	1
Luxímetro	ICEL	2	2	2	2	2	2
Tacômetro	INSTRUTHERM	2	2	2	2	2	2
Fonte de tensão DC	MINIPA	1	1	1	1	1	1
Fonte de tensão DC	DAWER	1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Esquema em Estrela RST trifásico		2	2	2	2	2	2
Voltímetro		3	3	3	3	3	3

Laboratórios de Instrumentação							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Módulo para controle de nível e temperatura	DATAPOOL	2	2	4	4	4	4
Módulo de sensores	DATAPOOL	1	1	2	2	2	2
Microcomputador	IBM	2	2	4	4	4	4
CS-108 sensores	DATAPOOL	1	1	2	2	2	2
CT-109 transdutores	DATAPOOL	1	1	2	2	2	2
Módulo Universal 2000	DATAPOOL	1	1	2	2	2	2

Laboratórios de Oficina de Produção Mecânica							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Torno CNC – MULTIPLIC 35	ROMI	1	1	1	1	1	1
Torno Mecânico Horizontal		4	4	4	4	4	4
Esmeril de Bancada		1	1	1	1	1	1
Máquina de Furar		1	1	1	1	1	1
Plaina Limadora		1	1	1	1	1	1
Fresadora	VIGORELLI	1	1	1	1	1	1
Esmeril de Base Fixa		1	1	1	1	1	1
Máquina de solda		2	2	2	2	2	2
Conjunto de solda a gás		1	1	1	1	1	1
Motor em corte	MERCEDES BENZ	1	1	1	1	1	1
Dobradeira de Chapa		0	0	1	1	1	1

Laboratórios de Eletricidade							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Década resistiva		18	18	18	18	18	18
Reostato / 500 W		29	29	29	29	29	29
Transformador de corrente		5	5	5	5	5	5
Década Indutiva		8	8	8	8	8	8
Multímetro Analógico		9	9	9	9	9	9
Gerador de Função		5	5	5	5	5	5
Varivolt		8	8	8	8	8	8

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Eletrônica Geral, Digital e Microprocessadores							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Osciloscópio	INSTRUTHERM	15	15	15	15	15	15
Gerador de Funções Digitais		5	5	5	5	5	5
Multímetro digital		10	10	10	10	10	10
Matriz de contato PL 553		9	9	9	9	9	9
Fonte Analógica		8	8	8	8	8	8
Kit didático 8810		10	10	10	10	10	10

Laboratórios de Eletrônica Geral, Digital e Microprocessadores							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Varivolt monofásico		3	3	3	3	3	3
Motor 1 CV 4 P 220/380 V		4	4	4	4	4	4
Inversor Micro Master	SIEMENS	5	5	5	5	5	5
Caixa de ferramentas		13	13	13	13	13	13
Jogo com 3 variadores	VARITEK	1	1	1	1	1	1
Motor assíncrono trifásico	1/4 HP	1	1	1	1	1	1
Motor síncrono trifásico	1/4 kVA	1	1	1	1	1	1
Motor de Corrente contínua	1/4 HP	1	1	1	1	1	1
Motor assíncrono (gaiola de esquilo)	1 CV	4	4	4	4	4	4
Banco de resistores		1	1	1	1	1	1
Banco de indutores		1	1	1	1	1	1
Banco de capacitores		1	1	1	1	1	1
Motor de curto-circuito		1	1	1	1	1	1
Freio de Prony		1	1	1	1	1	1
Transformador com 2 entradas e 7 saídas		1	1	1	1	1	1
Fonte de alimentação		1	1	1	1	1	1
Tacômetro		1	1	1	1	1	1
Módulo de medidor		1	1	1	1	1	1
Motor universal monofásico		1	1	1	1	1	1
Motor com capacitor de partida		1	1	1	1	1	1
Banco de transformador		1	1	1	1	1	1
Módulo com motor assíncrono 12 terminais		1	1	1	1	1	1
Torno de bancada		1	1	1	1	1	1
Televisor 29"	CCE	1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Materiais de Construção							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Agitador de peneiras Telastem 50x50x15 mod. 6 tipo Produtest	Ensaio/Agregados Graúdos	1	2	2	2	2	2
Agulha de Lechatelier Solotest	Ensaio/Cimento	1	1	1	1	1	1
Aparelho aferidor de agulha	Ensaio/Cimento	2	2	2	2	2	2
Aparelho de vicat, c/ângulo 0,80x0,40	Ensaio/Cimento	1	1	1	1	1	1
Balança com jogo de pesos	Cap. 200g						
Bandeja de chapa de ferro galvanizado	Ensaio/Materiais	4	4	4	4	4	4
Berço para corpos de prova	Ensaio/Concreto						
Bigorna controle esclerometro	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Caixa metálica 30x30x50 Solotest	Ensaio/Agregados Graúdos	1	1	1	1	1	1
Capeador para corpo de prova de argamassa	Ensaio/Argamassa	1	1	1	1	1	1
Capeador para corpo de prova de concreto	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Conjunto constituído de fôrma tronco cônica d=20x 30 d=10x30 com funil metálico placa de base Slump-Test	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Cronômetro digital Superatic 30min.							
Esclerometro tipo Schmidt tipo N 0,225mkg	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Estufa com 80x60x70 com temperatura até 300 graus	Esterilização e secagem	1	1	1	1	1	1
Extintor de incêndio pó químico, 2,85kg	Pó químico, 2,85kg						
Fogareiro a gás de uma boca c/butijão de 2kg	Capear Concreto	1	1	1	1	1	1
Forma moldagem cp argamassa	Ensaio/Argamassa	1	1	1	1	1	1
Fôrma para cp de concreto	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Fôrma tronco cônica 28x21x65mm	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Funil para fôrma 5x10	Ensaio/Concreto	200	200	200	200	200	200
Funil para fôrma 5x10cm	Ensaio/Concreto	20	20	20	20	20	20
Funil para Viscosidade Marsh	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Haste socadora 5,8'x600mm	Ensaio/Concreto	3	3	3	3	3	3
Mesa para ensaio de abatimento	Ensaio/Argamassa	2	2	2	2	2	2
Misturador de argamassa p/laboratório c/uma cuba de aço inox cap. 5l e batedor tipo raquete mod.AG-5	Ensaio/Concreto	4	4	4	4	4	4
Molde cônico para aparelho de Vicat ASTM c-187	Ensaio/Cimento	3	3	3	3	3	3

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Molde para aparelho de Vicat 80x40mm	Ensaio/Cimento	1	1	1	1	1	1
Molde para determinação de concreto 1,66mm x 30mm x 100mm x200mm. Solotest (conj.tronco-forma-conica)	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Permeabilmetro Balline Solotest	Ensaio/Concreto	5	5	5	5	5	5
Relógio techno	Contador com 601x / 8 (cronômetro)	3	3	3	3	3	3
Sonda de tetmajer	Ensaio/Materiais	20	20	20	20	20	20
Soquete para argamassa	Ensaio/Argamassa	1	1	1	1	1	1
Suporte para tubo de ensaio	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Tacho de alumínio	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Tacho de alumínio fundido 35 cm	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Tacho de alumínio fundido 35cm	Ensaio/Materiais	1	2	2	2	2	2
Balanca mecanica	Cap. 20kg-sens. 1g, c/ 2 pratos , (/)prato 280mm , modelo TS , classe B	1	1	1	1	1	1
Jogo de pesos para balanca	1g a 10000g	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica (110 ou 220 V)	Capacidade de pesagem de um mínimo de 20 kg e sensibilidade de no mínimo 1 g	5	5	5	5	5	5
Balança eletrônica (110 ou 220 V)	Capacidade de pesagem de 10000 g e sensibilidade de no mínimo 0,1 g	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica , Saida inferior p/ pesagem hidrostática;INMETRO (g, kg, gr, dwt, oz,ozt,ct e lb) contagem de pecas; Calibracao automatica c/ peso externo ; Tensao 100/240Vca;50/60Hz.	Sens. 0,01g p/ cap. 500g e Sens. 0,1g p/ ate 5.000g;	3	3	3	3	3	3
Balança eletrônica digital, c/pesagem em (g, kg, gr, dwt, z,ozt,ct e lb) contagem de pecas;Calibracao automatica c/ peso externo ; Saida inferior p/ pesagem hidrostática;Dim, Prato 202x156 mm; INMETRO 211/2003 ;Tensao 100/240Vca;50/60Hz.	Cap. 2kg - sens. 0,01g,	1	1	1	1	1	1

Balança eletrônica digital (g, kg, gr, dwt, oz, ozt, ct e lb) contagem de peças; Calibração automática c/ peso externo; Saída inferior p/ pesagem hidrostática; Dim. Prato 202x156 mm; INMETRO 211/2003; Tensão 100/240Vca; 50/60Hz.	Cap. 1kg - resolução de 0,01g pesagem	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica (g, kg, gr, dwt, oz, ozt, ct e lb) contagem de peças; Calibração automática c/ peso externo; Saída inferior p/ pes. hidrostática; Ø Prato 100mm; INMETRO; Tensão 100/240Vca; 50/60Hz; c/ capela de acrílico.	Cap. 500g - sens. 0,001g, mod. AL 500 pesagem	1	1	1	1	1	1
Bandejas de chapa de aço galvanizado	Ensaio/Materiais	10	10	10	10	10	10
Becker de 2000 ml de polipropileno	Ensaio/Materiais	10	10	10	10	10	10
Becker de 2000 ml de vidro	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Formas para corpos-de-prova cilíndricos de concreto formato 10 cm x 20 cm (diâmetro da base x altura) em chapa de aço zincada.	Ensaio/Concreto	10	10	10	10	10	10
Escova com fios de latão para limpar peneiras	Ensaio/Agregados	1	1	1	1	1	1

Laboratório: Canteiro de Obras							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Balança marca helmac não digital	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Bancada de serra com motor de 3VC	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Betoneira 120LTS com motor 220V	Ensaio/Concreto	2	2	2	2	2	2
Carrinho de mão termo de transferência N.02	Transporte/Materiais	1	1	1	1	1	1
Forno elétrico formitec	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Mangote de vibrador 25 mm	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Mangote de vibrador 35 mm	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Maquina de modular tijolos. Doação da caixa escolar para o canteiro de obras	Ensaio/Alvenaria	1	1	1	1	1	1
Maquina policorte com motor	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Motor vibrador de imersão 2HP 320V	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Motor vibrador de imersão 2HP 380V	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Prancheta para desenho com tampo em estrutura de aço	Trident/Desenho	1	1	1	1	1	1
Prensa de acionamento elétrico p/ compressão em corpos de prova de D.15x30cm e de D.5x10cm Mod. PCE100/20	Ensaio/Concreto	1	1	1	1	1	1
Serra circular para pedra de mármore 1300 RPM.	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Maquina Universal para ensaios, modelo DL 20.000, eletromecânica, microprocessada, marca EMIC, capacidade 200 KN	Ensaio/Concreto	0	0	1	1	1	1

Laboratórios de Mecânica dos Solos							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Agitador/vibrador para peneiras 8x2 de alt. Com relógio marcador de tempo automático	Ensaio/Solos/Agregados	1	2	2	2	2	2
Alavanca de 1x1,50 com ponta e pá preta marca Solo Test	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Almofariz com mão de gral revestida de borracha	Ensaio/Solos	2	2	2	2	2	2
	capacidade 4170g	1	1	1	1	1	1
Anel de dinamômetro com extensímetro sensível a 0,001mm e cursos de 4mm aferido até 4,000g	Ensaio/Solos	4	4	4	4	4	4
Aparelho Casagrande	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Aparelho de umidade de pressão com acessórios, inclusive balança adicionada c/ estojo	Tipo Spedy	1	1	1	1	1	1
Balança Ramusa	Capacidade para 20kg	1	1	1	1	1	1
Balança de precisão marca Marte 1020	Carga máxima 21.100g	1	1	1	1	1	1
Balança digital marca quimis	Cap.210g sensibilidade 0,0001g	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica marca	Ensaio/Solos						

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Precision modelo PR 1000		1	1	1	1	1	1
Balança para marca Ramuza	Capacidade 20kg	1	1	1	1	1	1
Balança simples composta não automática marca Agram	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Banho Maria para tingimento têxtil caixa em aço inox marca Biomatic	Temperatura até 100 graus	1	1	1	1	1	1
Banho Maria Quimis c/ 5 provetas	Cap. 100ml	1	1	1	1	1	1
Bomba de vácuo da marca Nevoni série 63859 volts 110/220.	RPM 1750.Cicl 50/60	1	1	1	1	1	1
Cápsula de contração 4x1cm aço In	Ensaio/Solos	200	200	200	200	200	200
Cápsulas de alumínio com tampa 60x45mm universal	Ensaio/Solos	20	20	20	20	20	20
Cilindro CBR B= 150,8x177,8mm com cilindro complementar 50,5mm de altura e base perfurada	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Cinzel reto chato em latão (para areia) para aparelho Casa Grande Relvan	Ensaio/Solos	3	3	3	3	3	3
Conchas metálicas com cabo D=0,10 Solo Test. Para aparelho Casa Grande	Ensaio/Solos	2	2	2	2	2	2
Conjunto para determinação de densidade pelo processo do frasco de areia	Ensaio/Solos	4	4	4	4	4	4
Densímetro de bulbo simétrico de solos	Ensaio/Solos	3	3	3	3	3	3
Densímetro tipo baune (aerometro baune carga de chumbo) c/ calibrado	Cap.1000x1050, graduado em 0,005	1	1	1	1	1	1
Dessecador de vidro com placa porcel 250 mm THERMEX	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Destilador de água 110v	Cap 5 litros	5	5	5	5	5	5
Disco espaçador de 2'x150,8 de aço maciço marca Solo Test	Ensaio/Solos	3	3	3	3	3	3
Dispensador elétrico com copo chincanas e hélices substituíveis marca Solo Test	Ensaio/Solos	20	20	20	20	20	20
Dispositivos para calibrador de alta de queda de concha do aparelho Casa Grande Solo Test	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Estufa para esterelização e secagem com 80x60x70	Temperatura até 300 graus	1	1	1	1	1	1
Extintor de incêndio pó	Cap. 2,85kg	1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

químico							
Extrator de amostras	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Fogareiro a gás com uma boca c/butijão de 2kg	Ensaio/Solos	1	2	2	2	2	2
Jogo de peneiras em latão marca Te-Lastem	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Mini-digi medidor de PH tipo op-110 completo	Ensaio/Solos	5	5	5	5	5	5
Molde cilindro Proctor com cilindro colar e base em aço zincado Asho de 4 Helven	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Paquímetro	Série 530 quadrimensionais cap.200mm x8 cod. 530,144 leitura 0,05x1 128	5	5	5	5	5	5
Peneira 8x2 malha 19mm	Ensaio/Solos/Agragados	1	1	1	1	1	1
Permeâmetro para ensaio de permeabilidade de solos com molde de D=6 tubos de carga e suporte	Ensaio/Solos	3	3	3	3	3	3
Peso avulso 005kg-906 '8'	P/ Balança Mecânica	1	1	1	1	1	1
Peso de 10kg	P/ Balança Mecânica	1	1	1	1	1	1
Peso de 5kg	P/ Balança Mecânica	1	1	1	1	1	1
Peso constituído por duas unidades 10kg e 5kg	P/ Balança de precisão	10	10	10	10	10	10
Picnômetro vidro transp. 500ml	Ensaio/Materiais	10	10	10	10	10	10
Picnômetro vidro transp. 50ml	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Placa de c/ 3 pinos para limite de contração	Ensaio/Solos	10	10	10	10	10	10
Prato perfurado D= 149,2mm e 5mm de espessura com haste ajustável de face superior plena	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Prensa manual tirantes de aço c/macaco m.Solo Test	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Prensa para ensaio de compressão simples c/anel de 300kgf	Ensaio/Solos	10	10	10	10	10	10
Relógio comparador leitura de 0,001mm cursor por volta 1mm conta voltas	Ensaio/Solos	2	2	2	2	2	2
Relógio de alarme 60 min. De marca Hermes	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1

Repartidor de amostra para solos finos	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Repartidor de amostras para sols grossos	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Soquete de cilindro CBR.	Ensaio/Solos	1	1	1	1	1	1
Soquete de cilindro Proctor.	Ensaio/Solos	2	2	2	2	2	2
Termômetro químico	-10+210º C Mercúrio	5	5	5	5	5	5
Termômetro químico - 10+60°C 0,5°C a mercúrio Incoterm ref. 5020	-10+60°C 0,5°C a mercúrio Incoterm ref. 5020	1	1	1	1	1	1
Torno para moldar corpos de prova de 2', 3'e 4'	Ensaio/Solos	0	1	1	1	1	1
Balanca mecanica	Cap. 20kg-sens. 1g, c/ 2 pratos ,prato 280mm , modelo TS , classe B	0 1	1 2	1 2	1 2	1 2	1 2
Jogo de pesos para balanca	1g a 10000g	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica (110 ou 220 V)	Capacidade de pesagem de um mínimo de 20 kg e sensibilidade de no mínimo 1 g;	2	2	2	2	2	2
Balança eletrônica (110 ou 220 V)	Capacidade de pesagem de 10000 g e sensibilidade de no mínimo 0,1 g	1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica. Saida inferior p/ pesagem hidrostática;INMETRO pesagem em 8 un de massa (g, kg, gr, dwt, oz,ozt,ct e lb) contagem de pecas; Calibracao automatica c/ peso externo ;Tensao 100/240Vca;50/60Hz.	Sens. 0,01g p/ cap. 500g e Sens. 0,1g p/ ate 5.000g;						
Balança eletrônica digital (g, kg, gr, dwt, z,ozt,ct e lb) contagem de pecas;Calibracao automatica c/ peso externo ; Saida inferior p/ pesagem hidrostática;Dim, Prato 202x156 mm; INMETRO 211/2003 ;Tensao 100/240Vca;50/60Hz.	Cap. 2kg - sens. 0,01g, c/pesagem em 8 un de massa	4	4	4	4	4	4

Balança eletrônica digital (g, kg, gr, dwt, oz, ozt, ct e lb) contagem de peças; Calibração automática c/ peso externo ; Saída inferior p/ pesagem hidrostática; Dim. Prato 202x156 mm; INMETRO 211/2003 ; Tensão 100/240Vca; 50/60Hz.	Cap. 1kg - resolução de 0,01g pesagem em 8 un de massa						
Balança eletrônica (g, kg, gr, dwt, oz, ozt, ct e lb) contagem de peças; Calibração automática c/ peso externo ; Saída inferior p/ pes. hidrostática; Ø Prato 100mm; INMETRO; Tensão 100/240Vca; 50/60Hz; c/ capela de acrílico.	Cap. 500g - sens. 0,001g, mod. AL 500 pesagem em 8 un de massa	1	1	1	1	1	1
Bandejas de chapa de aço galvanizado	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Becker de 2000 ml de polipropileno	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Becker de 2000 ml de vidro	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1
Escova com fios de latão para limpar peneiras	Ensaio/Materiais	1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Topografia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Altímetro	Trabalho em campo	2	2	2	2	2	2
Bússola de bolso	Trabalho em campo	4	4	4	4	4	4
Coordenatômetro polar para topografia de 360 graus com 13 cm	Trabalho em campo	5	5	5	5	5	5
Estação Total	Trabalho em campo	1	1	1	1	1	1
Mapoteca	10 gavetas em aço marca Padim	1	1	1	1	1	1
Medidor de distância	Marca Leica mod. Disto Classic	1	1	1	1	1	1
Medidor GPS para rede de dados via satélite	Marca Garmin mod. GPS 12 N 86978795	1	1	1	1	1	1
Mira de encaixe para topografia	Trabalho em campo	3	3	3	3	3	3
Mira de encaixe, marca Miratec	Trabalho em campo	3	3	3	3	3	3

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Nível para nivelamento	Trabalho em campo	1	1	1	1	1	1
Receptor de sinais GPS, com antena e tripé n° de série 4611106398 (bens doados Funcefet/SE)	Trabalho em campo	2	2	2	2	2	2
Teodolito Sokkio digital eletrônico	Mira1303/mira1304/mira1305 conjunto do teodolito	2	2	2	2	2	2
Receptor de sinais de dupla frequência GPS L1/L2 Spectra Precision EPOCH 25	Trabalho em campo	0	0	1	1	1	1
Estação total GPT interface com capacidade de, com bluetooth integrado, ponto laser visível e duplo compensador. Interface com computador.	Classificação IP-66, medição sem prisma até 1200 m	0	0	1	1	1	1
Topograph, com Módulos: Topografia (1.800,00), Volumes (4.000,00); Projetos (2.200,00)	Software	0	0	1	1	1	1
GeoOffice	Software	0	0	1	1	1	1
EBERICK – AltoQI (Cálculo Estrutural)	Software	0	0	1	1	1	1
Nível para nivelamento geométrico	Série AP/AC/AX	0	0	1	1	1	1
Microcomputador completo	Aplicação/Softwares	0	0	16	16	16	16
Tv Plasma 42" para transmissão das imagens do computador	Aplicação/Softwares	0	0	1	1	1	1

Laboratórios de Desenho							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Prancheta	Trident/Desenho	60	60	60	60	60	60
	Régua de altura 120x90						
Banco giratório com encosto e assento reguláveis	Para prancheta	60	60	60	60	60	60
Mapoteca de aço com 10 gavetas	Mapoteca/Projetos	1	1	1	1	1	1

Régua paralela com 120 cm de marca trident	Trident/Pranchetas	60	60	60	60	60	60
--	--------------------	----	----	----	----	----	----

Campus São Cristóvão

Laboratórios de Carnes							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
TERMOMETRO DIGITAL MOD. 518 MARCA FULLG GAUGE		4	4	4	4	4	4
BALANÇA ELETRONICA DIGITAL MOD. P3 MARCA G&F		1	1	1	1	1	1
RELOGIO DIGITAL MARCA CASIO		1	1	1	1	1	1
BALANÇADE PRECISÃO ELETRONICA DIGITAL		1	1	1	1	1	1
FORNO ELETRICO MARCA CRYSTAL 1.75 TOP CLASS.		1	1	1	1	1	1
FREZER HORIZONTAL H400		2	2	2	2	2	2
FREZER VERTICAL CONTINENTAL FC 23		1	1	1	1	1	1
REFRIGERADOR CONTINENTAL RC 270		1	1	1	1	1	1
FOGÃO A GAS TIPO DOMESTICO 4 BOCAS		1	1	1	1	1	1
MOEDOR DE CONDIMENTO MANUAL		3	3	3	3	3	3
LIQUIDIFICADOR TIPO DOMÉSTICO		3	3	3	3	3	3
CONJ. DE FAQUEIRO INOX.		1	1	1	1	1	1
BOTIJÃO PARA GLP 13 KG		20	20	20	20	20	20
SERRA DE FITA P/ CARNES E OSSOS		3	3	3	3	3	3
MESA EM FERRO COM TAMPO EM INOX		3	3	3	3	3	3
MESA AUXILIAR C/ TAMPO EM INOX		3	3	3	3	3	3
CUBA EM AÇO INOX MARCA BRASINOX		2	2	2	2	2	2
LIQUIDIFICADOR TIPO INDUSTRIAL		1	1	1	1	1	1
CUBA EM AÇO INOX 2 DIVISÓRIAS		1	1	1	1	1	1
PREPARADOR E AMACIADOR DE CARNES		1	1	1	1	1	1
EMBUTIDEIRA DE LINGÜIÇA MANUAL		1	1	1	1	1	1
FOGÃO A GAS TIPO INDUSTRIAL 6 BOCAS		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

MAQUINA DE EMBALAR PRODUTOS MOD. SELAMIL		1	1	1	1	1	1
MAQUINA DE EMBALAR A VACUO MOD. SEL200		1	1	1	1	1	1
CAMARA FRIGORIFICA 4M X 3M X 3M		1	1	1	1	1	1
SELADORA P/ PLASTICO MARCA R BAIÃO		1	1	1	1	1	1
RETROPROJETOR MOD. CS-4400		1	1	1	1	1	1
VENTILADORES DE COLUNA		2	2	2	2	2	2
ESCADA DE FERRO 6 DEGRAUS		1	1	1	1	1	1
PORTA FACAS EM AÇO INOX.		2	2	2	2	2	2
MESA EM FERRO C/ TAMPO EM NYLON		1	1	1	1	1	1
BANQUETA E3M AÇO		1	1	1	1	1	1

Laboratórios de Massas							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
REFRIGERADOR VERTICAL		1	1	1	1	1	1
MULTIPROCESSADOR MEGA MASTER		1	1	1	1	1	1
ESPRESSO DE FRUTAS		1	1	1	1	1	1
LIQUIDIFICADOR TIPO DOMESTICO		1	1	1	1	1	1
SANDUICHEIRA ELETRICA		1	1	1	1	1	1
FORNO MICRO ONDAS		1	1	1	1	1	1
FREZER VERTICAL		1	1	1	1	1	1
FOGÃO TIPO INDUSTRIAL 4 BOCAS		1	1	1	1	1	1
FORNO INDUSTRIAL		1	1	1	1	1	1
MESA EM FERRO COM TAMPO EM MARMORE		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Química							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
BALANÇA DE LABORATÓRIO EM ALTA PRECISÃO MACA SARTO		3	3	3	3	3	3
BALANÇA EM PRATO ÚNICO M CHAUS		1	1	1	1	1	1
BALANÇA EM PRATO DUPLO M CHAUS		2	2	2	2	2	2
APARELHO P/ DESTILAÇÃO EM METAL CROMADO		1	1	1	1	1	1
ESTUFA PARA CULTURA BACTERIOLOGICA DE CONSTRUÇÃO		1	1	1	1	1	1
ESTUFA BACTERIOLOGICA		1	1	1	1	1	1
CONTADOR DE COLONIAS		1	1	1	1	1	1
ESTUFA P/ SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO		1	1	1	1	1	1
ESTUFA P/ SECAGEM		2	2	2	2	2	2
AUTOCLAVE OLIDEF		1	1	1	1	1	1
BANHO MARIA		2	2	2	2	2	2
BOMBA DE VACUO E AR COMPRIMIDO CONJUGADO		1	1	1	1	1	1
FORNO MULFRA SYBROM		1	1	1	1	1	1
COLORIMETRO		1	1	1	1	1	1
PHMETRO Q400		1	1	1	1	1	1
ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO		1	1	1	1	1	1
CENTRIFUGA		2	2	2	2	2	2
PLACA DE AQUECIMENTO		1	1	1	1	1	1
RESERVATORIO PARA AGUA DESTILADA		1	1	1	1	1	1
HOMOGENIZADOR		1	1	1	1	1	1
SUPORTE PARA PROVETA		12	12	12	12	12	12
REFRIGERADOR		1	1	1	1	1	1

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Topografia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
MIRA DE ENCAIXE EM MADEIRA		1	1	1	1	1	1
NÍVEL DE LUNETA COM TRIPÉ		1	1	1	1	1	1
MIRA DE ENCAIXE LEITURA DIRETA EM FERRO		1	1	1	1	1	1
MIRA DE LEITURA EM FERRO COM DROBRADIÇAS		2	2	2	2	2	2
THEODOLITO		2	2	2	2	2	2
NIVEL DE PRECISÃO		4	4	4	4	4	4
NÍVEL MODELO GKO		2	2	2	2	2	2
CLIMOMETRO MANUAL		1	1	1	1	1	1
ALTIMETRO DE BOLSO		1	1	1	1	1	1
NIVEL KERN DE PRECISÃO SEM TRIPÉ		1	1	1	1	1	1
NORMOGRAFO		3	3	3	3	3	3
PLANIMETRO		1	1	1	1	1	1
HOHE WILD		1	1	1	1	1	1
ESTAÇÃO TOTAL		1	1	1	1	1	1
PRACHETA DE DESENHO		18	18	18	18	18	18
BANCO EM MADEIRA C/ TAMPO REDONDO		27	27	27	27	27	27

Laboratórios de Física							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Gerador Eletrostático		7	7	7	7	7	7
Cronômetro		2	2	2	2	2	2
Dinamômetro		31	31	31	31	31	31
Diapasão		13	13	13	13	13	13
Barômetro		1	1	1	1	1	1
Régua de dilatação		1	1	1	1	1	1
Multímetro		40	40	40	40	40	40
Calorímetro		1	1	1	1	1	1
Dilatômetro		1	1	1	1	1	1
Esfera para medir dilatação		1	1	1	1	1	1
Monocórdio		1	1	1	1	1	1
Termômetro		8	8	8	8	8	8
Amperímetro		1	1	1	1	1	1
Fontes alimentadoras		7	7	7	7	7	7

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Laboratórios de Biologia							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Corpo humano artificial		1	1	1	1	1	1
Microscópio		9	9	9	9	9	9

Laboratórios de Leite							
Equipamento	Especificação	Qde	2009	2010	2011	2012	2013
Agitador de massas em geral, em aço inox, disco de 0,20cm e cabo de 1,5m		1	1	1	1	1	1
Agitador para latão de leite, em aço inox AISI 304 de 0,13 e cabo 100cm		1	1	1	1	1	1
Aparelho compacto para destilação, com junta esmerilhada, capac. 1000ml		1	1	1	1	1	1
Aparelho dornick completo com frasco de 500ml, bureta aferida e rolha		1	1	1	1	1	1
Balança analítica eletrônica digital, sensibilidade 0,0001g, visor de LCD		1	1	1	1	1	1
Balança eletrônica digital, capac. 15Kg, com impressora p/etiqueta, 220V		1	1	1	1	1	1
Balança semi-analítica eletrônica digital, sensibilidade 0,01g, visor de LCD		1	1	1	1	1	1
Balde em aço inox, com bico de graduação e capacidade de 15 litros		1	1	1	1	1	1
Banco de gelo, capacidade 1.500 litros		1	1	1	1	1	1
Banho-maria, 110V, aço inox para 30 butirômetros		1	1	1	1	1	1
Batedeira de manteiga, tambor rotativo aço inox AISI-304, capac 10Kg		1	1	1	1	1	1
Bebedouro de pressão, em aço inox		1	1	1	1	1	1
Bebedouro, em aço inox, para tambor, 100V		1	1	1	1	1	1
Beliche em fibra de vidro para maturação, medindo 2,00x0,60m		1	1	1	1	1	1
Beliche em fibra de vidro para salga, medindo 2,00x0,60m		1	1	1	1	1	1
Bomba sanitária de 1CV com filtro de linha e tubulação aço inox 304-18/8		1	1	1	1	1	1

Câmara frigorífica de resfriados/estocagem de leite, 2HP, 220v/3F/60Hz	1	1	1	1	1	1
Carrinho p/ lixo em aço inox AISI-304, com rodízio, tampa, 2 alças, cap.30Kg	1	1	1	1	1	1
Carrinho para transportar latões de 50 litros de leite	1	1	1	1	1	1
Centrífuga para butirômetros	1	1	1	1	1	1
Conjunto de liras para corte horizontal e vertical, em aço inox 304-18/8	1	1	1	1	1	1
Conjunto de placas de pré-prensagem de massa para fabricação de queijo	1	1	1	1	1	1
Conjunto de prateleiras de fibra de vidro, p/ estocagem de queijo nas câmaras	1	1	1	1	1	1
Datador de bancada para queijo/doce de leite, imprime data validade e fabric	1	1	1	1	1	1
Defumador para queijo provolone, acionamento a gás, capacidade 40kg	1	1	1	1	1	1
Deionizador de água destilada	1	1	1	1	1	1
Desnatadeira, 100 litros/hora, motor elétrico interno 1CV monofásico, aço inox	1	1	1	1	1	1
Destilador de água, revestimento interno em estanho, capac 5 litros/hora	1	1	1	1	1	1
Dosador manual para vidros e potes, em aço inox, capac 30 litros	1	1	1	1	1	1
Embaladeira a vácuo para queijos de 0,5Kg a 4,0Kg	1	1	1	1	1	1
Fogão semi-industrial em aço inox, 4 bocas, sem forno	1	1	1	1	1	1
Forno de microondas, capacidade 25 litros	1	1	1	1	1	1
Geladeira duplex em aço inox, capacidade 380 litros, 127V	1	1	1	1	1	1
logurteira com tanque aço inox AISI-304, cap 150 litros, pressão 1,5Kg/cm2	1	1	1	1	1	1
Lactodensímetro	1	1	1	1	1	1
Lavadora de alta pressão, chassi tubular, 110W, potência de 1,5KW	1	1	1	1	1	1
Lavatório para as mãos, em aço inox, c/ saboneteira líquida/toalheiro de papel	1	1	1	1	1	1

Mesa em aço inox, medindo 2,0x0,70x0,90m, com rodízio e 2 tampos	1	1	1	1	1	1
Mesa para manipulação de queijos, tampo em aço inox e saída para soro	1	1	1	1	1	1
Pá para filagem de massa, aço inox 304-18/8	1	1	1	1	1	1
Pasteurizador, regenerador e resfriador, capacidade 200 litros/leite/hora	1	1	1	1	1	1
pHmetro digital, faixa de medição de 0 a 14pH	1	1	1	1	1	1
Picadeira de massa em aço inox, com motor monofásico	1	1	1	1	1	1
Prensa em aço inox, pneumática, com 02 colunas e 10 formas redondas	1	1	1	1	1	1
Régua para latão de leite, em alumínio	1	1	1	1	1	1
Sistema de bombeamento de água gelada, com bomba centrífuga	1	1	1	1	1	1
Tacho basculante para fabricação de doce de leite, em aço inox, 200 lts	1	1	1	1	1	1
Tanque camisa dupla inox, a vapor, para fabricação de queijos, capac. 150lts	1	1	1	1	1	1
Tanque p/ banho de encolhimento no proc. de embalagem a vácuo de queijos	1	1	1	1	1	1
Tanque para recepção de leite, em aço inox 304-18/8, capacidade 150 litros	1	1	1	1	1	1
Tanque pulmão aço inox 304-18/8, capacidade recepção 150 litros	1	1	1	1	1	1
Tina para filagem de mussarela, em aço inox, com tripé	1	1	1	1	1	1

8.2.4 Relação equipamento/aluno/curso

Os laboratórios dos cursos visam proporcionar atividades experimentais que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades desenvolvidas ao longo do curso. A relação equipamento/discente varia conforme a relação laboratório/disciplina.

8.3 Recursos Tecnológicos e Audiovisuais

8.3.1 Recursos Tecnológicos Audiovisuais

EQUIPAMENTOS	Aracaju	Lagarto	São Cristóvão	TOTAL
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Televisor	32	7	36	75
Vídeo Cassete	13	1	2	16
Retroprojektor	26	4	14	44
Projektor de Slides	2	-	3	5
Aparelho de Som	8	1	-	9
Câmara Foto Digital	8	2	-	10
Aparelho de DVD	17	3	4	24
Tela de Projeção	7	-	6	13
Projektor Multimídia	11	2	1	14
Lousa interativa	3	1	-	4

8.3.2 Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

A rede de comunicação de dados do IFS interliga computadores através de redes locais – LAN para conexões locais nos *campi* e redes de grandes distâncias - WAN para interconexão entre os *campi*. Estabelece-se assim interconexão dos servidores a computadores administrativos, acadêmicos e laboratórios de informática dos *campi* de Lagarto e de Aracaju.

O IFS vem trabalhando para alcançar maior excelência nos padrões de qualidade, estabelecendo uma política de reposição do parque de informática com a aquisição de equipamentos com no mínimo três anos de garantia e implantação de rede LAN em todos os laboratórios acadêmicos. Hoje tem-se em torno de 50% dos laboratórios acadêmicos com rede LAN e pretende-se atingir os 100% até o final de 2012, onde os *campi* de Estância, Itabaiana e Glória estarão em pleno funcionamento.

Área de Infra-Estrutura

Em decorrência da reestruturação da instituição, foram realizadas alterações na rede de dados com o objetivo de aumentar o nível de segurança dos dados trafegados

na rede. A interligação dos *campi* é feita utilizando links de alto desempenho com o acesso à Internet concentrado no campus Aracaju. O posicionamento dos servidores e serviços de Sistema em uma rede logicamente separada segue linha traçada e discutida no FORTI pelos gestores de TI dos antigos CEFET's. Com a construção definitiva do prédio da Reitoria, a centralização se dará pela mesma.

A Divisão de Infra-estrutura e Redes do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) está avaliando novas alternativas e investindo em novos equipamentos para garantir a confiabilidade e disponibilidade da Infra-estrutura de Rede.

Além das ações adotadas para atender ao "Sistema IFS", a DTI apóia os *campi* na estruturação de suas equipes de TI, que são responsáveis pela disponibilização dos serviços aos usuários nos *campi*. Vem sendo contratados treinamentos nas diversas áreas de atuação da Tecnologia da Informação. A SETEC em parceria com a Escola Superior de Redes – ESR, está viabilizando cursos na área de redes para as equipes de TI dos Institutos Tecnológicos, nos pólos de treinamento daquela Escola Superior Redes. Com as capacitações estamos aprimorando conhecimentos, integrando as equipes e facilitando as discussões das políticas de informática que serão implementadas no IFS.

Área de Sistemas

Os Sistemas Acadêmico e de Seleção foram desenvolvidos por terceiros sendo estes responsáveis pela atualização de versões e suporte em primeira instancia. O atendimento aos usuários das áreas acadêmicas e de concursos é realizado pelos servidores da área de TI. Os sistemas estão implantados nos *campi* Aracaju e Lagarto e em processo de implantação no campus São Cristóvão.

Na área administrativa utilizaremos o SIGA que esta em fase de testes e validação, visando sua implantação gradual até 2010. Esse sistema é composto pelos módulos de Compras, Patrimônio, Almoxarifado, Transportes e Protocolo, e foi desenvolvido através de software livre em parceria SETEC e desenvolvedores de alguns IFs.

Objetivando promover gerenciamento dos usuários e melhor controle dos nossos acervos bibliográficos o IFS está em via de adquirir o sistema de Controle de biblioteca Pergamum.

Hardware

O *hardware* de TI, igualmente a alguns outros Institutos Tecnológicos, está dividido, de forma simplificada, em (i) equipamentos de borda de rede dos *Campi*, (ii) equipamentos do núcleo dos *Campi*, e (iii) equipamentos do núcleo de rede do Sistema IFS.

Equipamentos de borda de rede dos Campi

Conta com aproximadamente 600 microcomputadores desktop e 70 impressoras ligados em rede.

A interligação entre os prédios de cada campus é realizada por meio de fibras ópticas a 1Gbps e a interligação dos microcomputadores à rede é realizada a 100Mbps. Os equipamentos que realizam a interligação são switches gerenciáveis com 24 ou 48 portas e uma porta Gigabit podendo esta ser de fibra-óptica ou de cabo par trançado. Os locais não atendidos por par trançado de cada campus são atendidos por rede wireless.

Equipamentos do núcleo dos Campi

Os equipamentos de rede e servidores são adquiridos prevendo-se vida útil de 06 anos e com garantia usual de 03 ou 04 anos, minimizando assim a necessidade de aquisições periódicas.

Os equipamentos de rede da espinha dorsal da rede dos campi, que interligam os servidores à rede de borda são geralmente switches gerenciáveis de alta performance com 24 portas FastEthernet e 04 Gigabit, podendo estas ser de fibra-óptica ou de cabo par trançado (Unshielded Twisted Pair - UTP).

Equipamentos do Datacenter do Sistema IFS

São Servidores, com razoável nível de atualização para prover os diversos serviços corporativos: Acesso aos Sistemas (Sistema de Controle Acadêmico, Biblioteca, Patrimônio, Almoxarifado, Recursos Humanos e outros), Serviço de Correio Eletrônico, Banco de Dados, Páginas WEB de Internet e de Intranet, Servidor de Aplicações e Terminal, Controladores de Domínio (diretório de usuários e computadores), VPN e Firewall. Além dos servidores padronizados, um equipamento STORAGE com capacidade de 3Tb controla os backup's.

O Acesso de cada *campus* aos computadores servidores e serviços providos pela rede de Sistema IFS é realizado através de VPN (rede virtual privada).

Atualmente, o Datacenter possui acesso à Internet dedicado de 7Mbps (enlace próprio) com o POP-SE da RNP, e a partir do mês de julho/2009, terá acesso de 1Gbit, através de anel ótico da METROAJU – Rede Metropolitana de Aracaju, da qual fazem parte o IFS, a UFS, a EMBRAPA e POP-RNP. O campus Lagarto possui acesso à Internet dedicado de 768 Kbps devendo até o final de 2009 passar a 2Mbps. Para o Campus Aracaju, este acesso será feito, a partir de julho/2009 via METROAJU. No Campus São Cristóvão o acesso já é feito através da RNP direto com link de 2Mbps e deverá se integrar a METROAJU a partir de setembro/2009, via enlace de rádio de 34Mbps.

Softwares Aplicativos e Sistemas de Informação

Os sistemas que compõem a área web são:

- **Serviços de internet** – todas as aplicações são em plataforma Linux
- **Email – Webmail Horde/IMP - Postix** → usaremos em breve o Expresso Livre;
- **Homepage** – Atualmente usamos o serviço de aplicação JOOMLA e deveremos continuar com o mesmo;
- **Firewall** – Software livre rodando no linux, podendo ser adotado o Endian Firewall em cima da plataforma Linux.
- **Outros** – Os servidores Linux estarão preparados para serem virtualizados, dependendo das necessidades agrupadas, bem como a implantação definitiva do sistema SIGA.

8.4 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

8.4.1 Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidade Especiais (NAPNEE)

O Instituto Federal de Sergipe possui um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE) para apoiar e assistir alunos regularmente matriculados que apresentam necessidades educacionais especiais. Com o intuito de ampliar as ações de inclusão deste segmento, em julho de 2006, o IFS, à época CEFET, firmou convênio com o Ministério Público Estadual na Promotoria Especializada dos Direitos dos Idosos e das Pessoas de Necessidades Especiais, juntamente com CREA-SE, Secretarias das Finanças e do Planejamento do Município de Aracaju, EMSURB, EMURB e

outras Instituições de Ensino, a fim de efetuar o levantamento das condições de acessibilidade dos PNEE'S nos Órgãos Públicos (Hospitais, Terminais Rodoviários, Instituições de Ensino e outros) e elaborar projetos que contemplem as necessidades detectadas para que os Órgãos Públicos façam adaptações na sua estrutura arquitetônica, viabilizando a acessibilidade. Para isso, foi criado um Escritório Modelo na Coordenadoria de Construção Civil para que professores e estagiários realizem este levantamento.

8.4.2 As Dificuldades da Adequação da Estrutura Arquitetônica

O IFS – Campus Aracaju – apresenta dificuldades de acessibilidade das PNEE'S no que se refere à adequação da sua estrutura arquitetônica, a qual foi construída em 1954. Não obstante as reformas e adaptações realizadas, ainda apresenta as seguintes inconformidades:

- Na biblioteca, as prateleiras inferiores estão em conformidade com a Norma, porém as superiores não.
- A acessibilidade à biblioteca ainda apresenta algumas barreiras arquitetônicas;
- No auditório, a escada de acesso ao corredor não atende às especificações da Norma, além disso, não existe rampa de acesso.
- A rampa de acesso ao palco do auditório, possui inclinação de 21,12%, sendo especificado no máximo 10%.
- O acesso à Rádio é feito por uma escada, em desacordo com a Norma.
- Nos vestiários Masculinos e Femininos para PCRs no ginásio, existem alguns ajustes a serem feitos, para atender à Norma. Após a reforma que ora se realiza neste ambiente, as barreiras serão eliminadas.

8.4.3 Diagnóstico Norteador da Propositura do Projeto

Este diagnóstico norteará os projetos de reformas da infra-estrutura física deste Instituto, que estarão respaldadas nas orientações emanadas do Decreto 5296 de 02/12/2004.

A nossa Instituição pontua alguns avanços no que se refere à acessibilidade, como: elevadores específicos nos blocos do Setor Médico e de Informática; aquisição de cadeiras de rodas; construção de rampas; acesso cimentado dentro do estacionamento, atendendo à Norma 9050/2004; lousas nas salas de aula a uma altura de 0,89 m, em conformidade a Norma.

Por termos sido os pioneiros na Rede Federal na adoção das cotas para PNEE'S e estarmos desenvolvendo ações em busca da consolidação desse processo de inclusão, afirmamos que qualquer política de inclusão social só se efetivará se houver por parte do MEC/SETEC uma política que defina uma dotação orçamentária específica que assegure os investimentos necessários à superação das dificuldades de acessibilidade.

8.5 Cronograma de Expansão da infra-estrutura

Cronograma de Expansão da infra-estrutura

Item	Meta	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
1	Construção dos campi de Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória	9.200.000,00	1.500.000,00	-	-	-	10.700.000,00
2	Aquisição de equipamentos e mobiliário para os campi de Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória	4.500.000,00	500.000,00	-	-	-	5.000.000,00
3	Construção de salas de aula e laboratórios para os campi Aracaju, Lagarto e São Cristóvão	-	3.528.000,00	1.740.000,00	612.000,00	-	5.880.000,00
4	Aquisição de equipamentos, mobiliários para os novos laboratórios e salas de aula	-	1.114.500,00	5.201.000,00	743.000,00	371.500,00	7.430.000,00
5	Construção de 3 mini-auditórios com capacidade de 100 pessoas para os campi Aracaju, Lagarto e São Cristóvão	-	100.000,00	300.000,00	200.000,00	-	600.000,00
6	Implantação de toda infra-estrutura e equipamentos para o ensino a distância.	120.000,00	300.000,00	200.000,00	150.000,00	50.000,00	820.000,00
7	Recuperação do Ginásio de Esportes do Campus Aracaju	500.000,00	-	-	-	-	500.000,00
8	Revitalização nos Prédios dos Campi Aracaju, Lagarto e São Cristóvão das Unidades de Aracaju	455.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	625.000,00	2.955.000,00
9	Ampliação e renovação da infra-estrutura de TI	450.000,00	350.000,00	280.000,00	150.000,00	150.000,00	1.380.000,00
10	Ampliação e renovação da frota de Veículos	400.000,00	150.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	950.000,00
11	Ampliar o acervo bibliográfico dos diversos cursos e projetos à serem implementados	800.000,00	800.000,00	750.000,00	750.000,00	750.000,00	3.850.000,00
TOTAL GERAL		16.425.000,00	8.967.500,00	9.296.000,00	3.330.000,00	2.046.500,00	40.065.000,00

9. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Em atendimento a Lei 10.861/2004 e as orientações emanadas da CONAES/SESU/MEC a Reitoria do IFS constituiu a CPA para conduzir o processo de avaliação institucional.

A Auto Avaliação do IFS é entendida como um processo contínuo que visa identificar pontos positivos e negativos com a proposta de produzir mudanças que resultem na melhoria dos múltiplos aspectos da instituição.

Durante o período de avaliação várias reuniões foram realizadas com todos os agentes da IES capazes de contribuir com sugestões para o sucesso da Auto Avaliação: podemos citar levantamento de opiniões e debates com coordenadores, professores, alunos, técnicos administrativos, comunidade externa, equipe gestora e pedagógica.

9.1. Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de AutoAvaliação /Metodologia.

No período de autoavaliação os segmentos envolvidos respondem questões que envolvem as seguintes dimensões:

DIMENSÃO	INDICADORES
1. Missão e PDI	- conhecimento da missão -conhecimento do PDI
2. Política para Ensino, Pesquisa, Extensão	- cursos/currículos/prática pedagógica/estágio -pesquisa/produção científica -projetos de extensão/cursos de pós-graduação
3. Responsabilidade Social da IFES	- inclusão social/projetos sociais
4. Comunicação com a Sociedade	- a comunicação interna/externa - imagem/divulgação da instituição
5. Política de Pessoal	- programas de capacitação/política de incentivo profissional/ - condições de trabalho/qualidade de trabalho do servidor
6. Organização e Gestão da Instituição	- plano de gestão/gestão - órgão colegiado
7. Infra-estrutura física	- salas de aulas/laboratórios/biblioteca/salas de apoio (informática) -conservação dos ambientes comunitários/segurança/acessibilidade/ conforto dos usuários
8. Planejamento e Avaliação	- reconstrução do PDI/Planejamento Institucional/ Projeto Pedagógico; - Projetos Pedagógicos dos cursos; -Avaliação Institucional
9. Política de Atendimento ao estudante	- Necessidades essenciais do estudante; - Assistência pedagógica/social/psicológica; - Formas variadas de ingresso;
10. Sustentabilidade Financeira	- Orçamento

Baseados nos indicadores, a CPA entendeu que o processo de Autoavaliação seria abrangente para o IFS, possibilitando a participação de toda a comunidade interna. Então se criou o instrumento específico para as dimensões relatadas, contemplando questões fechadas e abertas. As questões abertas foram apresentadas sob a forma de “comentários”, ao final do instrumento.

As primeiras, questões fechadas, foram avaliadas a partir de uma escala de valores que pretendia medir o grau de satisfação dos pesquisados. A escala, com uma terminologia quantitativa, demonstrará com mais facilidade o grau de satisfação do entrevistado:

1	Desconheço
2	Fraco
3	Regular
4	Bom
5	Muito Bom

Sensibilização

Nesta etapa a CPA fez a sensibilização para que a comunidade se conscientizasse da importância da participação de todos no processo de avaliação com vistas à construção de uma instituição mais sólida e comprometida com os anseios da comunidade.

População x Amostra

A participação no processo de avaliação foi voluntária, contudo notamos o interesse dos discentes em contribuir com a Autoavaliação. Vale ressaltar que a CPA deste Instituto precisa melhorar os procedimentos de sensibilização para assegurar uma participação mais expressiva dos docentes, haja vista que alguns ainda resistem a participar do processo de Avaliação Institucional.

Na avaliação da comunidade externa e dos discentes da pós- graduação a CPA trabalhou com amostra de 10%. As tabelas a seguir mostram o segmento e o percentual de participação na Autoavaliação.

Tabela 1

CURSOS	POPULAÇÃO	AMOSTRA	
		Nº	%
Automação Industrial	40	29	72.5
Saneamento Ambiental	182	59	32.4
Matemática	38	28	73.28
Ecoturismo	160	81	50.6
Total	40	197	72.5

Tabela 2

PROFESSOR	POPULAÇÃO	AMOSTRA	
		Nº	%
Docentes	32	19	59,38

Tabela 3

COLABORADORES		
POPULAÇÃO	AMOSTRA	
	Nº	%
112	55	49,1

Da metodologia

- Levantamento semestral/anual da documentação, dados e indicadores institucionais junto aos órgãos acadêmico-administrativos do Sistema CEFET-SE.
- Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do Sistema CEFET-SE, bem como da sociedade civil.
- Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica.
- Elaboração do relatório final.

Dos instrumentos

- Questionários.
- Reuniões com coordenadores, setoriais, comunidade (parceiros, fornecedores, etc.)

- c) Documentos oficiais institucionais.
- d) Relatórios das avaliações de cursos de graduação – SETEC e INEP.

Tabulação e Análise dos Dados

A tabulação dos dados por meio magnético ,na qual é atribuída uma escala aos conceitos de 1 a 5 conforme explicação anterior. Trabalha-se com as ferramentas básicas da estatística como distribuição de freqüências, media e moda, bem como a medida de dispersão e desvio padrão. A medida de tendência central (moda) ocupou o lugar de destaque, pois evidência o conceito que ocorreu com maior freqüência nos questionários de avaliação.

Elaboração do instrumento de avaliação

A CPA, através dos seus membros, elabora questionários a serem aplicados com todos os segmentos do IFS, buscando detectar potencialidades e fragilidades para obter diagnóstico institucional que norteie o estabelecimento de diretrizes e a tomada de decisão com vistas ao desenvolvimento desta Instituição.

Validação dos instrumentos de avaliação

Esta fase consiste no pré-teste da funcionalidade dos instrumentos de pesquisa onde as possíveis dificuldades serão apresentadas nesse momento, e serão feitas as possíveis correções.

Aplicação dos instrumentos da avaliação interna

Aplicam-se questionários para os discentes, docentes, técnicos administrativos, discentes da pós-graduação e comunidade, visando identificar pontos fortes, e fracos, da instituição, sendo, portanto, a avaliação, uma ferramenta de gestão.

9.2 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações.

Elaboração do relatório final

O relatório final é elaborado pela CPA após análise crítica, assegurando ao processo a isenção de ânimos dos membros que compõem a comissão frente aos dados

coletados, com a compreensão de que a finalidade da avaliação é manter e potencializar os pontos fortes e corrigir as fragilidades detectadas no processo de avaliação. Vale ressaltar que a CPA tem autonomia para conduzir todo o trabalho de auto-avaliação. Assim, esse relatório é apresentado para a comunidade, contando com a participação de gestores, coordenadores, corpo docente, corpo discente, técnico administrativo e comunidade externa.

O IFS utiliza os resultados dessa autoavaliação para definir objetivos e ações estratégicas para o seu desenvolvimento, pois através desse diagnóstico pode com clareza identificar e potencializar os pontos fortes e neutralizar os aspectos de fragilidade institucional. Portanto esse processo avaliativo se configura em um valioso instrumento norteador das diretrizes a serem traçadas visando a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem.

Divulgação

A divulgação dos resultados da Avaliação Institucional é feita pela CPA juntamente com a Reitoria do IFS, através da realização de seminário para discutir com a comunidade os resultados que constam no relatório final, o qual é disponibilizado no site do IFS, socializando os resultados do processo avaliativo institucional para a comunidade.

10. Aspectos Financeiros e Orçamentários

10.1 Aspectos Financeiros e Orçamentários

Estratégias de Gestão Econômico-Financeira

O orçamento da Instituição está distribuído conforme critérios estabelecidos pelo MEC, levando em consideração os indicadores das ofertas educacionais.

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Sergipe é uma autarquia pública federal. Por esta razão, os gastos referentes às despesas com pessoal, manutenção do edifício, com todas as instalações, com os bens móveis e imóveis, como também gastos relacionados às suas necessidades de investimentos, devem ser supridos, preferencialmente, por recursos provenientes do orçamento público da União Federal.

Como estratégia de gestão financeira, além dos recursos oriundos do Tesouro, buscar-se-á parcerias e convênios, de modo a assegurar a sustentabilidade de outros projetos não contemplados no Plano de Desenvolvimento Institucional. A tabela que se segue apresenta a evolução do orçamento anual do IFS, correspondente ao período de 2006-2009. Tal evolução refere-se aos recursos necessários para suprir os custos com manutenção e com novos investimentos.

Analisada a tabela mencionada e considerando a moeda brasileira, verificou-se nesses cinco anos um pequeno aumento no orçamento total. Conclui-se, portanto, que houve, nesse período, ganho real da capacidade de investimento institucional, o que evidencia a condição de sustentabilidade do IFS.

Evolução do Orçamento Anual do CEFETSE/IFS

EXERCÍCIO	2005	2006	2007	2008	2009
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	24.883.546,00	31.336.094,00	33.377.751	38.378.002	53.041.285
RECURSOS PRÓPRIOS	134.708,00	63.338,00	122.634	165.560	611.723
RECURSOS DESCENTRALIZADOS	1.281.324,00	239.837,00	2.000.210,08	9.820.640,82	699.405,48
TOTAL	26.299.578,00	31.639.269,00	35.500.595,08	48.364.002,82	54.352.413,48
PESSOAL E ENCARGOS	21.249.796,00	26.713.166,00	28.282.126	32.695.835	41.841.038
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.357.608,00	4.073.381,00	4.764.968,80	5.846.033,22	10.451.375,48
INVESTIMENTOS	1.692.174,00	852.722,00	2.453.500,28	9.822.134,60	2.060.000
TOTAL	26.299.578,00	31.639.269,00	35.500.595,08	48.364.002,82	*54.352.413,48

*LOA+Crédito Suplementar+Recursos Descentralizados até 22/06009

10.2 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

A previsão orçamentária para o período de 2009 a 2013 (com vistas ao desenvolvimento institucional, conforme exigência do PDI) apresenta os valores descritos na tabela que se segue. Nessa previsão, foi atribuído um aumento de 5% ao ano, em consonância com a previsão do Governo Federal quanto ao crescimento do País em termos do PIB.

Os recursos discriminados nesta tabela deverão ser solicitados e executados ano a ano, tendo em vista garantir o pagamento de gastos com pessoal e com a manutenção., além de assegurar o desenvolvimento das demais ações previstas no PDI, dentre as quais destaca-se:

Acervo Bibliográfico: Para essa ação estão previstos recursos no montante de R\$ 884.101 (oitocentos e oitenta e quatro mil e cento e um reais) que propiciará a incorporação de 10.280 livros ao acervo já existente. Esta aquisição está fundamentada em um programa de expansão, elaborado pelas várias áreas de ensino, objetivando atender às demandas de professores e alunos dos cursos técnicos e superiores da Instituição.

Modernização: Concernente a esta ação, está sendo alocado o valor de R\$ 5.525.621 (cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e seiscentos e trinta e um reais), dos quais 40% destinados para a aquisição de equipamentos, visando equipar e atualizar os laboratórios. A outra parte, 60% no montante será empregada na ampliação e reforma da infra-estrutura.

Assistência ao Educando: Será alocado recursos estimados na ordem de R\$ 3.720.408 (três milhões, setecentos e vinte mil e quatrocentos e oito reais), permitindo programas que supram as necessidades básicas do estudante e proporcionem condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.

Capacitação: No que tange a essa ação, estima-se alocar recursos na ordem de 1.214.910 (um milhão, duzentos e catorze mil e novecentos e dez reais) que irá viabilizar a execução das metas previstas no Plano de Capacitação do IFS.

Dessa forma, atingindo a meta financeira prevista para o período de 2009-20013, mediante os recursos provenientes das fontes disponíveis, o Instituto Federal de

Educação, Ciências e Tecnologia de Sergipe alcançará um patamar de desenvolvimento institucional, consolidando-se como uma Instituição de referência no cenário da educação profissional.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

Planejamento Orçamentário

PROGRAMA/AÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	15.711.769	16.497.357	17.322.175	18.188.337	19.073.443
0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	15.711.769	16.497.357	17.322.175	18.188.337	19.097.753
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO/BENEFÍCIOS	2.394.936	2.514.683	2.640.417	2.6772.438	2.911.060
2004 – Assistência Médica e Odontológica	1.192.296	1.251.911	1.314.506	1.380.232	1.449.243
2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	64.272	67.846	70.860	74.403	78.123
2011 – Auxílio Transporte aos Servidores	421.344	442.411	464.532	487.758	512.146
2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores	717.024	752.875	790.519	830.045	871.547
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	83.000	87.150	91.508	96.083	100.887
2991 – Funcionamento do Ensino Médio	83.000	87.150	91.508	96.083	100.887
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	35.561.735	36.394.822	38.214.513	40.125.291	42.131.556
2319 – Prestação de Serviços à Comunidade	46.000	48.300	50.715	53.251	55.913
2992 – Funcionamento do Ensino Profissional	29.867.287	31.360.651	32.928.684	34.575.118	36.303.874
Pessoal Ativo	22.294.121	23.408.827	24.579.268	25.808.232	27.098.643
Manutenção	6.573.166	6.901.824	7.246.916	7.609.261	7.989.724
Investimento	1.000.000	1.050.000	1.102.500	1.157.625	1.215.506
2994 – Assistência ao Educando	673.300	706.965	742.313	779.429	818.400
6301 – Acervo Bibliográfico	160.000	168.000	176.400	185.220	194.481
6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	60.000	63.000	66.150	69.458	72.930
09HB – Custeio do Regime Previdência dos Servidores Públicos Federais	3.855.148	4.047.905	4.250.301	4.462.816	4.685.956
*7L90 – Ampliação da Infra Estrutura Física	900.000				
1067 – Gestão da Política de Educação	159.868	167.861	176.254	185.067	194.321

Plano de Desenvolvimento Institucional 2009–2014

PROGRAMA/AÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	159.868	167.861	176.254	185.067	194.321
**TOTAL ORÇAMENTÁRIO	53.911.308	55.661.873	58.444.967	61.367.215	64.435.576

* A aparente diminuição entre o total orçamentário projetado para os demais exercícios e o total orçamentário do exercício 2009, dar-se pela inclusão no corrente exercício da ação 7L90 – Ampliação da Infra Estrutura Física - cujos créditos foram repassados por emenda parlamentar não podendo assim, serem projetados para os demais.

** LOA + Créditos Suplementar até 22/06/09

OBS.: Os recursos que serão disponibilizados para instalação da reitoria e que advirão do acordo de metas não estão incluídos na planilha.

11. Anexos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS

ESTATUTO

MINUTA/VERSÃO 01 DE 01 DE JUNHO DE 2009

VALIDADA PELO FÓRUM (19 A 26/05) COM REVISÃO ORTOGRÁFICA REALIZADA PELA PROFESSORA DENISE GAUJAC.

MINUTA DO ESTATUTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

Capítulo I Da Natureza e Das Finalidades

Art. 1º O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS –, com sede e foro na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE com a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC- SE, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, pessoa jurídica de direito público, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§ 1º O Instituto Federal de Sergipe é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

§ 2º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal de Sergipe é equiparado às universidades federais.

§ 3º O Instituto Federal de Sergipe, estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, tem os seguintes domicílios:

- a) Reitoria situada no município de Aracaju;
- b) Campus Aracaju situado no município de Aracaju;
- c) Campus São Cristóvão situado no município de São Cristóvão;
- d) Campus Lagarto situado no município de Lagarto;
- e) Campus Estância situado no município de Estância;
- f) Campus Itabaiana situado no município de Itabaiana;
- g) Campus Nossa Senhora da Glória no município cidade de Nossa Senhora da Glória.

§ 4º O Instituto Federal de Sergipe possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, circunscrito ao Estado de Sergipe, aplicando-se, no caso da oferta de ensino a distância, legislação específica.

Art. 2º O Instituto Federal de Sergipe rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* do Art. 1º, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Resoluções do Conselho Superior;
- IV. Atos da Reitoria.

Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos

Art. 3º - O Instituto Federal de Sergipe, em sua atuação, observa as diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como os seguintes princípios norteadores:

- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

- II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III. eficácia nas respostas de formação profissional continuada, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Art. 4º O Instituto Federal de Sergipe tem as seguintes finalidades e características:

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Sergipe;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais sustentáveis, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 5º O Instituto Federal de Sergipe tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 6º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal de Sergipe, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica.

§1º O cumprimento dos percentuais referidos no *caput* deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal de Sergipe poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no *caput* deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7º da Lei nº. 11.892/2008.

Capítulo III

Da Organização Administrativa

Art. 7º O Instituto Federal de Sergipe é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, compreendendo:

- I. ÓRGÃOS SUPERIORES
 - a) Conselho Superior;
 - i) Auditoria Interna.
 - b) Colégio de Dirigentes.

- II. REITORIA
 - a) Gabinete;
 - b) Pró-Reitorias:
 - i) Pró-Reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-Reitoria de Assistência Estudantil;
 - iii) Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Extensão;
 - iv) Pró-Reitoria de Administração;
 - v) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.
 - c) Diretorias Sistêmicas.

- III. *CAMPI*
 - a) Campus Aracaju;
 - b) Campus São Cristovão;
 - c) Campus Lagarto;
 - d) Campus Estância;
 - e) Campus Itabaiana;
 - f) Campus Nossa Senhora da Glória.

§ 1º O detalhamento da estrutura organizacional do Instituto Federal de Sergipe, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes serão estabelecidas no seu Regimento Geral.

§ 2º O Regimento Geral poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos superiores que tratem de temas específicos vinculados à reitoria e às pró-reitorias.

§ 3º A elaboração e alteração do regimento geral serão realizadas por comissão constituída por representantes de cada campus, sendo 01(um) servidor técnico-administrativo, 01(um) docente, 01(um) discente, ou seus respectivos suplentes, eleitos por seus pares.

- a) Os servidores lotados na reitoria votarão e poderão ser votados no Campus de Aracaju.

TÍTULO II DA GESTÃO

Capítulo I *Dos Órgãos Superiores*

SEÇÃO I Do Conselho Superior

Art. 8º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Sergipe, tendo a seguinte composição:

- I. o Reitor, como presidente;
- II. 01 (um) representante dos servidores docentes, de cada campus, eleito por seus pares;
- III. 01 (um) representante do corpo discente, de cada campus, eleito por seus pares;
- IV. 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, de cada campus, eleito por seus pares;
- V. 01 (um) representante dos egressos de cada campus, eleito por seus pares em assembléia;
- VI. 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) de entidades patronais, 01 (um) de entidades dos trabalhadores e 01 (um) representante dos movimentos sociais, todos por indicação de suas entidades representativas, observando-se obrigatoriamente a alternância entre as respectivas entidades, as quais deverão estar ligadas aos cursos oferecidos pelo Instituto;
- VII. 01 (um) representante do setor público e/ou empresa estatal, indicado pelo seu representante legal, observando-se obrigatoriamente a alternância, entre entidades, as quais deverão estar ligadas aos cursos oferecidos pelo Instituto;
- VIII. 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- IX. 01 (um) representante do Colégio de Dirigentes, eleito entre seus membros.

§ 1º Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI, VII e IX serão designados por ato do Reitor.

§ 2º Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos de que tratam os incisos I e VIII, e os membros de que tratam os incisos VI e VII.

§ 3º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§ 4º Na hipótese prevista no §3º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

§ 5º O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, no decorrer do ano e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 50 % (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros.

Art. 9º Compete ao Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Sergipe e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Sergipe e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Sergipe;
- IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, bem como o registro de diplomas;
- X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Sergipe, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XI. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

SUBSEÇÃO I

Da Auditoria Interna

Art. 10. A Auditoria Interna é o órgão técnico de assessoramento do conselho superior responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações do Instituto Federal de Sergipe, bem como de prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

§1º A Auditoria Interna funcionará no local de instalação da Reitoria.

§2º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de Auditoria Interna será submetida pelo reitor da entidade à aprovação do Conselho Superior, após o que, será encaminhada para aprovação da Controladoria-Geral da União.

§3º O Conselho Superior aprovará o regimento da Auditoria Interna e disporá sobre o seu funcionamento e competências, observada a legislação pertinente.

SEÇÃO II

Do Colégio de Dirigentes

Art. 11. O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I . o Reitor, como presidente;
- II . os Pró-Reitores; e
- III . os Diretores-Gerais dos *Campi*.

Parágrafo único. O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 50 % (cinquenta por cento) mais 01 (um) de seus membros.

Art. 12. Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, parcerias, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apreciar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Sergipe;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- VI. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal de Sergipe a ele submetido.
- VII. Apreciar e recomendar a criação, alteração curricular e extinção de cursos.
- VIII. Apreciar as demandas apresentadas pelos *Campi*, guardadas as peculiaridades de cada Campus.

Capítulo II

Da Reitoria

Art. 13. O Instituto Federal de Sergipe será dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente excetuando-se os cedidos a outros órgãos (docentes e técnico-administrativos), e pelos estudantes regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 14. Ao Reitor compete:

- I. representar o Instituto Federal de Sergipe, em juízo ou fora dele, bem como planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar as atividades da Instituição;
- II. implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do Instituto Federal de Sergipe, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior;
- III. submeter anualmente à apreciação do Conselho Superior, para deliberação e aprovação, o planejamento e a proposta orçamentária;
- IV. apresentar, anualmente, ao Conselho Superior, o relatório de atividades de sua gestão e as respectivas contas, antes de encaminhá-los aos órgãos competentes;
- V. aprovar, *ad referendum* do Conselho Superior, os casos excepcionais, submetendo-os à apreciação do mesmo na primeira reunião subsequente ao ato;
- VI. delegar a seu substituto legal, aos Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *Campi*, competência para realização de atos inerentes à administração do Instituto Federal de Sergipe.

Parágrafo Único. Nos impedimentos e nas ausências eventuais do Reitor, a Reitoria será exercida por um dos Pró-Reitores ou Diretores Gerais dos *campi* por ele designado, na forma da legislação pertinente.

Art. 15. A vacância do cargo de Reitor decorrerá de:

- I. exoneração em virtude de processo disciplinar;
- II. demissão, nos termos da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- III. posse em outro cargo inacumulável;
- IV. falecimento;
- V. renúncia;
- VI. aposentadoria voluntária ou compulsória;
- VII. término do mandato.

§ 1º Nos casos de vacância previstos nos incisos deste artigo, assumirá a Reitoria o substituto legal, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 14, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o processo de consulta à comunidade acadêmica para eleição do novo Reitor.

Art. 16. A Reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal de Sergipe, cabendo-lhe o planejamento, a administração, a coordenação, a avaliação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Parágrafo único. A Reitoria, como órgão de administração central, deverá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos *Campi* que integram o Instituto.

Art. 17. O Instituto Federal de Sergipe tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº. 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais dos *Campi* respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

SEÇÃO I Do Gabinete

Art. 18. O Gabinete, dirigido por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.

Art. 19. O Gabinete disporá de órgãos de apoio imediato, de Procuradoria Jurídica e de Assessorias Especiais.

Parágrafo único. A estrutura organizacional e as atribuições dos cargos e funções da Procuradoria Jurídica e das Assessorias Especiais serão definidas no Regimento Geral.

SEÇÃO II Das Pró-Reitorias

Art. 20. A Pró-Reitoria de Ensino, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

Art. 21. A Pró-reitoria de Assistência Estudantil, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de Assistência Estudantil, em articulação com as entidades estudantis, promovendo ações para garantir o acesso e a permanência dos estudantes visando à formação continuada, articuladas ao ensino, à pesquisa e à extensão, considerando a legislação vigente.

Art. 22. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Extensão, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de pesquisa, inovação e extensão, integradas ao ensino, bem como promove ações de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia, propriedade intelectual e inovação tecnológica, em interação com a sociedade e o processo produtivo.

Art. 23. A Pró-Reitoria de Administração, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de planejamento, administração e de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoas.

Art. 24. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, coordena, fomenta, acompanha e avalia as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os *Campi*.

Art. 25. A estrutura organizacional e as atribuições dos cargos e funções de cada uma das Pró-Reitorias serão definidas no Regimento Geral.

SEÇÃO III Das Diretorias Sistêmicas

Art. 26. As Diretorias Sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação.

Parágrafo único: A estrutura organizacional e as atribuições dos cargos e funções de cada uma das Diretorias Sistêmicas serão definidas no Regimento Geral.

Capítulo III Dos Campi

Art. 27. Os *Campi* do Instituto Federal de Sergipe são administrados por Diretores-Gerais e têm seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral e respectivos Regimentos Internos.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais são escolhidos e nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº. 11.892/2008, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

TÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

Capítulo I Do Ensino

Art. 28. O currículo no Instituto Federal de Sergipe está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político-institucional, sendo norteado pelos princípios

da estética da sensibilidade, da política da igualdade, da ética da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

Art. 29. As ofertas educacionais do Instituto Federal de Sergipe estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

Parágrafo único. O Instituto Federal de Sergipe, na definição de suas propostas político-pedagógicas, voltadas para a educação e a produção científico-tecnológica, adotará medidas eficientes para garantir a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão no âmbito de suas ações.

Capítulo II

Da Pesquisa e Inovação

Art. 30. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

Art. 31. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Capítulo III

Da Extensão e da Interação com a Sociedade

Art. 32. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal de Sergipe e a sociedade.

Art. 33. As atividades de extensão têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Art. 34. A comunidade acadêmica do Instituto Federal de Sergipe é composta pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo.

Parágrafo Único. Fica assegurado, no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, o direito de os segmentos integrantes da comunidade acadêmica se organizarem e se mobilizarem na defesa de seus direitos e da educação em geral, nos limites da legislação em vigor.

Capítulo I

Do Corpo Discente

Art. 35. O corpo discente do Instituto Federal de Sergipe é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela Instituição.

§ 1º Os alunos do Instituto Federal de Sergipe que cumprirem integralmente o currículo dos cursos e programas farão jus a diploma ou certificado na forma e nas condições previstas na legislação vigente e no regulamento da organização didática.

§ 2º Os alunos em regime de matrícula especial somente farão jus à declaração das disciplinas cursadas ou das competências adquiridas.

§ 3º As questões relacionadas às exigências para ingresso, permanência, transferência, sistema de avaliação, estágio, bem como os direitos e deveres dos discentes, serão definidas no regulamento da organização didática na forma da legislação vigente.

Art. 36. Somente os alunos com matrícula regular ativa nos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação, poderão votar e ser votados para as representações de interesse dos discentes, para eleição dos representantes do Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos *Campi*.

Capítulo II **Do Corpo Docente**

Art. 37. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal de Sergipe, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

Art. 38. Somente os servidores docentes do quadro ativo permanente de pessoal do Instituto Federal de Sergipe votarão e poderão ser votados para as representações dos docentes no Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos *Campi*.

Capítulo III **Do Corpo Técnico-Administrativo**

Art. 39. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal de Sergipe, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional.

Art. 40. Somente os servidores técnico-administrativos do quadro ativo permanente de pessoal do Instituto Federal de Sergipe votarão e poderão ser votados para as representações dos técnico-administrativos no Conselho Superior, bem como participar dos processos eletivos para escolha do Reitor e Diretores-Gerais dos *Campi*.

Capítulo IV **Do Regime Disciplinar**

Art. 41. O regime disciplinar do corpo discente é estabelecido em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 42. O regime disciplinar do corpo docente e técnico-administrativo do Instituto Federal de Sergipe observa as disposições legais, normas e regulamentos sobre a ordem disciplinar e sanções aplicáveis, bem como os recursos cabíveis, previstos pela legislação federal.

TÍTULO V **DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS**

Art. 43. O Instituto Federal de Sergipe expedirá e registrará seus diplomas em conformidade com o § 3º do art. 2º da Lei nº. 11.892/2008 e emitirá certificados a alunos concluintes de cursos e programas.

Art. 44. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal de Sergipe funciona como instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

Art. 45. O Instituto Federal de Sergipe poderá conferir títulos de Mérito Acadêmico, conforme disciplinado no Regimento Geral.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Art. 46. O patrimônio do Instituto Federal de Sergipe é constituído por:

- I. bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *Campi* que o integram;
- II. bens e direitos que vier a adquirir;
- III. doações ou legados que receber;
- IV. incorporações que resultem de serviços por ele realizados.

Parágrafo único. Os bens e direitos do Instituto Federal de Sergipe devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O Instituto Federal de Sergipe, conforme suas necessidades específicas, poderá constituir órgãos colegiados de natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas.

Art. 48. O presente estatuto somente poderá ser modificado por proposta do Reitor ou de 2/3 dos membros do Conselho Superior aprovada em sessão extraordinariamente convocada, mediante *quorum* mínimo de 2/3 da totalidade dos membros.

Art. 49. Os casos omissos neste Estatuto serão submetidos à apreciação pelo Conselho Superior do Instituto Federal de Sergipe.